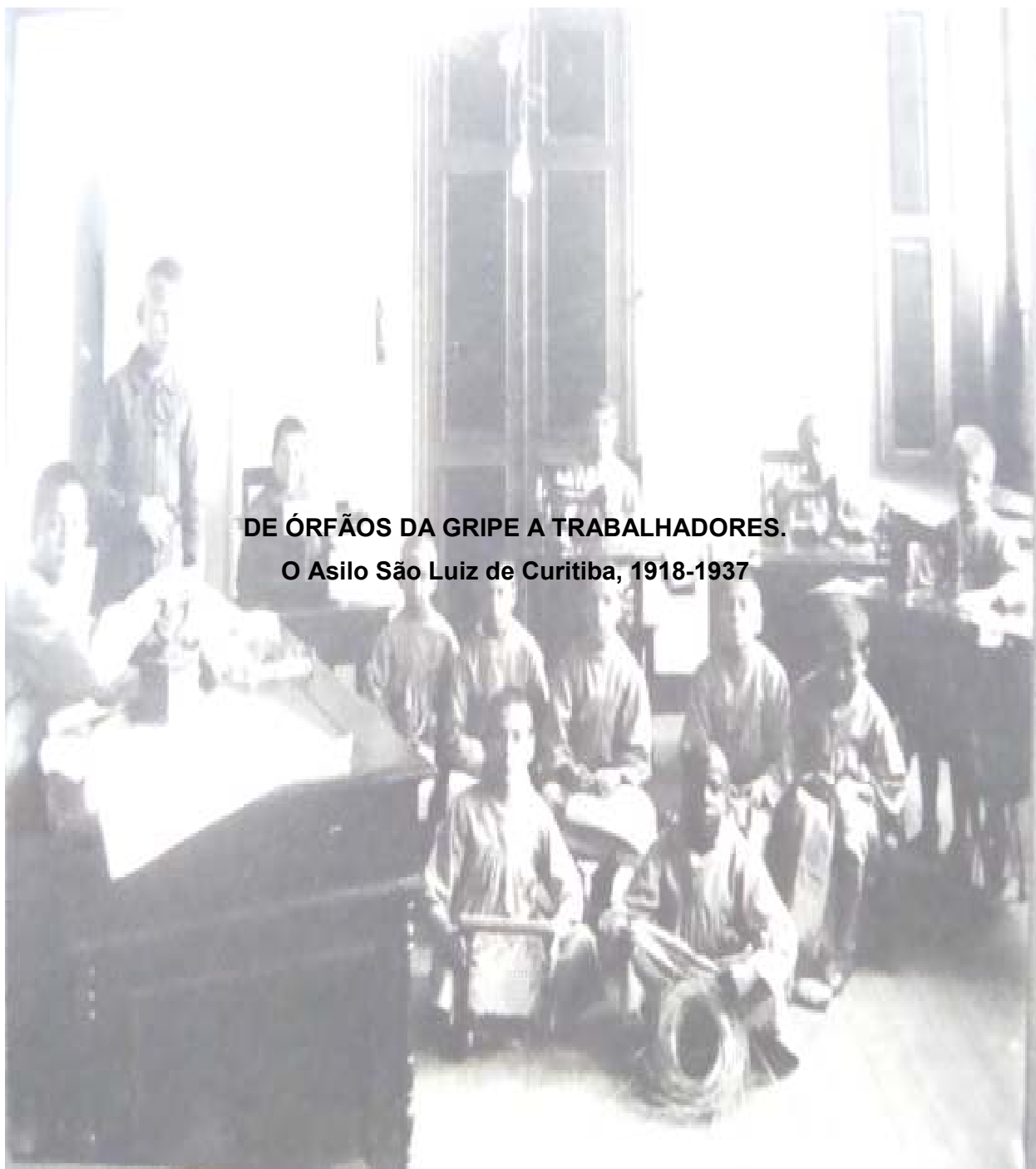


SILVANA CRISTINA HOHMANN PRESTES DA SILVA



**DE ÓRFÃOS DA GRIPE A TRABALHADORES.  
O Asilo São Luiz de Curitiba, 1918-1937**

CURITIBA

2010

SILVANA CRISTINA HOHMANN PRESTES DA SILVA

**DE ÓRFÃOS DA GRIPE A TRABALHADORES.  
O Asilo São Luiz de Curitiba, 1918-1937**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha: História e Historiografia da Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Liane Maria Bertucci

CURITIBA

2010

## RESUMO

Esta dissertação analisa o processo de criação do Asilo São Luiz de Curitiba (Paraná) e a implementação de suas atividades relacionadas a educação para o trabalho, entre os anos de 1918 e 1937. No Brasil, instituições assistenciais e escolares destinadas a crianças órfãs e/ou abandonadas e a recuperar menores delinquentes utilizaram o trabalho, como forma de educação social e moral, pelo menos desde o final do século XIX. Em Curitiba, desde os últimos anos do Oitocentos, mudanças sociais transformavam a sociedade, mudanças que resultavam de um incipiente crescimento fabril e da expansão comercial, proporcionados e impulsionados pela exploração da erva-mate e da madeira. Mas, com o crescimento urbano, que se acentuou nos primeiros anos do século XX, aumentaram também os problemas, entre eles o grande número de menores que vagavam pelas ruas da Capital do Estado. Discussões sobre o menor, que já ocorriam em outras cidades brasileiras, tornaram-se frequentes entre diferentes parcelas da população curitibana. Neste período um acontecimento reforçou a atenção com essas crianças e jovens: a epidemia de gripe espanhola. A epidemia, que ocorreu entre outubro e dezembro de 1918, vitimou muitos homens e mulheres jovens que deixaram vários filhos órfãos, muitos dos quais não tinham quem os acolhesse. A organização do Asilo São Luiz insere-se neste contexto. Fundado oficialmente em Curitiba dia 21 de junho de 1919, o Asilo, que se destinava a amparar os órfãos da gripe epidêmica do sexo masculino, foi organizado pelas Irmãs de São José, religiosas que se dedicavam a educar e a atender enfermos e desamparados. Em poucos meses outros menores, não apenas os órfãos da gripe espanhola, foram admitidos na instituição, que proporcionaria aos asilados educação primária e cursos profissionais, como os de carpintaria, sapataria e alfaiataria. Era preciso transformar crianças e jovens, que pareciam condenados, em respeitáveis cidadãos-trabalhadores.

Palavras-chave: Asilo São Luiz de Curitiba, menor, educação profissional, gripe espanhola

## **ABSTRACT**

This paper analyses the foundation process of Asilo São Luiz de Curitiba (Parana, Brazil) and its activities implementation related to work education from 1918 through 1937. Since the end of the 20th century, at least, assistential and educational institutions in Brazil, dedicated to orphans and/or forsaken children, and to recover delinquents used the act as an instrument for social and moral education. In Curitiba, since the end of the 19<sup>th</sup> century, social changes were transforming society, and these changes were a result from incipient textile raising and commercial expansion provided and established by erva-mate (Mate Tea) and wood exploitation. Nevertheless, along with the urban expansion that raised in the beginning of the 20th century the problems also were enhanced; the great amount of minors walking on the street of Curitiba, Capital of Parana State, is one of these problems. Minor's debates, a reality in other Brazilian cities, became frequent among different groups of Curitiba's population. At this time occurred an event to reinforce the attention to these children and young adults: the Spanish Flu. This epidemic, in 1918, from October to December, victimized many young men and women leaving several orphan children, and many of them had no one to offer housing. In this context, comes Asilo São Luiz. It was officially founded in Curitiba on June 21, 1919, and aimed to give comfort to the male orphans of epidemic influenza. The Sisters of São Jose, a group of religious women dedicated to education and to give care to sick and forsaken people, organized the Asilo. In a few months, other minors, and not only the Spanish Flu orphans, were enrolled in the Institution which would give to the inmates of the Asilo a primary education and professional courses, such as carpentry, shoemaking, and tailoring. It urged to transform these children and young adults, who seemed to be condemned, into respectable workers-citizens.

Key-Words: Asilo São Luiz de Curitiba, minor, professional education, Spanish Flu

*Dedico este trabalho a minha família,  
e principalmente a minha mãe Maria  
Victória, saudades.*

## AGRADECIMENTOS

Mais do que registrar meus sinceros agradecimentos, quero declarar publicamente a ajuda indispensável que recebi de todos vocês: meus filhos Felipe e Giovana que souberam entender a importância desta dissertação, meu marido Gilberto que assumiu toda a responsabilidade da casa, enquanto estive ausente, minhas irmãs Vera e Beth que sempre me incentivaram com palavras de carinho e estímulo.

Aos professores da Linha de História e Historiografia da Educação que contribuíram com indicação de leituras. Aos professores da banca de qualificação e defesa, Marcus Taborda de Oliveira e Gilson Queluz pela importante contribuição na realização deste trabalho. Às minhas colegas de sala, Fernanda, Silvete, Francielly, Alexandra, Fabiana e Emanuelle, agradeço pelo apoio, pelas sugestões e pelo carinho, sentirei saudades! Érica, minha querida amiga, obrigada por me ajudar a dar o primeiro passo. Agradeço ao Nilton, amigo sempre disposto a ajudar, meu companheiro de almoço.

Ao Professor Rogério e à Professora Mila que me apoiaram de uma maneira especial, reconhecendo o valor desta caminhada. Às minhas amigas Lucia e Ana pelas palavras de conforto, pela paciência e por suprir a minha ausência no trabalho. A minha colega Christiane pelo empenho na busca de fontes e aos amigos solidários Edison, Hamilton e Alfredo, que torceram por mim.

Às irmãs do Lar dos Meninos de São Luiz (ex-Asilo São Luiz), Irmã Leonilda e Irmã Iolanda, que me abriram as portas do acervo da instituição, obrigada pela confiança. À senhora Aglair, guardiã dos documentos, sempre muito solícita. À Irmã Noevil, do Convento Cajuru, que liberou o acesso a documentos, fotos e revistas para a pesquisa. Às meninas da biblioteca da redação do jornal **Gazeta do Povo**, Laís, Thayná, Livia e Melissa pela atenção e gentileza. Aos funcionários do Círculo de Estudos Bandeirantes, Biblioteca Pública do Paraná e Arquivo Público do Paraná, que disponibilizaram materiais importantes para a realização da pesquisa.

Em especial agradeço à minha orientadora Liane, um “anjo” que apareceu na minha vida, pelo seu apoio, dedicação, colaboração e paciência, sem os quais não seria possível a realização deste trabalho.

Todos estes agradecimentos estão revestidos de um profundo sentimento de gratidão e reconhecimento por todos os momentos que me dispensaram no decorrer

desses dois anos e meio de trabalho, pois sem a dedicação de todos vocês esta tarefa não se completaria e isso é inesquecível! Muito obrigada a todos!

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Edifício do Asilo São Luiz, final de 1923.....	33
Figura 02	Ficha n. 1. Luiz Antenor Lazarotti .....	34
Figura 03	Ficha n. 12. Antonio José .....	37
Figura 04	Ficha n. 13 José Bianchi.....	37
Figura 05	Ficha n. 27. Epaminondas Kriger .....	38
Figura 06	Ficha n. 19. Maria Luiza .....	41
Figura 07	Nicolau Mader & Cia.....	57
Figura 08	Ivo Leão & Cia .....	57
Figura 09	Anúncios Diversos .....	58
Figura 10	Tabela de Aprovações e Reprovações do Asilo São Luiz 1920-1929 ....	63
Figura 11	Tabela de Aprovações e Reprovações do Abrigo de Menores.....	64
Figura 12	Oficina de Marcenaria [192-] .....	67
Figura 13	Oficina de Marcenaria [1926].....	69
Figura 14	Jogo de Quarto confeccionado pelos órfãos do Asilo São Luiz.....	70
Figura 15	Oficina de Sapataria [1926?] .....	72
Figura 16	Meninos internos Asilo São Luiz, [19-] .....	73
Figura 17	Sapataria do Asilo São Luiz, [1926?].....	74
Figura 18	Oficina de Alfaiataria, [192-] .....	75
Figura 19	Futuros alfaiates .....	76
Figura 20	Menores aprendizes, [192-].....	77
Figura 21	Tabela de entrada e saída dos menores no Asilo São Luiz.....	82
Figura 22	Menores do Asilo São Luiz .....	90
Figura 23	Meninos uniformizados.....	94
Figura 24	Cartão enviado ao Sr. Benjamim Zilli .....	99
Figura 25	Donativos.....	100
Figura 26	Asylo São Luiz.....	101
Figura 27	Família de Odilon Carvalho .....	105

## ABREVIATURA

**LMSL** – Lar dos Meninos de São Luiz



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E URBANAS E AS CRIANÇAS</b>	
<b>ABANDONADAS EM CURITIBA. Final do século XIX, início do século XX...</b>	<b>21</b>
1.1 Os menores abandonados e a sociedade curitibana na virada do século XX ..	22
1.2 Os órfãos da gripe espanhola e a criação do Asilo São Luiz, em Curitiba.....	28
<b>2 A AÇÃO EDUCADORA DO ASILO SÃO LUIZ: PREPARANDO MENORES</b>	
<b>PARA O TRABALHO .....</b>	<b>51</b>
<b>3 A SOCIEDADE CURITIBANA E AS CRIANÇAS E JOVENS DO ASILO SÃO</b>	
<b>LUIZ .....</b>	<b>84</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>107</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>123</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de estudo a ação educadora do Asilo São Luiz, uma instituição religiosa da cidade de Curitiba, que acolheu inicialmente menores órfãos após a epidemia de gripe espanhola ou influenza espanhola de 1918. Epidemia que vitimou de forma avassaladora o Brasil e o mundo, a gripe espanhola foi determinante na criação do Asilo São Luiz, no ano de 1919, pelo número de órfãos que deixou na capital paranaense. O recorte temporal tem como marco inicial o ano de 1918, o da epidemia, e o recorte final o ano de 1937, marcado por mudanças significativas no Asilo: a redução da idade máxima de permanência dos asilados de 18 para 12 anos e a retirada das máquinas das oficinas que existiam na instituição. Mudanças que coincidiram também com a saída da diretora que havia organizado o Asilo São Luiz, Irmã Maria dos Anjos (**Revista de Comemoração**, [1969], p.2).

O interesse pelos “órfãos da gripe” que me levaria a estudar o Asilo São Luiz, e assim também outros menores, aconteceu durante a conclusão de minha monografia de especialização intitulada O Serviço Sanitário e a Gripe Espanhola em Curitiba no ano de 1918, realizada na Faculdades Integradas Espírita em 2006. Nas fontes pesquisadas para o trabalho e na bibliografia consultada, foi possível perceber como, a partir da diminuição dos casos de gripe espanhola, que vitimou Curitiba entre os meses de outubro e dezembro de 1918, a preocupação com crianças e jovens órfãos ganhou destaque na cidade (repetindo a preocupação de outras localidades) o que resultaria na fundação de uma nova instituição, em 1919, o Asilo São Luiz, que receberia menores do sexo masculino. Com as primeiras informações sobre a organização do Asilo, local criado para receber menores cujos pais haviam sido vítimas fatais da gripe espanhola, outras questões surgiram: como o Asilo foi organizado? Por quanto tempo os asilados seriam apenas “órfãos da gripe”? Receberiam educação? Qual?

As leituras sobre os temas saúde e menor, educação e trabalho no início do século XX, e as pesquisas sistemáticas que passaram a ser realizadas depois do ingresso no Mestrado em Educação, Linha de História e Historiografia da Educação, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná, delinearam o trabalho que foi realizado nessa dissertação.

A organização do Asilo São Luiz aconteceu devido a situação de abandono de vários menores que ficaram desamparados devido a epidemia de 1918. Meninos e jovens foram encaminhados para um local improvisado, uma pequena casa anexa ao Colégio São José, que era administrado pelas Irmãs de São José de Chambéry (as órfãs seriam encaminhadas para o Orfanato do Cajuru, que já existia há vários anos e era administrado pelas mesmas religiosas) (**Nossa História**, 1978, p.98). A Congregação das Irmãs de São José estava no Paraná há mais de uma década e exercia atividades de assistência aos doentes e necessitados e ações educacionais. Foi o socorro aos doentes que durante a gripe espanhola aproximou as religiosas da triste realidade de crianças e jovens sem pais ou responsáveis. A prática educativa, como complemento inseparável da educação religiosa, seria ação fundamental que as Irmãs desenvolveriam no Asilo São Luiz desde sua organização; educação primária e cursos profissionalizantes – uma tentativa de possibilitar para os menores uma inserção social digna, segundo padrões cristãos.

Os primeiros órfãos da gripe espanhola foram admitidos na pequena casa organizada pelas Irmãs no início de janeiro de 1919, mas, como instituição (e não como algo emergencial), a fundação do Asilo São Luiz foi oficializada por Dom João Francisco Braga em 21 de junho de 1919 (**Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Curitiba**, v.1948-1957, p. 57).<sup>1</sup>

No Brasil, o final do século XIX e início do século XX foi um período em que a criança abandonada foi tema de propostas educacionais de forma explícita e recorrente, em muitos casos também associada aos jovens. Institutos educacionais, médicos e outros “especialistas”, classificavam e subdividiam pela pobreza, pelo abandono ou pela deficiência, os chamados menores, que eram encaminhados para institutos disciplinares, casas para a infância desamparada ou patronatos. Muitos acreditavam que poderiam remover das ruas o perigo em potencial representado por essas crianças e jovens, garantindo um futuro melhor para eles e, também, para a sociedade como um todo (KUHLMANN JR, 2002, p.485-487).

Os termos criança, infância, adolescente e jovem mudaram de significado de acordo com as concepções sociais de cada época (ARIÈS; DUBY, 1990-92; LEVI; SCHMITT, 1996). Na Idade Média, os textos sobre o tema são abundantes e a

---

<sup>1</sup> Em algumas fontes a data da fundação da instituição aparece como 2 de fevereiro de 1919, data em que se iniciaram as obras do prédio próprio do Asilo. (**Nossa história**, 1978, p. 98; **Livro de Congregação**, [199-], p. 53)

enciclopédia **Le grand propriétaire de toutes choses** trata as idades em seu Livro VI: a primeira idade, é a infância (0 – 7), chamada de enfant (criança); a segunda chama-se pueritia (7-14); a terceira idade a adolescência (14-21), que poderia se estender até 28, 30 ou 35 anos; depois a juventude, até 45 ou 50 anos e, finalmente, a velhice até 70 anos (ARIÈS, 1981, p.36). Já no século XIX, a infância, primeira fase da vida, compreendia o período do nascimento até os 3 ou 4 anos, e o período dos 10 aos 12 anos era denominado puerícia. Estes períodos eram relacionados ao desenvolvimento de atributos físicos, como fala, dentição e altura, bem como caracteres secundários femininos e masculinos (MAUAD, 2002, p.140-141 ). Na mesma época, na literatura médica definia-se infância como uma das etapas da vida e o termo criança determinava um limite de idade que expressava habilidades sociais, cognitivas e corporais (VEIGA; FARIA FILHO, 1999, p.49). Os conceitos de criança e infância, numa definição etimológica, têm diferenças relevantes, criança um ser humano de pouca idade e infância o período de crescimento do ser humano, do nascimento até a puberdade ou até a adolescência. O primeiro conceito abrange a etapa de vida biológica e individual, enquanto que o segundo expressa considerações de ordem histórico-cultural (TRINDADE 1998, p.78). Quanto ao conceito de jovem, segundo o **Grande dicionário universal do século XIX**, de Pierre Larousse, ele significa a idade do adolescente, do rapaz, de 14 a 20 ou 25 anos (CARON, 1996, p.137).

Observando as idades dos menores recolhidos pelas Irmãs de São José a partir de 1919 (**Livro de Registros**, 1919-1937), e considerando as diferentes concepções mencionadas, percebe-se que a classificação das crianças e jovens no Asilo São Luiz se assemelha a tabela de Becquerel, organizada em Paris no ano de 1864, cujas diferentes formas de apropriação e divulgação atravessaram o Atlântico (GONDRA, 2007, p.217-223). Mesmo não citando a tabela ou as outras discussões do período sobre o tema, as ações que envolviam crianças e jovens do Asilo São Luiz consideravam: primeira infância, do nascimento até 2 anos; segunda infância dos 2 até os 12 ou 15 anos; adolescência (idade da puberdade), de 12 ou 15 aos 18 ou 20 anos. Por exemplo, a idade limite para os menores deixarem o Asilo, até meados dos anos 1930, era 18 anos. Assim, nessa dissertação, será considerado criança aquele entre 0 e 12 anos e jovem, aquele entre 12 e 18 anos.<sup>2</sup> Ambos,

---

<sup>2</sup> Nesse trabalho não discutiremos a diferença entre criança (um ser biológico) e infância (construção social).

criança e jovem, também serão nomeados menor, seguindo a denominação, variável, do período estudado.

No início do século XX a preocupação com a educação desses menores era evidente. No Brasil, a paulatina implantação dos grupos escolares, com o objetivo de educar o maior número possível de crianças, é exemplar (VIDAL, 2006). Propostas reformadoras, como a dos grupos escolares, orientaram a organização do Asilo São Luiz, que tinha como meta implantar a educação primária, mas também a profissionalização e a instrução religiosa, primeiro para meninos órfãos da gripe espanhola e, em poucos meses, também para crianças e jovens considerados “necessitados”, ou seja, aqueles que não tinham o pai e/ou a mãe ou um responsável idôneo para o sustentar e educar. A atividade do Asilo São Luiz pretendia prevenir o que era considerado os “males sociais” através da educação para o trabalho, com a alteração de hábitos, e a morigeração dos costumes (a religião era fundamental), atendendo ao propósito da Congregação de São José que, conforme Pinto (1999, p.36), poderia ser resumido pelas palavras “formar pessoas”.

Considerada como meio eficaz para bem encaminhar socialmente crianças e jovens pobres, uma preocupação em Curitiba e em outras cidades brasileiras, a educação por meio e para o trabalho passa a ser, segundo diferentes segmentos sociais, o instrumento ideal para a inserção da criança e do jovem na sociedade, a “tábua de salvação” daqueles que, genericamente, eram chamados de “menores”, e classificados como abandonados, delinquentes ou órfãos; todos considerados potencial ou efetivamente “perigosos” para a sociedade.

Desde o final do Oitocentos, o tema do menor abandonado havia se tornado mais frequente nos discursos jurídicos brasileiros. Esses menores considerados “iguais” perante a justiça eram recolhidos e encaminhados a locais definidos pelos juízes responsáveis (LONDOÑO, 1991). Em Curitiba nesse período, com a intenção de solucionar problemas como a criminalidade, a prostituição, a vadiagem e a mendicância, que se avolumavam com o crescimento da cidade, a ação policial foi determinante no controle e no recolhimento desses menores, que eram encaminhados para casas de reforma e para asilos, com a decisiva participação judicial (KARVAT, 1998; TRINDADE, 1998). Segundo De Boni (1998, p. 132), nos anos de 1917 e 1918, a criminalidade infantil aumentou assustadoramente na cidade, que então contava com aproximadamente 75.000 moradores. Nestes dois

anos passaram pelo Gabinete de Identificação e Estatística da polícia 168 menores, muitos deles reincidentes. Medidas para tentar solucionar este problema foram debatidas em Curitiba e entre os modelos de instituição então observados estava o Instituto João Pinheiro, de Belo Horizonte. Criado em 1909 para meninos abandonados e delinquentes, o Instituto da capital do estado de Minas Gerais utilizava a educação por meio da formação para o trabalho, procurando inculcar atitudes positivas frente ao ato de trabalhar, com o objetivo de direcionar o futuro dos menores, regenerando-os quando necessário (FARIA FILHO, 2001, p.87).

Mas as preocupações (e as diferentes formas de atuação) com as crianças, algumas vezes chamadas de “desvalidas”<sup>3</sup> atravessaram a história nacional, desde o período Colonial. As rodas dos expostos, em geral anexas às Santas Casas de Misericórdia, garantiram durante séculos a sobrevivência e a proteção das crianças abandonadas no Brasil. A ação de religiosas no cuidado com a saúde e educação destas crianças é notória (MARCÍLIO, 1998).

Entretanto, no século XIX, devido às transformações sociais e econômicas, que tiveram como principal palco as cidades, essa ação se multiplicou, combinando, muitas vezes, caridade com ajuda estatal e da sociedade em geral. A obra de Negrão (2004) sobre o Asilo de Órfãs de Campinas (São Paulo), fundado no final do Oitocentos, e administrado pelas Irmãs de São José, mostra como a instituição campineira era semelhante em alguns aspectos ao Asilo São Luiz, organizado em Curitiba por Irmãs da mesma ordem religiosa. Como em Curitiba, o Asilo de Órfãs de Campinas fornecia a educação de primeiras letras e a profissionalização. Ambas eram instituições caritativas filantrópicas, o que garantia a sua subsistência através de doações governamental e de particulares. O Asilo de Órfãs de Campinas e o Asilo São Luiz de Curitiba constituíram um misto de caridade e tentativa de solução de problemas sociais.

Segundo Pinto (1999, p.36), a caridade está ligada à piedade cristã, que motiva as pessoas a ajudar o próximo, sem avaliar antecipadamente as suas necessidades reais. Já a filantropia é mais preocupada em socorrer criteriosamente

---

<sup>3</sup> O termo “desvalido” é traduzido como rude, desprovido da sorte e da fortuna, enjeitado, exposto, moleque, capoeira, menor, trombadinha, menino de rua, e outras denominações que expressam o mesmo binômio vítima-agressor, vítima pela falta de oportunidades e inexigibilidade de direitos, agressor da ordem constituída. (BAZILIO, 2002, p. 44.) Gondra, ao escrever sobre a infância pobre no Brasil do século XIX mostra crianças e jovens identificados como: perigosos, ignorantes, desvalidos, infelizes da sorte, desprotegidos, deserdados, expostos, abandonados, desamparados, miseráveis, pobres, inocentes e enjeitados (2004,p.125).

e em fazer investimentos para tal, uma caridade coletiva de caráter privado. O Asilo São Luiz se enquadra na perspectiva de uma instituição caritativa filantrópica, que visava preparar o menor pobre e abandonado para o mundo do trabalho, prevenindo a ociosidade, a prostituição, a mendicância e o crime; enfim tirando crianças e jovens das ruas, preparando-os para o que era considerado uma vida digna em sociedade. A proposta era assistir para prevenir e o Estado participaria desta assistência e proteção. O **Caderno de Poesias** organizado pelas Irmãs de São José demonstra, através dos versos escritos no período de organização do Asilo São Luiz, o que os menores órfãos da gripe de 1918, e não só eles, podiam esperar das religiosas.

O Orphão e a Caridade

Tão Pequeno coitadinho  
E já no mundo sosinho  
Desamparado sem pai, sem mãe  
Sem amigo, sem casa  
Não tem abrigo, exposto a sorte lá vai

Tão pequeno coitadinho,  
Foi a ave implume de um ninho  
Que desabão num momento;  
Mamãe diz elle chamando!  
Mamãe repete chorando!  
No tristonho isolamento

Quem acode o pobrezinho  
Poderá viver sosinho  
Ficará assim na orphandade?  
Não! Vem meu filho, vem comigo  
Quem es tu que me das abrigo?  
Quem eu sou: A CARIDADE (**Caderno de Poesias**, [s.l.d.], p. 18)

Em Curitiba, educar meninos e jovens tornando-os homens aptos e úteis para a sociedade por meio do ensino de um ofício foi proposta concretizada em mais de uma instituição, explicitamente caritativa ou não, fruto de iniciativa local, estadual ou federal. Um exemplo é a Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná, inaugurada em 1910. Segundo Pandini, a criação da Escola, que fazia parte de uma proposta do governo federal, pretendia proporcionar, em nível nacional e atendendo demandas locais, a educação profissional para os “desprotegidos da fortuna” (2006, p.50).

É nesta perspectiva, de educar para salvar da delinquência, que diferentes institutos assistenciais foram organizados ou remodelados no Brasil do início do século XX e passaram a atender menores órfãos e/ou abandonados, na tentativa de

educar e recuperar pequenos crianças e jovens transgressores, utilizando o trabalho como meio de regeneração moral e social.

No Brasil, o aumento populacional das cidades, especialmente das capitais dos estados, nas primeiras décadas do século XX, foi acompanhado de problemas relacionados ao aumento do número de habitantes, o que determinou diferentes ações governamentais que tentavam organizar uma população que muitas vezes não conseguia emprego ou remuneração satisfatória: eram muitos os desempregados ou os que viviam de 'bicos', com filhos que perambulavam pelas ruas. Curitiba, mesmo não experimentando o crescimento do Rio de Janeiro ou de São Paulo, foi uma dessas cidades. Segundo Bertucci:

(...) [a localidade] ganhou impulso sócio-econômico decisivo com a indústria do mate, que gerou em sua região uma rede de oficinas e pequenas fábricas ligadas àquele produto de exportação. Nesse período, merece destaque a indústria moveleira, que se desenvolveu paralelamente ao uso da madeira para construção de casas e para acondicionar (nas barricas) o mate que era comercializado (2007b, p.7).

Com o incremento comercial e industrial, a população de Curitiba mais que dobrou em cerca de 30 anos: em 1890 contava com 24.453 habitantes, em 1910 já eram 60.800 moradores (DE BONI, 1998, p.11). O crescimento que fez a localidade prosperar foi acompanhado de todos os problemas decorrentes da expansão desordenada. Foi nesse contexto que, em 1918, a epidemia mundial de gripe espanhola vitimou a cidade, deixando muitos menores desamparados.

A criação do Asilo São Luiz, no início de 1919, teve como preocupação inicial amparar os órfãos da gripe espanhola, mas veio ao encontro do clamor de muitos curitibanos, preocupados há anos com o número crescente crianças e jovens que circulavam pela cidade aparentemente sem amparo algum. Experientes no campo educacional e no atendimento aos desamparados e enfermos, a fundação do Asilo pelas Irmãs de São José, foi ação sintônica com as atividades que as religiosas já desenvolviam em terras paranaenses e também em outros estados do Brasil. No Paraná as atividades das Irmãs de São José, deram-se tanto na área da educação como na assistência social à saúde. Foram identificados os seguintes estabelecimentos, Colégio de São José de Curitiba (1902), Colégio de São José de Paranaguá (1902), Colégio de São José de Morretes (1903), Colégio de São José de Castro (1905), Colégio São José da Lapa (1906), Pensionato Nossa Senhora de



Lourdes (1904), Colégio São Francisco em Curitiba (1918), Juvenato São José, Curitiba (1924), Colégio Santo Antonio de Colombo (1935). Quanto a assistência social as principais instituições foram, Santa Casa de Curitiba (1896), Santa Casa de Paranaguá (1897), Santa Casa de Ponta Grossa (1912), Hospital dos Trabalhadores na Estrada de Ferro (Hospital do Cajuru) em Curitiba (1898), Hospital de Ponta Grossa (1906), Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz, Curitiba (1903), Asilo de Velhos da Lapa (1906), Hospital Fundação Hipólito Araújo, na Lapa (1925) (CARDOSO FILHO, 2009, p.95).

A Congregação das Irmãs de São José fundada em Puy, França, em 1646, pelo padre jesuíta Jean Pierre Médaille tem história singular. Em 1651 a Congregação foi oficialmente consagrada ao serviço dos pobres, enfermos e à formação das crianças (CINTRA, 2005 p.15). Depois de alguns percalços, devido as profundas transformações européias (especialmente francesas) da “era das revoluções”, como chamou Eric Hobsbawm, a Congregação foi reorganizada, novas casa foram fundadas. A Congregação das Irmãs de São José de Chambéry, a fundadora é a Madre São João Fontbonne (1759-1843) e da Congregação de São José de Moutiers, em Moutiers, do ramo da Savoia, a fundadora é a Madre São João Marcoux (1785-1855), (CINTRA, 2005, CARDOSO FILHO, 2009). <sup>4</sup>

Em 1894, as Irmãs de Chambéry foram contactadas por D. José Camargo de Barros, primeiro Bispo do Paraná, que desejava filhas de São José para a direção das Santas Casas de Curitiba e Paranaguá. <sup>5</sup> A solicitação foi realizada pelo Bispo à Supervisora da Província Paulista das Irmãs de São José, Madre Marie Théodore. Devido ao número limitado de Irmãs em terras paulistas, Madre Marie Theodore sugeriu que D. José se dirigisse a Superiora Geral da Congregação do ramo Moutiers, Madre Adèle. Paralelamente, a Superiora Geral de Chambéry, Madre

---

<sup>4</sup> Nessa dissertação, exceto neste parágrafo e no seguinte, as Irmãs de São José serão nomeados com o nome que a Congregação adotou após a reunificação das comunidades: Irmãs de São José de Chambéry. Foi no ano de 1953 que as Irmãs de São José decidiram que era chegado o momento de reunir no mesmo ramo, as suas comunidades (províncias) espalhadas pelo mundo, inclusive no Brasil. E a partir de 1955, todas passaram a se identificar como as Irmãs de São José de Chambéry (CINTRA, 2005, p.20-21; CARDOSO FILHO, 2009, p.92).

<sup>5</sup> Segundo Manoel (1996), a vinda das Irmãs de São José para São Paulo e a outras localidades do Brasil foi o resultado de um planejamento bem elaborado, em escala mundial, um processo de desenvolvimento para recuperar um lugar central para o catolicismo na sociedade. Na atividade educacional, a Congregação de Chambéry introduziu em São Paulo, e mais tarde em outros estados brasileiros, a fórmula de internato. Paralelamente, a escola externa e o orfanato permitiram às Irmãs estender suas atividades a todas as classes sociais.

Jacynthe, escreveu carta a Madre Adèle na qual afirmava: “se me permitis externar meu pensamento, creio que esta fundação [no Paraná] vos será grandemente vantajosa; a língua não é difícil, o clima é ótimo e é terra onde há um bem imenso a fazer”. A carta foi prontamente atendida. Em 23 de junho de 1896, partiram de Moûtiers, França, 6 religiosas e 2 sacerdotes capelães, que chegaram ao Paraná aproximadamente um mês depois. Desembarcaram no porto de Paranaguá e pouco depois seguiram para Curitiba. As irmãs foram recebidas por religiosos e alguns administradores da Santa Casa, e encaminhadas ao Convento Santos Anjos, onde ficaram até o retorno de D. José Camargo de Barros ausente de Curitiba. Com a chegada do Bispo as Irmãs de São José iniciariam suas atividades em terra paranaense (**Livro de Congregação**, [199-], p.19-20).

E em Curitiba, pouco depois de instaladas, as Irmãs assumiram a direção da Santa Casa de Misericórdia e o atendimento aos doentes (PIZANI, 2005, p.36). Em Paranaguá, Madre Euphrasie, Irmã Cécile, Irmã Marie Pauline e Irmã Faustine assumiram a Santa Casa de Misericórdia no dia 3 de abril de 1897, um ano após a chegada no Paraná (**Livro de Congregação**, [199-], p.45).

A atuação das Irmãs se multiplicou em poucos anos. Em 1918, quando a gripe espanhola castigou Curitiba e faltaram leitos na Santa Casa de Misericórdia para socorrer os enfermos, as Irmãs de São José improvisaram camas para cuidar dos doentes no prédio do colégio que haviam organizado e que dirigiam, o Colégio São José (PIZANI, 2005, p.122-126). Exemplo extremo da estreita relação entre as duas atividades as quais a Congregação de São José se dedicava, ou seja, educar e cuidar da saúde dos necessitados. O episódio singular que ocorreu durante a epidemia de 1918 teria um desdobramento significativo, não imaginado no momento em que as Irmãs decidiram abrir as portas da escola para acolher e cuidar dos gripados: a criação do Asilo São Luiz.

Missionárias, o lema das Irmãs era: a caridade vivida que se manifesta e se comunica (expresso na **Constituição** das Irmãs de São José), lema que se evidenciava em várias instituições que organizaram e administraram no Brasil e que, também, aparecerá na organização do Asilo São Luiz de Curitiba, em 1919 (**Constituição das Religiosas de São José de Chambéry**, 1951, p.17-18).

Acompanhar a trajetória educacional desenvolvida no Asilo São Luiz, a partir da preocupação com os órfãos da epidemia de 1918, e a ênfase dada ao ensino profissional para os meninos e jovens ali recolhidos, entre 1919 e 1937, é o tema

desta dissertação, que procurou perceber vínculos da instituição com órgãos governais (estaduais e municipais) e a sociedade curitibana.

No primeiro capítulo, discuto as transformações da Curitiba do final do século XIX e início do século XX e o menor neste contexto específico, destacando o período da gripe espanhola. Período que revelou, de forma exemplar, práticas das Irmãs de São José relacionadas a atenção com os necessitados e com a educação, quando socorreram órfãos da epidemia. As religiosas realizaram uma ação de amparo e instrução de menores que apontava um caminho possível para tentar solucionar as apreensões sociais relacionadas a crianças e jovens, órfãos, abandonados ou delinquentes, que permeavam a sociedade curitibana há alguns anos.

No segundo capítulo, resgatando facetas da vida das crianças e jovens asilados, relaciono a proposta educacional implementada no Asilo São Luiz (com ajuda social e governamental), com as demandas socioeconômicas de Curitiba e com as imposições da legislação escolar, destacando o aspecto profissional dessa educação, que era balizada também por outras leis e decretos que tinham como tema o menor.

No terceiro capítulo analiso as relações e contatos das Irmãs responsáveis pelo Asilo São Luiz com a sociedade curitibana, articulando o papel da Congregação de São José, o futuro dos menores trabalhadores e sua relação com os moradores de Curitiba. Uma relação construída graças a ação cotidiana das Irmãs.

A pesquisa para a realização da dissertação foi realizada principalmente no Arquivo do Lar dos Meninos de São Luis (ex-Asilo São Luiz). No Arquivo foram localizados, o **Livro de Registro** dos menores, **Caderno de Visitas**, fotografias das oficinas e cartões relacionados ao Asilo, **Revista de Comemoração do Cinqüentenário Lar dos Meninos de São Luis**. No acervo do Convento Cajuru, localizei o **Caderno de Poesias**, **Caderno de Cartas**, revista **A Divulgação** e o texto datilografado **Nossa História**, a peça de teatro Os dois órfãos, o **Livro de Congregação das Irmãs de São José no Cincoentenário do Colégio de Nossa Senhora de Lourdes**. No arquivo da Cúria Metropolitana de Curitiba pesquisei o **Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Curitiba**, v.1948-1957.

Na biblioteca da redação do jornal **Gazeta do Povo** foram consultados os números do período de 1919 a 1937 (o jornal foi selecionado porque era o de maior circulação em Curitiba no período pesquisado), na Biblioteca Pública do Paraná e

Círculo de Estudos Bandeirante foram pesquisados por amostragem outros jornais curitibanos. No Arquivo Público do Paraná foram consultadas Mensagens de Presidentes do Estado, Relatórios do Departamento de Instrução Pública (1920 a 1930) e Relatórios do Inspetor Geral do Estado (1922 e 1923).

## **CAPÍTULO 1**

**AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E URBANAS E AS CRIANÇAS  
ABANDONADAS EM CURITIBA. Final do século XIX, início do século XX**

## **1.1– Os menores abandonados e a sociedade curitibana na virada do século XX.**

Curitiba foi construída numa das partes mais baixas de uma vasta planície, a cidade [em 1820] tem uma forma quase circular e se compõe de duzentas e vinte casas, pequenas e cobertas de telhas, quase todas de um só pavimento. As ruas são largas e bastante regulares, algumas totalmente pavimentadas, outras calçadas apenas diante das casas. A praça pública é quadrada, e muito ampla. As igrejas são em número de três, todas feitas de pedra, o que mais se destaca é a igreja paroquial dedicada a Nossa Senhora da Luz, situada na praça.

Curitiba mostra-se tão deserta, no meio da semana, quase todos os seus habitantes são agricultores, que só vem a cidade nos domingos e dias santos, trazidos pelo dever de assistir à missa. Havia também em Curitiba várias lojas muitas bem abastecidas (SAINT-HILAIRE, 1978, p. 69-86).

A descrição de Curitiba feita por Auguste Saint-Hilaire no início do século XIX, nos revela uma cidade simples, modesta e pouco habitada, um local profundamente marcado pela vida agrária. O comércio de passagem e invernada se desenvolveu na localidade devido ao movimento dos tropeiros que ligavam o sul do Brasil e áreas do sudeste. Foi a partir da metade do século XIX que Curitiba, que em 1853 se tornaria capital da recém-criada província do Paraná, passa a ter um crescimento mais expressivo, graças à exportação da erva-mate (notadamente para a região Platina), cuja exploração em terras paranaenses havia se intensificado nas duas décadas anteriores. Esta economia ervateira que, segundo Pereira (1996, p. 109), centrava-se preferencialmente nas vilas e cidades e em seus arredores estimulou a urbanização, que acompanhou o ritmo da expansão do comércio do mate, que também impulsionou o surgimento de oficinas e fábricas, diretamente ou indiretamente, relacionadas ao produto. Em Curitiba, a produção e venda da erva-mate impulsionou a organização de fábricas, como a fundição Marumby, e oficinas especializadas em peças para moinhos, elevadores e serras; além disso, a exportação do mate fez prosperar a exploração da madeira, usada na confecção de barricas para transportar a erva-mate, e também na fabricação de casas nos subúrbios da cidade (QUELUZ, 2000, p.34; PEREIRA, 1996, p.130). A população de Curitiba cresceu, acompanhando a vitalidade econômica da região, para esse crescimento concorreram os imigrantes de origem européia que se instalaram na

região (nas chamadas colônias) e nos arredores da cidade, em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Na capital, o impulso econômico se fez sentir nos novos delineamentos das fachadas das casas mais ricas da cidade e nos melhoramentos das ruas e praças centrais. Serviços de encanamento de água e de eletricidade foram, pouco a pouco, realizados e a cidade foi perdendo seu aspecto de “vila acanhada”, herança da primeira metade do século XIX (PEREIRA, 1996, p.113, DE BONI, 1998, p.25). Em 1900, segundo Lourega (1991, p.16), Curitiba contava com as seguintes fábricas e oficinas:

Fábrica de barricas para erva-mate.....	100
Oficinas de seleiro.....	81
Olarias.....	41
Marcenarias.....	39
Fábricas para beneficiar erva-mate.....	25
Carpintarias.....	19
Oficinas de funileiros.....	12
Moinhos de farinha.....	10
Serrarias.....	10
Curtumes.....	10
Fábricas de café moído.....	10
Fábrica de chapéus.....	02
Fábrica de massas alimentícias.....	02
Fábrica de fósforos.....	01
Fábrica de gelo.....	01

Mas, se as transformações econômicas concorriam para melhoras e embelezamento de Curitiba, por outro lado o crescimento urbano acentuou problemas e não apenas os sanitários ou de organização do espaço urbano. O aumento de pessoas sem emprego circulando pela cidade foi significativo, pois mesmo com o crescimento de Curitiba não eram todos habilitados para as ocupações disponíveis. Eram muitos os indivíduos que viviam de ‘bicos’ ou de esmolas e os jornais da cidade traduziam a preocupação de vários moradores de Curitiba com essa situação, que temiam que esses homens e mulheres

concorressem para o aumento da criminalidade, além dos problemas relacionados ao alcoolismo e a prostituição. Outra preocupação constante era com as crianças e os jovens que viviam na companhia desses indivíduos, ou perambulavam pelas ruas, acompanhados ou sozinhos (TRINDADE, 1998).

Assim, essas transformações urbanas e sociais que estavam ocorrendo na cidade de Curitiba no início do século XX suscitaram debates que tinham como tema essas crianças e jovens que, se continuassem vivendo na situação de abandono físico e moral, poderiam comprometer o futuro e o progresso da capital. Esses menores deveriam ser protegidos, educados para que pudessem se integrar na sociedade. Encaminhar crianças e jovens a instituições que promoviam a educação para o trabalho, contemplaria o processo de moralização, socialização e educação destes menores denominados de “abandonados”, órfãos ou não (TRINDADE, 1998, p. 43).

No Brasil do início do século XX, o debate sobre o “menor abandonado” e seu futuro permeou várias esferas sociais e ganhou cada vez mais espaço nos discursos de médicos e juristas. Para esses dois grupos, investir na educação para o trabalho se delineava como o meio mais eficaz de prevenir, regenerar e reintegrar crianças e jovens na sociedade, em um mundo cada vez mais dominado pelas oficinas, fábricas e indústrias (CÂMARA, 2007, p.269; SOSENSKI, 2008).

Essa discussão ganhou espaço entre os médicos devido a crescente influência e importante participação destes profissionais, determinando e promovendo mudanças de hábitos e intervenções relativas ao corpo, como também ações relacionadas a chamada “regeneração social” e que passaram a compor propostas de formação/educação de crianças e jovens (VEIGA; FARIA FILHO, 1999, p.40). Como lembra Stephanou (2005), a medicina social urbana legitimada pelo seu caráter de cientificidade, moralizador e salvacionista, possibilitou a circulação desses médicos em diversas áreas.

Assim como médicos interferiram nas ações de políticas públicas relacionadas ao menor abandonado no Brasil, advogados e juízes também contribuíram para a legalização do tema. Entre o final do século XIX e começo do século XX, a palavra menor era utilizada para identificar a pessoa que não tinha idade suficiente para assumir determinadas responsabilidades de seus atos. A partir do final dos anos 1910, o termo menor passa a referir-se àquele que vive em condição de abandono e/ou marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhe



correspondem (VEIGA; FARIA FILHO, 1999, p. 49). Esse conceito ganha, portanto, uma conotação desvinculada da idade para assumir paulatinamente imputabilidade legal, passando a designar as crianças e jovens pobres, abandonados. A expressão “salvar o menor” se evidencia nos discursos jurídicos e filantrópicos. Se no século XIX o menor era visto como desprotegido e coitado, no século XX passa a ter nova percepção (TRINDADE, 1998, p.89-90). Segundo Londoño, os juristas identificam como menor as crianças e jovens pobres que povoavam as ruas dos centros das cidades, os mercados, as praças e, muitos deles, por incorrerem em pequenos delitos e frequentarem eventualmente a cadeia, eram chamados “menores criminosos” (1992, p. 135).

Com as mudanças do início do século XX, a legislação procurou assegurar uma ação preventiva por parte do Estado que, partindo do pressuposto que relacionava infância pobre desamparada e criminalidade, buscava soluções para o problema do menor. A aprovação, pelo governo federal, do Decreto 4242, de 5 de janeiro de 1921, marcou o início de uma série de medidas legais que procuravam definir “menor” e, dois anos depois, o Decreto 16.272 regulamentou a assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes (TRINDADE, 1998, p.147 ). Em 1927 o **Código de Menores** reordenava as medidas legais anteriores, consolidando medidas relacionadas a crianças e jovens<sup>6</sup>. O **Código de Menores**, Decreto Federal nº 17.943-A, de 12 de outubro, no seu Capítulo IV, define, juridicamente, o menor abandonado:

Art. 26 – Consideram-se abandonados os menores de 18 anos: I) que não tenham habitação certa, nem meios de subsistência, por serem seus pais falecidos, desaparecidos, ou desconhecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja guarda vivam; II) que se encontrem eventualmente sem habitação certa, nem meios de subsistência, devido a indigência, enfermidade, ausência, ou prisão dos pais ou pessoa encarregada da sua guarda; III) que tenham pai, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para com o filho ou pupilo ou protegido; IV) que vivam em companhia de pai, mãe, tutor ou pessoa que se entregue à prática de atos contrários à moral e aos bons costumes; V) que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicância ou libertinagem; VI) que, freqüentemente, frequentem lugares de jogo ou de moralidade duvidosa, ou andem na companhia de gente viciosa ou de má vida; VII) que, devido a crueldade, abuso

---

<sup>6</sup> Em 1926, o governo federal instituiu o **Código de Menores**, pelo Decreto n. 5.083, de 1º de dezembro, que foi consolidado em 1927 (1960, p. 1 a 29 ). No estado do Paraná, entre leis e decretos que abordavam a questão do menor estavam a Lei n. 2389, de 1925 e o Decreto n. 794, de 1925.

de autoridade, negligência ou exploração dos pais, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam a) vítimas de maus tratos físicos habituais ou castigos imoderados; b) privados habitualmente dos alimentos ou dos cuidados indispensáveis à saúde; c) empregados em ocupações proibidas ou manifestamente contrárias à moral e aos bons costumes, ou que lhes ponham em risco a vida e a saúde; d) excitados habitualmente a gatunice, mendicância ou libertinagem; VIII) que tenham pai, mãe, tutor ou encarregado de sua guarda, condenado por sentença irrecorrível: a) mais de dois anos de prisão por qualquer crime; b) a qualquer pena como co-autor, cúmplice encobridor ou receptador de crime cometido por filho, pupilo ou menor sob sua guarda, ou por crime contra estes (1960, p.38).

É sob este prisma do “menor abandonado”, gestado em anos anteriores ao da promulgação do próprio **Código**, que em Curitiba se concretizaram propostas de criação de instituições direcionadas à educação para o trabalho no início do século XX, instituições que tinham o propósito de prevenir, regenerar e civilizar crianças e jovens, muitos deles órfãos, integrando-os a sociedade.

Segundo Pandini, no início do século XX existiam em Curitiba algumas instituições de assistência aos menores: Hospício Nossa Senhora da Luz, Instituição Protetora da Infância, Orfanato Cajuru e Assistência aos Necessitados. No entanto, nenhuma voltada à profissionalização de crianças e jovens pobres e abandonados da capital. Em 16 de Janeiro de 1910, foi inaugurada a Escola de Artífices do Paraná, uma das mais importantes iniciativas republicanas no campo da educação profissional de menores do sexo masculino. Segundo Queluz (2000, p. 45), a escola oferecia nas suas oficinas, primeiro os cursos de alfaiataria, marcenaria e sapataria, em seguida os cursos de serralheiro mecânico e seleiro tapeceiro. Importante lembrar que na cidade de Paranaguá a Escola de Aprendiz de Marinheiros,<sup>7</sup> criada ainda antes da proclamação da república, no ano de 1864, arregimentava (algumas vezes à força), menores inclusive em Curitiba, com o objetivo de formar cidadãos educados para o trabalho e, ao mesmo tempo, compor o contingente de futuros marinheiros (LOUREGA, 1991 p. 79, MARQUES; PANDINI, 2004, p.88).

Mas o problema era grande e, apesar das instituições, existentes em Curitiba e região, destinadas ao menor abandonado e ao órfão, ainda permanecia a preocupação com crianças e jovens que circulavam pelas ruas. O autor do texto

---

<sup>7</sup> Denominada Companhia de Aprendiz de Marinheiros no ano de sua criação.

abaixo (que não se identificou), publicado no jornal **Commercio do Paraná** em 1918, com o título Cresce a mendicidade em Coritiba, exprimia veementemente seu desejo pela ação do governo contra a “indústria” da esmola que ensinava a “negação do trabalho, atrofiando o espírito juvenil”:

Oxalá possamos ver o Estado como prestamista nesta assistência a que falham meios, já, a caridade publica, para assegurar aos verdadeiros desvalidos, expurgando da nossa vida social, com medidas enérgicas policiaes, esses que fazem do pedir da esmola uma industria faci cynica (sic), ensinando a pobres creancinhas negação ao trabalho, atrophando o espírito infantil com lições deletérias da mentira. (**Commercio do Paraná**, 23/07/1918, p.1)

No mesmo ano de 1918, em sua Mensagem encaminhada ao Legislativo, o presidente do Estado do Paraná, Affonso Alves de Camargo, assim se expressava:

Para evitar que os menores delinquentes de hoje sejam os grandes criminosos de amanhã, seria de benéficos resultados a criação de um Instituto Disciplinar, aproveitando-se para isso um dos próprios estadoaes existentes na zona suburbana desta cidade e funcçionarios da policia civil, que alli prestariam seus serviços sem augmento de despesas. (**Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo**, 1918, p.17)<sup>8</sup>

Foi com a intenção de acolher e educar menores, o que poderia evitar que crianças e jovens se transformassem em delinquentes, que as Irmãs de São José criaram o Asilo São Luiz, em 1919, com o objetivo primeiro de acolher meninos órfãos e prepará-los para uma vida digna em sociedade. Segundo Fernandes, desde sua organização na Europa,

Casas de Asilo da Infância Desvalida tinham uma tripla função: de proteção, de educação e de instrução. Mediante a primeira as crianças eram sustentadas enquanto estavam na escola, ao mesmo passo que se tratava do seu asseio e agasalho. Quanto à educação, a tarefa consistia em promover o desenvolvimento das faculdades físicas e morais das crianças, habituá-las ao asseio, ordem, obediência e respeito, e ainda fazer desenvolver o amor a Deus e ao próximo, acompanhado sempre os preceitos com os bons exemplos.

---

<sup>8</sup> Lei n. 1780, autorizou em 1918 a organização do Instituto Disciplinar (LEI, n.1780, p. 1)

Finalmente a instrução abrangia os elementos da doutrina cristã, ler, escrever e contar, e todas as mais noções gerais apreensíveis pela primeira infância (2007, p.151).

A esses objetivos gerais, presentes na organização do Asilo São Luiz foi acrescentado o da instrução para o trabalho, que seria realizado graças à parceria estreita entre a caridade cristã e a filantropia, em que se evidencia a ação de particulares, mas relacionada a ação do Estado (MARCÍLIO, 2006, p.208). Como escreveu Trindade (1998, p.33), as práticas filantrópicas e caritativas implementadas entre o final do século XIX e início do XX deixam evidentes a colaboração estreita entre particulares e o Estado, principalmente nos casos dos asilos e casas de órfãos.

Essas práticas visavam tanto preparar o menor pobre e abandonado para o mundo do trabalho, quanto valorizar a família, como local apropriado para prevenir a ociosidade, a prostituição, a mendicância, o crime, evidenciando a percepção do trabalho como regenerador social. Segundo Kulhmann (2004, p.65-66), pode ser considerada “assistência científica” a ação para educar/disciplinar o pobre e o trabalhador que envolva parceria entre Estado e a sociedade civil e que adote conhecimentos científicos.<sup>9</sup>

Compartilhada por médicos, juristas, filantropos, educadores e muitos outros, a ideia da regeneração pelo trabalho como o “antídoto” aos perigos decorrentes do ócio e do vício, também sustentaram o discurso dos higienistas, que temiam que “crianças pelas ruas perambulando tornariam-se homens de índole indefinida (MARQUES, 2003, p.58). Para esses homens o progresso do país dependia de ações que tirassem os menores das ruas e os transformassem em homens sadios e moralmente educados, aptos ao trabalho, isentos do rótulo de desordeiros e indisciplinados. Educar crianças e jovens pauperizados, em instituições correccionais ou asilares educativas, parece ter se tornado a fórmula da modernidade ( MARQUES, 2003, p.63-65).

## **1.2 – Os órfãos da gripe espanhola e a criação do Asilo São Luiz, em Curitiba.**

---

<sup>9</sup> Turina (2010, p. 23-32) em sua abordagem sobre a Escola Maternal de Curitiba, entre os anos de 1928 e 1944, ao justificar sua opção pela utilização do conceito “assistência científica”, argumenta, depois de ampla discussão da bibliografia sobre o tema criança-infância-assistência, que as ações filantrópicas e caritativas em alguns aspectos não se apresentam diferenciadas no período estudado, sendo muitas vezes utilizadas como sinônimo.

O Revmo Pe. Jean Michel, capelão da Casa Provincial das Irmãs de São José, no Cajuru, é testemunha, na Santa Casa, de que muitas vítimas aí falecidas não têm com quem deixar seus filhos. Abandonadas e sozinhas, essas crianças reclamam piedade. A Santa Casa está com um bom numero delas e o Colégio São José, transformado em hospital de emergência, abriga outras muitas (**Nossa história**, 1978, p. 98).

A criação do Asilo São Luiz está intimamente relacionada a uma epidemia devastadora, mundial, a gripe espanhola de 1918. Impossível não relembrar, mesmo que em poucos parágrafos a terrível influenza do final dos anos 1910, para termos uma ideia da dimensão de sua letalidade e consequências.

Segundo Bertucci (2004, p.92-99), em meados de 1918, os jornais brasileiros publicavam notícias sobre uma nova epidemia que começava a grassar na Europa, popularmente chamada de gripe espanhola ou influenza espanhola. A partir do segundo semestre a letalidade da doença cresceu: as informações eram que muitas pessoas estavam morrendo e que a doença se espalhava para outros continentes. No mesmo período, no Brasil, o que chamava a atenção dos brasileiros era a partida da Missão Médica Brasileira, para colaborar com o socorro às vítimas da guerra mundial, em solo europeu. Um navio com soldados também seria enviado para a Europa. As duas embarcações fizeram escala na África (em Dakar e, a dos soldados também em Freetown). Em solo africano, vários desses homens adoeceram, mais de 50 morreram (3 eram médicos). O chefe da Missão Médica enviou telegrama ao governo federal informando que os brasileiros haviam sido vítimas da gripe epidêmica.

No Brasil, a gripe espanhola teria chegado com o navio Demerara, que vindo da Inglaterra, fez escala em Lisboa e atracou em Recife, Salvador e Rio de Janeiro, em meados de setembro. Bertucci escreveu:

Algumas pessoas estavam doentes desde a travessia do Atlântico. Metade dos passageiros desembarcou na capital do Brasil. Durante a viagem até o Rio de Janeiro ocorreram 5 óbitos por diversas moléstias, inclusive gripe. Devidamente desinfetado pelas autoridades sanitárias, o navio foi autorizado a desembarcar homens e carga. Algumas pessoas que desembarcaram já estavam enfermas, outras adoeceram. Pouco a pouco, cada vez mais cariocas ficaram gripados.

Paralelamente, o diretor geral da Saúde Pública, doutor Carlos Seidl, tomou medidas preventivas nos portos brasileiros: desinfecção e quarentena de navios. Mas as medidas foram inúteis. O número de enfermos e mortos cresceu vertiginosamente em várias cidades,

primeiro as portuárias, como Salvador e Recife, além do Rio de Janeiro. Em algumas semanas o país inteiro estava gripado. Seidl foi demitido (2006, p.75).

Com um total de 910.710 habitantes (697.543 na zona urbana e 213.167 nos subúrbios e zona rural), o Rio de Janeiro teve cerca de 66% de sua população enferma, 6.073 pessoas morreriam (GOULART, 2005, p.105). Segundo alguns relatos da imprensa, nos piores momentos da epidemia, os cariocas morriam em casa, na rua, no trabalho, em qualquer lugar eram recolhidos pelos funcionários da prefeitura, que jogavam os corpos nas carroças do serviço de limpeza pública (SANTOS, 2004, p. 135).

Em São Paulo, dia 15 de outubro foi confirmado oficialmente o primeiro caso de gripe espanhola: um jovem internado no Hospital de Isolamento desde o dia 13 de outubro. Casos novos multiplicaram-se rapidamente. O Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, órgão oficial encarregado de questões de saúde, sugeriu que a população evitasse aglomerações e que nesse período não frequentasse lugares como teatros, cinemas, igrejas, etc. A gripe espanhola foi a causa do fechamento da maioria dos locais públicos, modificando por algumas semanas o ritmo da cidade, determinando as poucas idas e vindas dos paulistanos. Segundo dados do Serviço Sanitário a gripe vitimou fatalmente 5.331 paulistanos, numa população de 528.295 moradores, isto é, o equivalente a 1% dos habitantes. (BERTUCCI-MARTINS, 2005, p. 165-147)

Mas não apenas nas duas maiores cidades brasileiras a gripe espanhola fez inúmeras vítimas; no Brasil, de norte a sul, foram feitos registros sobre vítimas da gripe espanhola. Em Curitiba, com uma população de cerca de 75.000 moradores, a gripe espanhola, segundo dados governamentais, contaminou 45.249 pessoas, levando a óbito 384 indivíduos. A maioria das mortes foi de homens e mulheres na faixa etária entre 21 e 50 anos, muitos deles pais e mães de famílias, todos em idade considerada “produtiva” por excelência (SILVA, 2006, p.17-18). A epidemia de influenza espanhola deixou um número expressivo de órfãos em várias cidades brasileiras (BERTUCCI, 2004, p.305), e não foi diferente na capital paranaense. O capelão da Santa Casa de Misericórdia, padre Jean Michel, afirmava que no final de 1918, “muitas vítimas aí falecidas não têm com quem deixar seus filhos” (**Nossa história**, 1978, p.98). Eram os “órfãos da gripe espanhola”, que poderiam agravar

problemas como vadiagem, mendicância e criminalidade, que envolviam crianças e jovens e já merecia a atenção de vários curitibanos. Essas preocupações somadas à constatação do padre Jean Michel, que também era capelão da Casa Provincial das Irmãs de São José,<sup>10</sup> Irmãs que atuavam no tratamento dos enfermos na Santa Casa, foram fatores determinantes para a criação do Asilo São Luiz pelas Irmãs de São José.

A própria **Constituição das Religiosas de São José de Chambéry**, no capítulo XXIII, explicitava, como uma das obrigações das religiosas, o cuidado com crianças e jovens:

§166 - O cuidado das crianças pobres é uma das principais funções da congregação. Neste laborioso mister e nesta grande missão é que as Irmãs devem desenvolver todo o ardor de seu zelo, pois é de boa ou de má educação das crianças que depende principalmente o futuro feliz ou infeliz da sociedade. Por isso elas se encarregarão da direção de salas de asilo para a infância, de escolas para crianças pobres e de orfanatos. Abrirão escolas domésticas, em que ensinarão as jovens os trabalhos manuais, próprios de sua condição. (1951, p.79-80)

A proposta de criação do Asilo São Luiz possibilitava o cuidado de crianças e jovens órfãos do sexo masculino (as do sexo feminino seriam encaminhadas para o Orfanato do Cajuru), a propagação da fé, e também a ação educativa da igreja, ação feita a partir das novas demandas sociais, de trabalho, que deveriam ser conjugadas pelos ideais ultramontanos (CINTRA, 2005, p.14).<sup>11</sup>

As irmãs de São José, fiéis às diretrizes ultramontanas, foram as primeiras a ser requisitadas na educação das damas da sociedade paulista, no século XIX, e

---

<sup>10</sup> Padre Jean Michel, natural da França, veio como missionário para o Paraná em 1901, também foi capelão no Convento São José do Cajuru em Curitiba e aí permaneceu até falecer, em dezembro de 1923 (**Revista de Comemoração**, [1969], p.3).

<sup>11</sup> O Ultramontanismo constituiu-se no movimento católico que buscava consolidar a Santa Sé como centro orientador da Igreja e, através da hierarquia eclesiástica, garantir a autoridade do Papa. Preocupava-se em combater as ideias liberais, sociais e econômicas, e, no contexto francês o movimento ultramontano afirmava que a Revolução Francesa havia causado a anarquia republicana seguida da tirania napoleônica. Era preciso recatolicizar a França (CARDOSO FILHO, 2009, p. 97). Os ultramontes eram os defensores e os agentes de um doutrinamento que considera a primazia da autoridade espiritual sobre o poder político, a primazia da fé sobre a ciência, bem como a incompatibilidade da Igreja com a sociedade moderna, entendida como marcada pelo pensamento liberal. O ultramontanismo significou um projeto de ação de afirmação da Igreja Romana, de afirmação da ortodoxia católica, de centralização do poder do papa (CINTRA, 2005, p. 13-17).

mais tarde atuaram em todo o país, inclusive no Paraná. As irmãs defendiam a educação como atividade de importância primordial, e em todos os níveis sociais, pois, com suas nuances, a ela cabia a formação integral do homem: cultural, religiosa, para o trabalho (MANOEL,1996,p.57), Imbuídas dos princípios explicitados na encíclica **Rerum Novarum**, promulgada pelo Papa Leão XIII em 15 de novembro de 1891,<sup>12</sup> sobre a sociedade moderna e o mundo do trabalho, as Irmãs de São José, realizaram no Asilo São Luiz proposta da educação do menor voltada para a formação do homem trabalhador dentro dos princípios do catolicismo.

O Asilo São Luiz foi fundado oficialmente no dia 21 de junho de 1919, por Dom João Francisco Braga, primeiro Arcebispo de Curitiba, sob a proteção especial do Bispado em parceria com as Irmãs de São José, encarregadas da administração, cuidados e da educação dos meninos e jovens. Idealizado no momento de uma crise epidêmica, o Asilo teve suas funções ampliadas em pouco tempo: “asilar órfãos de pais vitimados pela epidemia da “influenza Espanhola” e posteriormente amparar e educar órfãos e desamparados” (**Boletim Eclesiástico**, 1948-1957, p.55).

Desde o primeiro semestre de 1919, o Asilo São Luiz recebeu menores que não eram órfãos, isto é, crianças e jovens com mães e/ou pais vivos, ou seja, que não haviam morrido de gripe espanhola (ou de outra causa). Vários menores também tinham outros parentes próximos vivos, como avós e tios. Nos primeiros meses de 1919 foram deixados no Asilo por seus pais: Rufino das Neves, Orlando Tomáz, Nivaldo Cordeiro e Sebastião da Costa (**Livro de Registro**. Fichas n. 8, 11,14 e 16).

---

<sup>12</sup> A encíclica **Rerum Novarum** trata de questões do mundo industrial e das sociedades democráticas que se consolidaram no século XIX. A encíclica critica fortemente a falta de princípios éticos e de valores morais da sociedade do Oitocentos, apontando sua matriz laica como uma das grandes causas dos problemas socioeconômicos existentes. O documento defende a propriedade privada, condena o socialismo ( que apenas insuflaria o ódio entre as pessoas) aponta a necessidade de uma melhor distribuição da riqueza, da intervenção do Estado na economia em favor dos mais pobres e desprotegidos, e a caridade do patronato para a resolução de questões com os trabalhadores. Cf.: **Rerum Novarum** (português) em [www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii). Acesso em 20/01/2010.





Figura 1: **Edifício do Asilo São Luiz, final do ano de 1923**  
Arquivo do Lar dos Meninos de São Luis (ex- Asilo São Luiz) – Curitiba - PR <sup>13</sup>

Situado a Praça da República, (depois Praça Rui Barbosa), nº 138, fundos do Colégio São José (**Gazeta do Povo**, 14/09/1921, p.2), antes mesmo de sua fundação oficial, o Asilo já recebia menores órfãos. No dia 1º de Janeiro de 1919, a chegada do menor Luiz Antenor Lazzarotti, encaminhado pela Santa Casa de Misericórdia (depois de batizado pelo padre Mauricio Dumand), inaugura a ação das Irmãs. Luiz, nome do primeiro menino asilado, será também o nome do Asilo. Luizinho, como era chamado pelas Irmãs, tinha apenas 2 anos de idade, foi deixado aos cuidados das Irmãs depois da morte dos pais por gripe espanhola. Em 1931, com 12 anos, Luiz, que havia feito curso de marcenaria é transferido para a Escola de Reforma do Estado, instituição destinada à regeneração de menores infratores (COLOMBO, 2002, p.102). O que Luizinho havia feito para ser transferido para tal instituição é uma informação que as Irmãs fizeram questão de omitir de sua Ficha, a de número 1 entre as de todos os internos da instituição (**Livro de Registro**. Ficha n.1) (Figura 2).

<sup>13</sup> A partir de agora Arquivo LMSL

N.º 1

Nome Luiz Antenor Lazzarotti

Pae Victor Lazzarotti nac. Italiana Mãe Maria Ignorido nac. Italiana

Nasceu em Curitiba Lugar Município Data da entrada 1/1/1911

Côr, sinais e defeitos físicos Branca

Altura e peso Desconhecidos Entrou cursando 0 Nada

Curso profissional Marcenaria Data da saída 2/I/1931

Nome do tutor ou responsável Asilo S. Luiz

Endereço Praça Rui Barbosa n.º 131

OBSERVAÇÕES:

Em batizado na Santa Casa de Misericórdia desta capital, pelo Padre Maurício Humand.

Infância de pai e mãe.

Filhos legítimos.

Saiu deste estabelecimento a 2 de janeiro de 1931, com a idade de 19 anos, sendo encaminhado para a Escola de Reforma do Estado.

O lugar exato do seu nascimento é desconhecido, sabendo-se somente que é um município desta capital.

Quando entrado muito criança, com a idade de dois anos, veio por curso trouxa consigo.

Sinais e defeitos físicos, não tem.

Entrou e deu o nome a este estabelecimento.




Figura 2: Ficha n.1. Luiz Antenor Lazzarotti

Fonte: Livro de Registro. Asilo São Luiz, 1919-1937. (Arquivo LMSL)

## TRANSCRIÇÃO - FICHA N.1

Nº 1		
Nome: Luiz Antenor Lazzarotti		
Pai: Victor Lazzarotti	Mãe: Nome ignorado	Nac.[dos pais]:
Italiana		
Nasceu em: Curitiba	Logar: Municipio	Data de entrada: 1/ 1/1919
Côr, signaes e defeitos phisicos : Branca		
Altura e peso : Desconhecidos	Entrou cursando : Nada	
Curso profissional: Marceneiro	Data de saída: 2 / 1 / 1931	
Nome do tutor ou responsavel : Asilo S. Luiz		
Endereço: Praça Rui Barbosa nº 138		
<p>Observações: Foi batizado na Santa Casa de Misericórdia desta capital pelo Padre Mauricio Dumand. Orfãos (sic) de pai e mãe. Filhos legítimos (sic). Saiu deste estabelecimento a 2 de janeiro de 1931, com a idade de 12 anos, sendo encaminhado para a Escola de Reforma do Estado. O logar exato do seu nascimento é desconhecido, sabendo-se somente que é um município desta capital. Tendo entrado muito creança, com idade de dois anos, nem um curso trouxe consigo. Sinaes e defeitos fisicos, não têm. Entrou e deu o nome a este estabelecimento.<sup>14</sup></p>		

O primeiro interno Luiz não estava sozinho, seu irmão João foi acolhido no mesmo dia 1º de Janeiro de 1919. Quatro anos mais velho que Luiz, João também foi batizado pelo padre Dumand antes de ser encaminhado para as Irmãs, estava com seis anos de idade e entrou no Asilo “cursando o jardim de infância” (como escreveram as Irmãs em sua Ficha), também fez curso de marcenaria e, assim como aconteceria dois anos depois com Luiz, João foi encaminhado em 27 de março de 1929 para a Escola de Reforma do Estado, estava com 16 anos, tinha 1.68m de altura e pesava 64 quilos. Nada mais sabemos sobre ele ( **Livro de Registro**. Ficha n.2).

As Fichas dos irmãos Lazzarotti, além de serem o modelo usado para o registro de todos os internos do Asilo São Luiz nas primeiras décadas do século XX,

<sup>14</sup> Interessante observar, além da preocupação com a constituição física, o plural das palavras “orfãos” e “filhos legítimos”. Seria um descuido da pessoa que preenchia a ficha de Luiz e já observava seu irmão João?

indicam também que as informações anotadas pelas Irmãs eram atualizadas, como se pode deduzir pelo preenchimento do item Curso Profissional nas Fichas de Luiz e João, que entraram na instituição respectivamente com dois e seis anos e, portanto, só alguns anos depois poderiam ter se dedicado à marcenaria, como consta de seus prontuários. Além disso, as Fichas dos irmãos indicam uma ação do Asilo que se repetirá muitas vezes: a de assumir a responsabilidade ou tutoria pelos menores que abrigava e educava.<sup>15</sup>

Entretanto, o número de informações nas Fichas variou e em várias delas só aparece o primeiro nome da criança ou jovem. Pela falta ou omissão proposital de dados os espaços em branco eram, em geral, preenchidos com as seguintes palavras: “desconhecido”, “não se sabe” ou simplesmente “não informado”. Informações não obtidas ou negadas podem indicar até mais do que aquilo que foi escrito: podem traduzir vergonha de se expor (e expor o filho), ou temor da polícia; podem sinalizar as dificuldades para criar os filhos ou a intenção de não assumir a responsabilidade sob a prole (muitos pais não eram identificados). Muitas vezes era preferível ‘apagar’ a origem e a história, com um “não se sabe” ou “ignora-se”. Mas, o preenchimento das Fichas, mesmo que incompleto, além de ser indicativo do número de menores asilados, permitiu às Irmãs conhecer um pouco mais dos meninos e jovens que eram entregues para a sua guarda, e proporcionou, mesmo que de forma brevíssima, o histórico de parte significativa da vida desses menores.

---

<sup>15</sup> Em alguns casos, uma pessoa que não se declarava pai, mãe ou parente assumia a responsabilidade pela criança ou jovem, como foi o caso da Sra Lili Santerre Guimarães, tutora dos irmãos Plácido e José Palmeira de Paula ( **Livro de Registro**. Fichas n. 123 e 124)

N.º 12.

Nome Antonio José  
 Pai ~~~~~ nac. ~~~~~ Mãe Maria Cândida nac. Brasilista  
 Nasceu em Curitiba Logar Municipal Data da entrada 15/IV/1919  
 Cór, sinais e defeitos físicos Parda, sem e def. fis. não tem  
 Altura e peso ~~~~~ Entrou cursando o Jardim da infância  
 Curso profissional ~~~~~ Data da saída 18/II/1926  
 Nome do tutor ou responsável Maria Cândida de Jesus  
 Endereço Desconhecido

OBSERVAÇÕES:

Batizado em Curitiba, na Igreja do Senhor  
 Dom Jesus. Filho natural.  
 Entrou neste estabelecimento a pedido das  
 Irmãs de caridade de S. Vicente.  
 Permaneceu nesta casa por espaço de 7 anos.  
 Entrou com 2 dois anos de idade, saindo des-  
 ta casa com 9 anos de idade, sendo entregue a sua respon-  
 sável, isto no dia 18 de fevereiro de 1926, ao principiar  
 o curso primário.

Figura 3: Ficha n. 12 - Antonio José  
 Fonte: Livro de Registro. Asilo São Luiz, 1919-1937. (Arquivo LMSL)

N.º 13.

Nome José Bianchi  
 Pai Feliz Bianchi nac. Italiana Mãe ~~~~~ nac. ~~~~~  
 Nasceu em Ignorase Logar ~~~~~ Data da entrada 16/II/1919  
 Cór, sinais e defeitos físicos Branco, sem e def. fis. não tem  
 Altura e peso ~~~~~ Entrou cursando o Jardim da infância  
 Curso profissional ~~~~~ Data da saída 15/IX/1919  
 Nome do tutor ou responsável Feliz Bianchi  
 Endereço ~~~~~

OBSERVAÇÕES:

Batizado, não se sabe aonde. Filho natural.  
 Entrou com a idade de 7 anos.  
 Permaneceu nesta casa durante 5 meses, sendo des-  
 pulso a fim da disciplina, isto a 15 de setembro de 1919.

Figura 4: Ficha n. 13 - José Bianchi  
 Fonte: Livro de Registro. Asilo São Luiz, 1919-1937. (Arquivo LMSL)

N.º 27

Nome Epaminondas Kriger  
 Pai Otto Kriger nasc. Não se sabe Mãe Sem informações nasc. Desconhecida  
 Nasceu em Ignorado Lugar Também Data de entrada 22/X/1920  
 Cór, sinais e defeitos físicos Branca, sem def. fis. não tem.  
 Altura e peso mm Entrou cursando o curso primário  
 Curso profissional Não tem Data da saída 4/II/1924  
 Nome do tutor ou responsável Asilo S. Luiz  
 Endereço Rua Rui Barbosa nº 438.

OBSERVAÇÕES:

Não se sabe se é batizado, pois entrou sem informação alguma e ao mesmo tempo abandonado.  
Ficou neste Asilo durante 4 anos, quando a 4 de fevereiro foi entregue ao Hospício de Nossa Senhora da Luz em Curitiba, por comecar a sofrer das faculdades mentais.  
Estando interno naquele estabelecimento, durante pouco tempo melhorou muito, ficando como empregado do mesmo.  
Entrou nesta casa com a idade de 8 anos, sendo daqui, com 12 anos.

Figura 5: Ficha n. 27- Epaminondas Kriger

Fonte: Livro de Registro. Asilo São Luiz, 1919-1937. (Arquivo LMSL)

No final do ano de 1919 estavam no Asilo: 1 menino de cinco meses, 1 menino de um ano, 5 meninos com dois anos, 5 meninos de quatro anos, 3 meninos de seis anos, 3 meninos de sete anos, 2 meninos de oito anos, 2 meninos de dez anos, 1 menino de onze anos, totalizando 24 menores no ano da fundação da instituição. Muitos deles permaneceram por pouco tempo, alguns foram encaminhados a outras instituições ou entregues aos responsáveis. Os primeiros menores que ingressaram no Asilo foram entregues pelo padre Jean Michel, outros deixados pelo pai viúvo, juízes ou responsáveis conforme constam nas Fichas. São muitas as histórias, escritas em poucas linhas, contadas nas Fichas dos internos.

No primeiro mês de atividade da instituição, as Irmãs do Asilo São Luiz viveram uma situação que não se repetiria. Dia 7 de Janeiro de 1919, uma viúva e seus filhos, que não tinham para onde ir, foram encaminhados por padre Jean Michel para o Asilo São Luiz. Situação singular: uma mulher, em uma instituição para crianças do sexo masculino. Mas, as Irmãs encontraram uma forma de abrigar a viúva, além de seus filhos, sem alterar o perfil da instituição que estava em processo de organização: transformaram a senhora em colaboradora efetiva do Asilo. Como ficou gravado na memória da Instituição:

Havia na Santa Casa, uma senhora que ficara viúva com 7 filhos. O Pe. Michel ofereceu-lhe o Asilo para ela e os quatro filhos. Suas três filhas encaminhou-as para o Orfanato do Cajuru. Esta senhora aceitou o convite e tornou-se a primeira colaboradora das Irmãs no Asilo improvisado. Chamava-se Dona Albina Montanari [ou Montanari]. Durante mais de 40 anos foi vista sentada a máquina de costura, remendando ou fazendo roupa nova para as crianças (**Nossa história**, 1978, p. 98).

Mesmo sendo o objetivo do Asilo São Luiz acolher menores do sexo masculino, a instituição não deixou de, em circunstâncias especiais, realizar a finalidade de uma casa asilar ‘tradicional’, ou seja, a de garantir a assistência aos menos favorecidos que buscassem ajuda e, muitas vezes assumindo a custódio sobre pessoas que acabavam permanecendo na instituição.<sup>16</sup> Este foi o caso de Albina Montanari.<sup>17</sup>

Décadas depois, em 1969, a publicação comemorativa dos 50 anos do Asilo São Luiz, transcreveu uma poesia de Hugo Montanari Junior, filho mais novo de dona Albina. As palavras do filho são comoventes:

Mãe  
 Não é preciso, Mãe  
 Que tu me fales pela voz dos ventos,  
 Para que eu te entenda.  
 Nem que de dê, solícita,  
 No crístico esplendor da natureza,  
 Para que eu te ame,  
 Nem que te ascendas, sempre,  
 Nas vastidões dos mundos desconhecidos,

---

<sup>16</sup> Entre o século XI e XIV surgiram as primeiras hospedagens assistidas, precursoras do hospital e do asilo (CABAS et al, 2004 p. 12). Os asilos considerados inicialmente como lugar de abandono temporário tornam-se lugar de abandono definitivo. Passaram a representar não somente um primeiro socorro, mas também a possibilidade de um dote para as moças e de uma profissionalização para os rapazes (TRINDADE, 1998, p.53).

<sup>17</sup> Dos quatro filhos de dona Albina, Plínio estudou no internato (seminário) do Colégio Estadual e foi empregado da estrada de ferro; Paulo cursou o primário, estudou datilografia e formou-se guarda-livros (saiu do Asilo com 19 anos, em 1931); Osiris tornou-se alfaiate, e Hugo Montanari Junior saiu do Asilo em junho de 1930 “para realizar seus estudos no Juvenato Champagnat, voltando novamente meses depois” (**Livro de Registro**. Fichas n.3, 4, 5 e 6).

Para que eu te creia,  
 Nem que te escondas, vívida,  
 Nas reticências nômades da morte,  
 Para que te busque,  
 Pois sempre entendi  
 Teu sopro imponderável no recesso  
 Do alento que me anima,  
 E te amei, desde a gênese  
 Fluída e incorpórea do meu ser,  
 Moldado a tua imagem  
 (**Revista de Comemoração**, [1969], p.5).

Assim como dona Albina Montanari inspirou seu filho Hugo a lhe prestar uma homenagem, através da poesia, em sinal de gratidão pelo seu amor e carinho, tanto para com ele, como para com seus irmãos, o jornal **Gazeta do Povo** publicou em 1930 uma declaração exaltando a dedicação e o amor da irmã Maria dos Anjos pelos asilados. Com o título No Asylo S. Luiz. A festa do Coração, o texto que afirma que a religiosa “passou a ser a mãe carinhosa de 130 orphãosinhos”, é concluído com os dizeres:

Lá no Asylo todos a tratam de mãe. Hontem ella teve a certeza de quanto é estimada e da gratidão de seus órfãos. Numa festinha preparada as escondidas, Mére Maria dos Anjos recebeu uma consagração dos asylados. Recitativos, representações, bailados, flores, presentes tudo em homenagem aquelle formoso coração (**Gazeta do Povo**, 3/08/1930, p.3 ).

Mas como nem tudo são flores, adversidades aconteciam. Muitas vezes a Irmãs se deparavam com situações difíceis em relação a saúde dos menores do Asilo. Experientes no ramo de cuidados com enfermos, elas prestavam atendimento às crianças e jovens que adoeciam e em casos mais graves, transferiam os menores para a Santa Casa de Misericórdia ou para outra instituição hospitalar.

Foi o caso do menor Albino Cesar de Oliveira, que adoeceu e foi encaminhado ao Sanatório da Lapa.<sup>18</sup> Ele entrou no Asilo em 1924, cursou o

---

<sup>18</sup> O Hospital Regional da Lapa São Sebastião (1927), foi o pioneiro no tratamento de tuberculose no Paraná. Conhecido como Sanatório da Lapa, foi fundado pelo Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha (**Dicionário Histórico-Biográfico do Estado do Paraná**, 1991, p.304)



primário e foi auxiliar de tipógrafo no (Colégio?) Bom Jesus, permaneceu por 7 anos no Asilo. Outro caso foi o do menor Joaquim Borges, que depois de 4 anos na instituição e de cursar o primário, ficou “gravemente doente e veio a falecer” no Asilo. Em ambas as Fichas não foi informada a idade dos menores. (**Livro de Registro**. Fichas n. 129 e 193 )

Outro caso excepcional, único, aconteceu ainda no primeiro semestre de 1919, quando já havia menores de várias idades no Asilo São Luiz. Uma menina recém-nascida foi deixada na porta da instituição, dia 26 de junho. Batizada com o nome de Maria Luiza, deveria apresentar sinais claros de fragilidade, pois ficou sob os cuidados das Irmãs que não precipitaram sua transferência para uma instituição de meninas. Mas Maria Luiza com seu nome significativo que lembrava a mãe de Jesus e o primeiro menino que havia sido recolhido no Asilo, apenas “permaneceu viva por 3 meses”, falecendo dia 30 de setembro. Na parte superior da Ficha da menina abrigada provisoriamente na instituição e que faleceu no Asilo, está o desenho de uma pequena cruz (**Livro de Registro**. Ficha n.19).

N.º 19

Nome Maria Luiza

Pae \_\_\_\_\_ nac. \_\_\_\_\_ Mãe \_\_\_\_\_ nac. \_\_\_\_\_

Nasceu em Não se sabe Lugar \_\_\_\_\_ Data da entrada 26/VI/1919

Côr, sinais e defeitos físicos Branca, sem defeitos físicos

Altura e peso \_\_\_\_\_ Entrou cursando o Nada

Curso profissional Não tem Data da saída 30/IX/1919

Nome do tutor ou responsável Asilo S. Luiz

Endereço Rua Rui Barbosa nº 138

OBSERVAÇÕES :

Batizada. Foi encontrada na porta deste estabelecimento.

Permaneceu viva por espaço de 3 meses, entregando ao Senhor a sua alma no dia 30/IX/1919.

Figura 6: Ficha n. 19 - Maria Luiza

Fonte: **Livro de Registro**. Asilo São Luiz, 1919-1937. (Arquivo LMSL)

E, nos primeiros anos de seu funcionamento, além dos filhos de Albina Montanari e de Luiz e João Lazzarotti, o Asilo São Luiz recebeu vários menores de uma mesma família. Em meados de 1919, os irmãos Ney Severo e Aristides Teixeira entraram no Asilo, respectivamente com sete e quatro anos. Filhos de Paulino e Maria Teixeira, que ficaram como responsáveis pelas crianças, eles permaneceram asilados até 26 de fevereiro de 1924 (**Livro de Registro**. Fichas n.20 e 21). Os irmãos Peregrino e Luiz Tarouco, que também entraram na instituição em 1919 tiveram destinos diversos. Peregrino deixaria o Asilo dois anos depois, com 12 anos, enquanto Luiz permaneceria vários anos na instituição, foi desligado e lá permaneceu como contra-mestre na oficina de marcenaria ( **Livro de Registro**. Fichas n.22 e 23). Os irmãos Humeney deram entrada no Asilo São Luiz em 1921 e deixaram a instituição em anos diferentes; Pedro em 1924, com 14 anos, e Elias em 1931, com 19 anos. Entretanto, o desejo de ingressar na igreja como sacerdote separou os irmãos, Pedro foi estudar em São Paulo, onde permaneceu por dois anos, e Elias permaneceu no Asilo estudando e se profissionalizando. Ambos foram deixados no Asilo pelos Padres Passionistas, do bairro Cabral, em Curitiba (**Livro de Registro**. Fichas n.33 e 34).<sup>19</sup>

É preciso considerar que em Curitiba, assim como em diferentes partes do Brasil, para a manutenção da ordem para o progresso, o combate a comportamentos considerados perniciosos, como mendicância ou vadiagem de menores, foi alvo de ações policiais que se conjugavam com a atuação de diferentes setores sociais que procuravam resgatar essas crianças e jovens de um caminho que, acreditavam, conduziria inexoravelmente ao crime, à desordem social.

Segundo De Boni (1998, p.133), na capital paranaense as infrações mais cometidas no início do século XX relacionadas aos menores consistiam em embriaguez e desordem, furto/roubo e vadiagem, sendo a maior incidência de prisões por furto e roubos.

Um exemplo dessa situação foi o caso publicado no jornal **Gazeta do Povo**, em julho de 1922. Entre várias notícias, deparamos com uma intitulada Na escola do vício. O autor do texto informava que a polícia havia prendido o menor Ewaldo

---

<sup>19</sup> Nesse mesmo ano, 1921, também entraram na instituição os irmãos Osvaldo e Durival Carvalho. Em 1922, os irmãos Moraes Seixas, Silvio e João, e em 1926, Antonio e Osvaldo Pacheco, isto para ficarmos em exemplos dos primeiros anos do Asilo. Cf.: **Livro de Registro**. Fichas n. 41 e 42, 50 e 51, 162 e 163.

Cavalcanti, acusado de ter furtado 5 chapéus da residência do Sr. Clodomiro Portugal (**Gazeta do Povo**, 13/07/1922, p. 2).

Para tentar fazer prevalecer a ordem e o controle social nos locais em que viviam ou circulavam pessoas identificadas como um perigo em potencial para a sociedade, o Dr. Luiz Albuquerque Maranhão, chefe de polícia de Curitiba de 1920 a 1926 (**Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo**, 1927, p. 165), atuou contra a vadiagem e a prostituição, além de procurar coibir a violência, o roubo e a criminalidade.<sup>20</sup>

Esta ação múltipla resultou no encaminhamento de vários menores ao Asilo São Luiz pelo Dr. Maranhão. Foi o caso do menor Virgílio de Paulo, idade e filiação ignoradas, que ingressou no Asilo em 22 de dezembro de 1924, permanecendo por três anos na instituição. O menor concluiu o primário e nada mais foi acrescentado na sua Ficha, a de n.127. Outro menor entregue pela polícia aos cuidados das Irmãs do Asilo São Luiz foi Albino Ferreira de Quadros, oito anos de idade, que chegou na instituição dia 20 de julho de 1925. Permaneceu no Asilo por cinco anos, concluiu o primário, e com 13 anos, dia 1º de janeiro de 1930, foi encaminhado para a Escola de Reforma (**Livro de Registro**. Fichas n.127 e 142).

A Escola de Aprendizes de Marinheiros também foi uma Instituição que recebeu meninos do Asilo São Luiz, como o menor Osmario dos Santos, entregue a instituição pela Sociedade de Socorro aos Necessitados com 11 anos de idade, saiu três anos após para ingressar na Escola de Aprendiz de Marinheiro<sup>21</sup>. Os menores Reinado Bispo da Silva com 15 anos e Osmar dos Santos com 14 anos, foram encaminhados à Marinha, ambos haviam concluído o primário, Reinaldo havia cursado o ofício de sapateiro e Osmar de marceneiro. Em suas Fichas somente constava Marinha, podemos pensar que a Marinha, a que se refere a Ficha dos menores, poderia ser a Escola de Aprendiz de Marinheiro; apenas uma hipótese. Não foi citado o motivo da transferência dos menores. (**Livro de Registro**. Fichas n. 58,73 e 158)

Ações de encaminhamento de menores, envolvidos em crimes ou contravenções, para instituições assistenciais ou correcionais, ocorreram antes da

<sup>20</sup> A Lei n. 2232 de 1923 assinada pelo Presidente do Paraná, determinando as atribuições da polícia em relação aos menores ( LEI n. 2.232, p. 1-2).

<sup>21</sup> O Asilo São Luiz recebeu menores encaminhados por outras instituições ou associações, tais como a Sociedade de Socorro aos Necessitados que, nos anos de 1920, fazia donativos ao Asilo em contrapartida pelos serviços prestados (TURINA, 2010, p.47).

promulgação do **Código de Menores**. Mas, em 1927, o **Código** formaliza, tal procedimento através do Capítulo VII, Artigo 68, Parágrafo 2, determinando:

Se o menor [14 anos] for abandonado, pervertido, ou estiver em perigo de o ser, a autoridade competente promoverá a sua colação em asilo, casa de educação, escola de prevenção ou o confiará a pessoa idônea, por todo o tempo necessário à sua educação, contando que não ultrapasse a idade de 21 anos (1960, p.55).

Qual o destino dos meninos Virgílio e Albino, dos irmãos Luiz e João Lazzarotti e de outros menores encaminhados primeiro para o Asilo São Luiz e depois para a Escola de Reforma? Teriam se tornado trabalhadores honestos, como pretendiam os autores do **Código de Menores** de 1927, e as Irmãs do Asilo, que também pretendiam que fossem todos bons católicos. Teriam esses menores enveredado pela criminalidade, apesar de terem permanecido, e serem supostamente reeducados, em instituições adequadas?

Na primeira metade da década de 1920, a Irmã Maria dos Anjos, diretora do Asilo São Luiz, enviava seus votos de boas festas ao chefe de polícia. Começa a breve missiva com um agradecimento pelo “pedido realizado”, demonstração da importância do favor recebido ou da necessidade de destacar o feito de uma pessoa que atuava, cotidianamente, com menores.

Exmo Sr. Dr. Maranhão

D.D. Chefe de Polícia

A Irmã Maria dos Anjos oferece a expressão de seu profundo agradecimento pelo pedido realizado e os votos sinceros de ano novo, pedindo a Deus graças para sua Exma. Família (**Caderno de Cartas**, [192-], p.6).

Coincidentemente, no período em que o Dr. Maranhão foi chefe de polícia, o jornal **Gazeta do Povo** de 5 de dezembro de 1922, relatava o caso de um menor fugitivo. O artigo, com o título Um menor que foge, informava “fugiu hontem do Asylo São Luiz, a praça da República o menor André de tal, 5 annos , natural da França. André não fala o português, trajava o fardamento azul na ocasião que desapareceu. A polícia está procurando o travesso fugitivo” (**Gazeta do Povo**, 5/12/1922, p.2). O que teria acontecido para que André resolvesse fugir do Asilo? A criança não foi encontrada, ou pelo menos nenhuma notícia mais sobre o pequeno André foi publicada nos jornais. Em 20 de Abril de 1924 ingressou no Asilo o menor

André Sion Junior, sete anos, filho de André Sion e Rosa Sion, de ascendência francesa.<sup>22</sup> Seria este menor o mesmo menino fujão de dois anos antes? A pergunta não é descabida, a semelhança do nome, a idade e a nacionalidade do menor, nos faz pensar que pode ser o mesmo André, que retornou ao Asilo dois anos mais tarde (**Livro de Registro**. Ficha n. 90).

Outro menor que fugiu do Asilo São Luiz foi Augusto do Rosário. Ele havia entrado na instituição com oito anos de idade e ficou asilado por três anos. Entre a data de entrada no Asilo e sua entrega para o padrinho e responsável Sr. Fábio de Souza, o menor fugiu duas vezes, voltando meses depois. Quem trouxe o menor de volta ao Asilo? Isto não foi registrado em sua Ficha, mas, provavelmente, foi seu tutor (**Livro de Registro**. Ficha n.18).

As fugas não eram apenas de meninos pequenos como André e Augusto, também jovens se evadiam da instituição, como Frederico Bernoni dos Santos, de 16 anos que no final de outubro de 1930 fugiu do Asilo São Luiz e foi encontrado na casa da avó materna. A própria mãe, Suzana, avisou o Chefe da Polícia e o menor retornou ao Asilo. Mais ou menos um ano após a sua fuga, no dia 29 de agosto de 1931, o jovem Frederico foi expulso da instituição por insubordinação (**Gazeta do Povo**, 13/11/1930, p.3; **Livro de Registro**. Ficha n. 60).

Fugas e rebeldias, o dia-a-dia das Irmãs era marcado por ações de menores que requeriam habilidades extras no tratamento, o que incluía por vezes o encaminhamento da criança ou jovem para outra instituição, entretanto, elas também recorreriam à solução extrema: a expulsão, como ocorreu com o jovem Frederico Bernoni dos Santos. Foi também o caso do menor José Bianchi, “expulso a bem da disciplina”, com sete anos, depois de permanecer apenas cinco meses no Asilo. Entre outros expulsos estavam, Nivaldo Cordeiro, que entrou na instituição com seis anos, e foi “expulso e entregue a seus respectivos paes por ser insubordinado” em 9 de julho de 1928, com 15 anos, e Alfredo de Souza, que entrou com sete anos no Asilo, permaneceu cinco anos e “saiu expulso por ser indisciplinado”, quando tinha 12 anos de idade (**Livro de Registro**. Fichas 13,14, 26). A partir da expulsão os menores deveriam cuidar da sua própria vida, de sua sobrevivência.

---

<sup>22</sup> No período estudado, foram registrado no Asilo São Luiz somente 3 meninos de ascendência francesa, André Sion e os irmãos Francisco e Jorge Hublet (**Livro de Registro**. Fichas n. 90, 91 e 119).

Como aconteceu com Frederico Bernoni dos Santos, cuja mãe tomou providências para que seu filho retornasse para a instituição, muitos menores seriam encaminhados ao Asilo por suas geratrizes que, em vários desses casos eram identificadas também como as responsáveis por eles. Este foi o caso dos irmãos João e José Maskoski, que entraram na instituição em 1921, sob a responsabilidade da mãe (**Livro de Registro**. Fichas n. 30 e 31). Entre os filhos deixados no Asilo que tinham a geratriz como responsável, chama a atenção o caso dos irmãos Germanoff, filhos de André Germanoff e Helena Germanoff. Dos três irmãos, Valentim entrou no Asilo em 12 de dezembro de 1921, com dez anos, permanecendo no Asilo por 9 anos. Concluiu o primário e fez até o terceiro ano no Ginásio Paranaense, permaneceu morando no Asilo enquanto estava cursando o secundário. Em 2 de março de 1930 foi expulso por insubordinação. O que teria feito Valentim de tão grave, depois de tantos anos na instituição e de ter estudado em estabelecimento escolar reconhecido na cidade? Não sabemos. Vítório entrou no Asilo na mesma data de seu irmão Valentim, tinha sete anos, e permaneceu na instituição por 10 anos; concluiu o primário e o curso de alfaiate. Em 16 de agosto de 1931 foi encaminhado ao Abrigo de Menores.<sup>23</sup> Não foi mencionada a causa de sua transferência. O caçula dos irmãos Germanoff, Ladislau, chegou no Asilo São Luiz com três anos, um ano após seus irmãos, dia 20 de março de 1922, e permaneceu no Asilo por nove anos; concluiu o primário e o curso de alfaiate. Ladislau foi transferido para Abrigo de Menores junto com seu irmão Vítório. Não foi possível saber o que motivou a transferência conjunta – solicitação materna? (**Livro de Registro**. Fichas, n. 44, 53 e 54).

É preciso perguntar: dentre as várias mulheres que deixaram os filhos, ou um filho, no Asilo, quantas seriam casadas? Algumas não tiveram seus sobrenomes mencionados, tais como Maria das Dores, mãe de Zeno Figueiredo e Maria Augusta, mãe de Alberto Roque; outras não eram registradas com o sobrenome do pai do menor, como Suzana Hambuz (ou Miller Ambrusi),<sup>24</sup> mãe de Frederico Bernoni dos Santos, cujo pai era Serafim dos Santos. Nestes três casos o nome dos pais dos

<sup>23</sup> Sobre o Abrigo de Menores, ver Capítulo 2.

<sup>24</sup> No **Livro de Registro** do Asilo São Luiz o nome é Suzana Hambuz. O nome Suzana Miller Ambrusi é grafado em notícia da **Gazeta do Povo** de 1930. Na Ficha e no jornal Suzana aparece como mãe do menor Frederico Bernoni dos Santos (**Livro de Registro**. Ficha n. 60; **Gazeta do Povo**, 13/11/1930, p.3).

menores é registrado, entretanto, é a mãe que aparece como responsável pelos filhos (**Livro de Registro**. Fichas, n. 48, 60 e 64).<sup>25</sup> Os nomes de algumas mães não foram sequer informados nas Fichas de seus filhos, este foi o caso de Francisco de Paulo, filho de José Paulino. O menor entrou no Asilo com dois anos de idade e o nome do pai consta como responsável. Após dois anos Francisco foi entregue a sua mãe, por ordem José Paulino, o pai. Mais uma vez o nome da mãe não é mencionado (**Livro de Registro**. Ficha, n. 84)<sup>26</sup>.

Considerando a sociedade brasileira do início do século XX, com seus códigos legais e sociais que vedavam, de maneira quase absoluta, a possibilidade de ações autônomas das mulheres na sociedade (MALUF; MOTT, 1999; PEDRO, 2001), é possível considerar que várias mães responsáveis pelos filhos deixados no Asilo, eram mulheres abandonadas ou cujos maridos ou companheiros estavam incapacitados (doentes, presos, etc). Ainda considerando a sociedade do início do Novecentos, que discriminava de maneira impiedosa as mães solteiras, é plausível considerar que existam nomes fictícios nas Fichas. Afinal se era possível negar uma informação sobre o menor e seus pais, era possível também inventá-la. A exigência de documentos sobre o menor inviabilizaria as duas ocorrências (mas poderia intimidar/afastar os pais ou responsáveis), portanto esta exigência não deveria ser regra.

Muitas mulheres deixavam seus filhos aos cuidados das Irmãs e assim que as condições financeiras melhoravam, voltavam para buscá-los e criá-los. Este foi o caso dos filhos de Gutemberg Pereira dos Anjos. O nome da mãe não foi informado quando os meninos Antonio, com oito anos, e Lucio, com seis anos, foram deixados no Asilo São Luiz, dia 17 de Janeiro de 1924. Os irmãos permaneceram na instituição por dois anos, Antonio completou o primário e se tornou alfaiate; Lucio, o caçula, não concluiu o primário. Saíram do Asilo no dia 15 de outubro de 1926 para voltar a morar com a mãe que se achava em condições de “os sustentar”. O que teria ocorrido com o pai? O casal teria se separado, o pai deixado os meninos no Asilo e desaparecido? (**Livro de Registro**. Fichas n. 108,109).

---

<sup>25</sup> O menor Zeno Figueiredo tinha um irmão, Zenon Figueiredo, que entrou no Asilo em 27 de abril de 1920, dois anos antes de Zeno. Na Ficha de Zenon constava como responsável “os pais”. Zenon saiu um ano após seu ingresso, no dia 5 de setembro de 1921. Foi entregue aos responsáveis, os pais. (**Livro de Registro**. Ficha n. 24).

<sup>26</sup> Veja também, além das mencionadas: **Livro de Registro**. Fichas n. 9,12,15,26, 52, 92 e 93.

Alguns menores seriam encaminhados ao Asilo São Luiz por parentes próximos, como os irmãos Messias, José e João Correa, que entraram na instituição em 1921 graças à solicitação de uma tia. Tinham sete, seis e cinco anos e o responsável pelas crianças era “o cunhado” (não há informação se os pais estavam mortos ou não). Deixaram o Asilo dia 8 de julho de 1928, sendo entregues ao responsável (**Livro de Registro**. Fichas n.37, 38 e 39). Dois anos antes, em 1919, Olívio dos Santos havia sido deixado no Asilo pela avó (não sabemos se materna ou paterna). Ela não permitiu que seu nome fosse registrado (consta: “nome ignorado”), mas os nomes dos pais de Olívio estão na Ficha do menino: Jacob dos Santos e Elsa Tomaz. Seriam os nomes verdadeiros? Seria Olívio, que foi fichado na instituição com sobrenome igual ao do pai, fruto de um ‘amor proibido’? (**Livro de Registro**. Ficha n.10)

O caso dos irmãos João, Rafael e Nauro Proença é significativo por ser indício da inserção social do Asilo já nos seus primeiros anos de atividade. João com 12 anos e Rafael com 7 anos, entraram no Asilo no dia 9 de Maio de 1922 e Nauro (sem informação da idade) entrou no Asilo no dia 17 de março de 1923, um ano após a entrada de seus irmãos. Onde teria ficado o menor Nauro todo esse tempo em que esteve longe dos irmãos? Os três deram entrada no Asilo a pedido do presidente do Estado, Caetano Munhoz da Rocha. João permaneceu pouco tempo, saiu dia 17 de março de 1923, sem maiores explicações; Rafael permaneceu no Asilo por oito anos, cursou o primário e profissionalizou-se em sapateiro, saiu dia 7 de junho de 1930 com 15 anos por vontade própria; Nauro também cursou o primário e tornou-se sapateiro, a data de sua saída da instituição não foi registrada. Os nomes dos pais constam nas Fichas: Domingos e Hortência, entretanto é o Asilo que aparece como responsável pelos menores (**Livro de Registro**. Fichas n.55, 56 e 88).

Assim, com casos excepcionais, como o de Maria Luiza e de dona Albina Montanari, e com o número de internos aumentando dia-a-dia, o Asilo São Luiz cresceu em poucos meses e, mesmo considerando que o início da instituição foi lembrado anos depois como “(...) difícil e penoso [pois a] casa não possuía rendas para sua manutenção, apenas o trabalho das abnegadas Irmãs ou a esmola dos caridosos benfeitores” (**Revista de Comemoração**, [1969], p.2), já em 1919 o Asilo (por vezes chamado indevidamente de “orfanato”), recebia auxílio estatal, conforme fica explícito na Mensagem do Presidente do Estado, de 1920:



Além dos auxílios concedidos por Leis já incorporados á legislação a diversas instituições beneficentes e pias, o Governo concedeu o anno passado, em virtude da autorização contida na Lei do orçamento, mais os seguintes: a quantia de 3:000\$000<sup>27</sup> ao Orphanato S. Luiz, desta Capital (**Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo**, 1920, p.35).

Em 1921, em seu relatório anual, o Inspetor Geral do Ensino do Estado, Cesar Prieto Martinez, fazia a seguinte observação: “foi-nos ainda possível attender o Asylo São Luiz, fornecendo moveis e material didactico abundante para 50 alumnos” (**Relatório do Inspetor Geral do Estado**, 1921, p.14).<sup>28</sup> Reformas e obras foram realizadas com ajuda do governo do estado para que o Asilo São Luiz se tornasse capaz de abrigar meninos órfãos e abandonados e educá-los devidamente. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo** pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, presidente do Paraná, em 1º de fevereiro de 1921, afirmava:

A proteção dispensada pelo governo, á infância desvalida e a assistência aos menores viciósos, constituem um dever de espírito christão e de ordem social, que assiste aos poderes públicos. O primeiro será perfeitamente attendido, em nosso meio, ampliando-se o Azylo S. Luiz e Orphanato do Cajuru, o segundo ampliando-se igualmente o Patronato Agrícola, a par da criação do internato de uma escola profissional (1921, p. 88).

O trabalho realizado pelas Irmãs de São José no Asilo São Luiz foi divulgado por jornais de Curitiba, um deles foi o jornal **Gazeta do Povo** que, dia 22 de junho de 1922, na primeira página, assim se refere a instituição.

Anuncia-se para breve um magnífico festival em prol dos orphãosinhos de São Luiz. É sempre agradável registrarmos notícias que vem dar mostras que na nossa cidade os infelizes encontram amparo carinhoso por parte de associações mantidas com o auxílio da população (**Gazeta do Povo**, 22/07/1922, p.1)

---

<sup>27</sup> No ano de 1937, pagava-se em Curitiba, um quilo de açúcar refinado 1\$400, de arroz agulha 1\$630, de feijão preto 0\$677 (**Gazeta do Povo**, 2101/1938, p. 8).

<sup>28</sup> Sobre Cesar Pietro Martinez veja, entre outros, MORENO, 2007.

Subvencionado em parte pelo Estado, e contando com doações de curitibanos preocupados com o futuro de Curitiba e do Paraná, o Asilo São Luiz sobreviveu aos primeiros tempos, cresceu e se adaptou aos “tempos modernos” da cidade: em poucos meses os meninos estavam não apenas recebendo alimentação, cuidados médico-higiênicos e uma educação religiosa e primária, mas também aprendendo um ofício. Oficinas de marcenaria, alfaiataria, sapataria foram organizadas pelo Asilo no início dos anos de 1920, com o objetivo de tornar aqueles meninos e jovens, homens educados, tementes a Deus e com os bons hábitos do trabalho.

## **CAPÍTULO 2**

### **A AÇÃO EDUCADORA DO ASILO SÃO LUIZ: PREPARANDO MENORES PARA O TRABALHO**

No final do século XIX e início do XX, um novo conceito de trabalho estava em construção na sociedade brasileira, inclusive na curitibana: a representação da positividade do trabalho que, segundo Karvat, era apresentado como possibilidade de redenção humana, como fonte de riqueza e criação, de força moral e dignidade, o que garantiria a própria cidadania (1998, p.2-3). Como escreveu Queluz, o trabalho seria então percebido como meio de regeneração e redenção moral das “classes perigosas”, meio de adequar os indivíduos a sociedade, concretizando o projeto de civilização republicana que então se forjava (2000, p.18).<sup>29</sup>

Se, pelo menos, até o século XVI o trabalho era visto na sociedade ocidental como um sofrimento, praticamente uma tortura, a partir desse período ele ascendeu, pouco a pouco, da mais humilde e desprezada posição, ao nível mais elevado e à mais valorizada das atividades humanas. Com a fábrica mecanizada, a partir do século XVIII, essa valorização atingiu uma dimensão crucial, a partir da ilusão que proporcionava de que a produtividade humana poderia ser ilimitada (DECCA, 1982, p.7-8). O processo revolucionário fabril transformou a sociedade civil, com a pregação moral do tempo e do trabalho, que resultaram na introjeção do ‘relógio moral’ no corpo de cada homem, gerando autodisciplina, controle de si mesmo, crítica à ociosidade ( DECCA, 1982, p.15).<sup>30</sup>

Nesse mundo do trabalho, que ganha contornos específicos no século XIX e início do XX, indivíduos que, por vontade própria ou por circunstâncias consideradas adversas, não trabalhassem eram vistos como um “atentado a positividade do trabalho” (KARVAT, 1998, p.2) e assim como pessoas contra a sociedade. O

---

<sup>29</sup> Extensa é a bibliografia que direta e indiretamente aborda as chamadas “classes perigosas”, expressão que surgiu na Europa do século XIX, e foi usada pela inglesa Mary Carpenter para definir “um grupo social formado à margem da sociedade civil”. Carpenter escrevia sobre criminalidade e “infância culpada” (meninos de rua) (CHALHOUB, 1996, p.20). No Brasil, desde o fim do século XIX, a expressão foi utilizada para designar grupos de indivíduos, que com transformações sociais acarretadas pelas indústrias, pela urbanização crescente e modificações nas relações sociais, representavam perigo de insurreição contra a ordem da sociedade; pessoas consideradas como vivendo no limiar da criminalidade: desempregados, biscateiros, vadios, pedintes de esmolas, etc. Confira, entre outros, o trabalho de Louis Chevalier. **Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIXème** (1978) e os livros de Sidney Chalhoub: **Trabalho, lar e botequim** (2001) e **Cidade febril** (1996, capítulo 1).

<sup>30</sup> Mas isso não significou passividade dos trabalhadores. Como escreveu Edward Thompson, o processo que resultou no mundo industrial moderno foi marcado também por lutas pontuais desses trabalhadores. Homens e mulheres, com os costumes que os guiavam, leis que reivindicavam ou contestavam, práticas religiosas que professavam (BERTUCCI; FARIA FILHO; TABORDA de OLIVEIRA, 2010, p.16-17). Thompson (1981, p.50) afirma: “o passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano, cada aspecto do qual se relaciona com outros de determinadas maneiras, tal como os atores individuais se relacionavam de certas maneiras (pelo mercado, pelas relações de poder e subordinação, etc)”.

trabalho tornou-se alvo de diversas práticas disciplinares, muitas delas relacionadas aos menores abandonados, órfãos ou delinquentes, que eram percebidos como um perigo em potencial para o futuro social. O trabalho então surge como forma de combate à “enfermidade social”, meio para moldar e, quando necessário, regenerar o corpo e a mente, convertendo menores abandonados e menores infratores em futuros trabalhadores (SOSENSKI, 2008, p. 96).

No Brasil da virada para o século XX, o processo de expansão fabril significou uma redobrada atenção com crianças e jovens. Entretanto, embora os discursos republicanos enfatizassem a necessidade de promover a educação para o trabalho, no regime Imperial esta preocupação já havia motivado debates e ações concretas do governo. Segundo Schueller (1999, p.64-66), a ênfase principal do processo de instrução popular durante o Império se traduziria, a partir de 1850, na construção de escolas públicas e colégios na cidade do Rio de Janeiro, devido a implantação do sistema de educação pública, sistema que posteriormente se difundiu pelas províncias. Em 1854 o **Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte** organizou o acesso às escolas criadas pelo Ministério do Império: para a população livre, vacinada e não portadora de moléstias transmissíveis. Determinou também a obrigatoriedade do ensino primário para os menores entre 5 e 14 anos.

Outra questão importante, relativa ao ensino de crianças e jovens, discutida no período Imperial, foi o destino dos menores de 12 anos que vagavam pelas ruas do Rio de Janeiro em estado de pobreza e indigência. Com a intenção de tirá-los das ruas, o **Regulamento** de 1854 determinou a matrícula desses menores em escolas públicas ou particulares subvencionadas pelo Estado. A esses menores o governo forneceria vestuário e material escolar, e obrigaria seus pais ou responsáveis a garantirem a frequência a escola. Concluindo as aulas primárias os meninos seriam enviados aos Arsenais de Marinha e de Guerra ou à oficinas particulares (contratadas pelo Estado) para que aprendessem um ofício. A determinação que associava ensino de primeiras letras e um ofício, também seria adotada em algumas províncias do Império, que propunham a formação de meninos e jovens nos ofícios de sapateiro, serralheiro, ferreiro, marceneiro e outros (SCHUELLER, 1999, p. 68-71).

Nos anos que se seguiram a Lei do Ventre Livre, de 1871, essa preocupação teve desdobramento específico, relacionados aos menores negros: se o menor livre

fosse criado por sua mãe escrava, era o senhor da mãe o responsável pela educação da criança, caso o senhor da mãe do menor negro não se interessasse pela criança, ela poderia ser encaminhada pelo estado para instituições públicas ou para particulares que deveriam educá-las.<sup>31</sup> A profissionalização, que concorria para inculcar uma nova valorização do trabalho, foi a característica marcante da educação da criança negra, ingênua ou liberta, nas últimas décadas do século XIX. Algumas enveredaram para o ensino agrícola e outras, principalmente para os ofícios de pedreiro, ferreiro, carpinteiro e marceneiro (FONSECA 2002, p.128-134).

A tese da necessidade prioritária de transformar menores órfãos, abandonados e delinquentes, vários deles negros ou mestiços, em trabalhadores, ganhou destaque ainda mais expressivo com o final da escravidão em 1888 e a instalação da República no ano seguinte. A educação aparecia como meio tanto para a manutenção da sociedade, quanto como para seu desenvolvimento e prosperidade futura.

Como lembra Cunha (2005, p.29), a ideologia liberal, que marcava o regime Republicano, concebia o ensino profissional como solução privilegiada para a manutenção da ordem. Os cuidados com crianças e jovens tornaram-se um aspecto a ser considerado nesse modelo de nação. A educação para o trabalho era cada vez mais percebida como o remédio contra os perigos decorrentes do ócio e do vício, prevenindo a criminalidade e as desordens sociais (MARQUES, 2003, p.58).

Assim, no início do século XX, o trabalho de menores nas oficinas e nas nascentes fábricas tornou-se uma realidade em várias cidades brasileiras. Diversos empregadores utilizavam a mão-de-obra de crianças e jovens, os chamados aprendizes, com a justificativa de que eles estavam aprendendo um ofício, e que isto também concorreria para a “moralização” desses menores através do trabalho.

Situação complexa, o trabalho de menores muitas vezes foi apoiado por seus pais, homens e mulheres pobres, alguns desempregados, que percebiam no ganho do filho a única possibilidade de sobrevivência, ou aumento da pequena renda familiar. Essas crianças e jovens, em diversas ocasiões, faziam o trabalho de um adulto recebendo salário inferior. Em São Paulo, a situação motivou discussão entre militantes operários que, além de se preocuparem com a saúde e educação dos menores prematuramente submetidos a trabalhos estafantes, percebiam a

---

<sup>31</sup> As práticas educativas eram voltadas somente para a formação de trabalhadores masculinos, excluía as meninas negras.

multiplicação de aprendizes como meio de diminuir o salário de trabalhadores adultos e do número de vagas que para estes eram oferecidas (BERTUCCI, 1997, p. 134-141).

Paralelamente a essa 'educação' proporcionada diretamente em oficinas e fábricas, multiplicaram-se no Brasil as iniciativas públicas e particulares com o intuito de preparar crianças e jovens para a sociedade do trabalho, iniciativas que declaravam preocupação com a instrução de menores em uma atividade produtiva, respeitando sua idade e concorrendo para sua educação, pelo menos nas primeiras letras. Nesse período, os Liceus de Artes e Ofícios foram destaques. Alguns, com dificuldades, conseguiram manter-se por alguns anos e outros diversificaram suas atividades. Este último foi o caso do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, cujas primeiras experiências do ensino profissional ocorreram no início dos anos 80 do século XIX. Com o incentivo de fazendeiros, profissionais liberais e empresários da construção civil, o Liceu paulistano ministrava os cursos de Ciências Aplicadas e Artes, além de manter cursos de alfabetização. Em 1902, o Liceu ganhou novo prédio com oficinas de marcenaria e serralheria, especialmente construídas e equipadas para o ensino dos ofícios. Os cursos profissionalizantes ganharam diversificação e importância com a direção do engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, no período de 1895-1928, e o Liceu tornou-se referência de ensino profissional, formando mão-de-obra especializada para a crescente e diversificada indústria de São Paulo (CUNHA, 2005, p. 211-212).

Nessa época, no estado do Paraná, a preocupação em relação aos cuidados com as crianças e jovens também se evidenciava, principalmente na Capital, onde o crescimento demográfico acentuou-se em virtude da expansão da economia ervateira. A erva-mate fomentou a procura por melhores condições de vida por imigrantes e brasileiros que viam em Curitiba a possibilidade de trabalho. O crescimento demográfico e econômico resultou em crescimento da cidade, na remodelação urbana e no aumento da mão-de-obra disponível para oficinas, fábricas e serviços, mas resultou, também, em um número considerável de pessoas desqualificadas e desocupados, de mendigos e menores pobres, que perambulavam pelas ruas.

Segundo Lourega (1991, p. 18-19 ), no final do século XIX e início do século XX, ocorreu uma ampla tentativa de controle da pobreza, percebida como porta de entrada para o mundo do crime, o que, em um primeiro momento, significou a

remoção de famílias pobres para fora do perímetro urbano central, ação que estava intimamente relacionado com as transformações urbanísticas e higiênicas que então se processavam. Essa prática foi acompanhada pela vigilância policial, que combateria desordens e crimes e exerceria amplo controle social, por meio de ações como recolhimento de mendigos e menores abandonados.

Era preciso educar, e educar para o trabalho, para integrar o menor pobre, órfão ou abandonado à sociedade. A educação profissional, como menciona Queluz (2000, p.22-38), seria o instrumento anunciado como essencial para o estabelecimento da igualdade entre os cidadãos (possibilitaria que competissem no mercado de trabalho) e para a prosperidade da nação brasileira. Promover a educação profissional para crianças e jovens significaria assim a retirada destes menores das ruas, dando a eles o instrumento necessário para a inserção social: a qualificação para o trabalho.

E a Curitiba das primeiras décadas do século XX precisava de mão-de-obra qualificada, hábil em lidar com madeira, couro, tecidos, etc.; porque além do mate, e também graças a ele, gradativamente outras oficinas e fábricas foram surgindo: confecções de roupas, sapatos e chapéus, móveis, armarinhos, fundições, massas alimentícias, fósforos, etc (QUELUZ, 2000, p.34).

Os jornais da Capital, com suas notícias, informes e propagandas, nos possibilitam vislumbrar um pouco do dia-a-dia de Curitiba, uma cidade que crescia e diversificava sua produção e os produtos que exportava e oferecia aos seus moradores e visitantes. Jornais como a **Gazeta do Povo** e o **Estado do Paraná** publicavam propagandas de fábricas e oficinas, de consultórios médicos e de remédios, de hotéis e restaurantes. Esses periódicos, nos quais os anúncios de oficinas e fábricas se multiplicam, testemunham o quanto a cidade demandava trabalhadores com alguma qualificação. Primeiro as fábricas dos ramos ervateiro e madeireiro, como a de Nicolau Mader & Cia, do ramo de erva-mate (figura 7), e a de Ivo Leão & Cia, do ramo de madeira (figura 8), que faziam parte de uma relação de fábricas cujas propagandas estavam seguidamente nos principais jornais da cidade.





Figura 7: **Nicolau Mäder & Cia**,  
Fonte: **Estado do Paraná**, 11/01/1927, p.16



Figura 8: **Ivo Leão & Cia**  
Fonte: **Gazeta do Povo**, 22/09/1922, p.15

Pouco a pouco, fabricantes de outros produtos passaram a anunciar seus produtos e serviços, que foram ganhando cada vez mais espaço nos jornais. Em 1924, o jornal **Gazeta do Povo** já publicava páginas inteiras de propagandas diversas. Chama a atenção as várias alfaiatarias, entre elas: Alfaiataria e finíssimos artigos para homens Casa Londres; Alfaiataria Americana; Alfaiataria do Povo;

Alfaiataria de Angelo Sperandio. Além de estabelecimentos comerciais relacionados ao vestuário: Bazar União; J. M Surugi fazendas e armarinhos; Maison Blanche, roupas brancas (figura 9).



Figura 9: **Anúncios diversos**

Fonte: **Gazeta do Povo**, 01/07/1924, p. 2 e 4

Para estes anunciantes, entre eles fabricantes de móveis, donos de alfaiatarias e sapatarias, também tentar encontrar, através de notas nos jornais, trabalhadores qualificados, passou a ser recorrente. No jornal **Gazeta do Povo**, um anúncio afirmava: “Menino”, precisa-se de um de 12 a 15 anos para serviços leves, em um escritório comercial (**Gazeta do Povo**, 01/08/1926, p. 6). Outros definiam a profissão: “Marcineiros”, precisa-se do bom, na casa Leão, paga-se bem; “Sapateiros”, precisa-se de bons sapateiros para calçados de homens e rapazes, na Rua José Bonifácio, 9; “Alfaiate”, oficial ou meio oficial para trabalhar na oficina, precisa-se na Rua Roctcliff nº 8 (**Gazeta do Povo**, , 31/08/1921, p.3; 30/07/1924, p. 3; 18/08/1926, p. 4).

Observando as propagandas é possível considerar o quanto não foi aleatória a decisão das Irmãs de São José de ensinar o ofício de marceneiro, sapateiro e alfaiate aos meninos e jovens que estavam sob sua responsabilidade no Asilo São Luiz, desde o início de 1919.

No último ano da década de 1910, o governo do estado do Paraná incentivava legalmente a criação de instituições ‘profissionalizantes’, instituindo o chamado “ensino complementar primário”. O Decreto n. 887, de 8 de agosto de 1925, que regulamentava a **Assistência e Proteção aos Menores Abandonados**, determinava:

Art 1º - Fica instituído no Estado o ensino complementar primário.

Art 2º - As Escolas Complementares tem por fim preparar os alunos que tenham terminado os cursos primários nas escolas isoladas ou particulares de programas equivalentes e nos grupos escolares, para que possam iniciar com êxito na vida prática o exercício das profissões elementares.

Art 3º - Essas escolas poderão ser:

- a) industriais;
- b) agrícolas
- c) comerciais;
- d) normais (DECRETO n. 887, p.1)

Esse contexto, certamente, foi decisivo para que as Irmãs do Asilo São Luiz decidissem pela organização das oficinas, de alfaiataria, de marcenaria e sapataria, ajustando assim a instituição “a predestinação social da clientela”. (FARIA FILHO, 2001, p.86) Em 8 de março de 1921, a Lei Estadual nº 2009, que subvencionava instituições que atendiam as crianças abandonadas e menores chamados “viciosos”, incluía o Asilo São Luiz:

Art 1º Fica o poder Executivo autorizado a aplicar o produto do imposto de beneficência na proteção à infância desvalida e na assistência de menores viciosos.

Parágrafo Único – Poderá o Poder executivo, para esse fim, entender-se com as administrações do Asilo São Luiz, do Orfanato do Cajuru e do Patronato Agrícola, no sentido de promover a ampliação desses estabelecimentos, bem como criar um internato profissional na Capital.

Art 2º - É igualmente autorizado o Poder Executivo a regulamentar esta Lei.

Art. – Revogam-se as disposições em contrário.

Caetano Munhoz da Rocha (DECRETO n. 2009, p.1).

A subvenção do Estado era o reconhecimento oficial da importância do trabalho feito pelas Irmãs no Asilo, inclusive o educacional, bem como da responsabilidade do governo em colaborar para a manutenção de um tipo de educação que muitos consideravam imprescindível para o futuro da sociedade. Como escreveu Faria Filho (2001, p. 135), aos olhos dos simpatizantes, a educação dos menores pobres, profissional e intelectual, era um mecanismo de disciplinarização e moralização do trabalhador-cidadão.

Quatro anos antes do decreto de 1921, o governo do Estado havia decretado, em 1917, um novo **Código do Ensino**, reordenando funções e legitimando propostas educacionais. Os estabelecimentos de ensino, como os grupos escolares e as escolas simples ou isoladas, além das escolas primárias particulares, ganharam programa detalhado, assim como avaliação das questões pedagógicas e sobre material didático. Entre as várias determinações, havia o objetivo de preparar as crianças e jovens para a “vida prática” (BERTUCCI, 2009, p. 4). No mesmo ano um decreto de junho regulamentava o **Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares** e do seu programa constavam aulas de Trabalhos Manuais, que, ao longo de 4 anos, iniciavam os alunos no manejo do compasso, metro, esquadro e serrote, na feitura de trabalhos em madeira, papel e tecelagem. (BERTUCCI, 2009, p.6-8). Entretanto, segundo o **Programa** a intenção não era tornar a escola uma oficina, pois nas escolas “as crianças aprendem apenas como é que se faz e em casa que façam aquilo que precisarem, por isso todos os trabalhos serão pequenos afim de não gastarem muito tempo” (apud BERTUCCI, 2009, p.7). Mas, mesmo supondo que essa advertência era sempre seguida, isto é, que de maneira diferente das escolas de aprendizes artífices o que acontecia era apenas iniciação no conhecimento e práticas de trabalhos manuais (através de uma matéria)<sup>32</sup> e não um curso profissionalizante, é impossível deixar de considerar que era um primeiro passo para alguns ramos de profissionalização.

O **Programa do Grupo Escolar Modelo e Similares**, que orientou a educação dos menores paranaense balizou, também, a educação primária

---

<sup>32</sup> O Método Intuitivo ou Lições de Coisas, que informava as práticas escolares no período se baseava na ideia do desenvolvimento integrado mente-corção-mão, realizado através do processo triplice conhecer-querer-agir. Assim educação intelectual deveria estar estritamente ligada a educação moral/afetiva e a física/manual ou profissional (VALDEMARIN, 2000; ZANATTA, 2005).

proporcionada no Asilo São Luiz, pois, desde a organização da instituição as Irmãs haviam se comprometido com a educação de crianças e jovens.

No Asilo, as Irmãs de São José, tradicionais educadoras,<sup>33</sup> organizaram o ensino primário seriado, seguindo as determinações da Lei Estadual nº 1236 do ensino de 1912 (art. 55 e art. 58), e as Instruções expedidas pela Diretoria Geral de Instrução Pública, aprovadas pela Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública em 1914 (SOUZA, 2004, p. 124). Esta seriação constava da divisão do ensino primário em quatro séries com um professor para cada sala. Segundo o relatório do Diretor Geral da Instrução Pública, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, “grupo escolar” consistia em quatro séries de ensino e um professor para cada uma (SOUZA, 2004, p.130).<sup>34</sup> No **Relatório do Departamento de Instrução Pública**, publicado em 1930, com o resumo estatístico da década de 1920, consta que no Asilo São Luiz funcionavam três séries. Escrevendo sobre a escola primária republicana, Souza (2008, p.48), tendo como exemplo o estado de São Paulo, afirma: “(...) nas escolas urbanas, prevaleceu o curso completo de quatro anos de duração, e nas escolas rurais, um curso de três anos, compreendendo programas mais simplificados.” Parece ter sido este último o caso do Asilo São Luiz.

Em 1922 os primeiros menores considerados “alfabetizados” deixaram o Asilo, entre eles, Orlando Tomaz, que saiu da instituição em 24 de novembro, depois de terminar o 3º ano do curso primário (**Livro de Registro**. Ficha, n. 11).<sup>35</sup> Neste ano, o relatório do Inspetor Geral de Ensino do Estado, Cezar Prieto Martinez, registrava a relação de estabelecimentos particulares que funcionavam no Paraná, e dela constava o Asilo São Luiz (o primeiro da lista) com 61 alunos matriculados. Nesse período, professoras que não pertenciam a ordem religiosa das Irmãs de São José que atuavam no Asilo, o que foi possível graças ao pagamento dos salários realizado pelo governo estadual (TRÉSAL, 1929, p. 179).

Faziam parte do quadro docente: Maria Clara do Nascimento Trindade, normalista de 1ª classe; Luzia Fernandes, normalista de 3ª classe; Haydêa Paz de Miranda, normalista de 1ª classe, e Christalia Saraiva, professora adjunta (não

<sup>33</sup> Sobre a ação educacional das Irmãs de São José, apenas no Paraná, entre outros, confira: CARDOSO FILHO, 2009; CINTRA, 2005.

<sup>34</sup> Existiam também os ‘semigrupos’, seriam a junção de duas séries em uma mesma sala, com um único professor (SOUZA, 2004, p.130).

<sup>35</sup> Vários meninos e jovens saíram do Asilo São Luiz sem concluir o ensino primário. Alguns deixaram a instituição por solicitação expressa dos responsáveis, outros saíram por vontade própria.

normalista).<sup>36</sup> Em um período em que o número de professores não formados pela Escola Normal ainda era grande em estabelecimentos escolares de Curitiba e região, é significativo que duas das professoras fossem normalistas. O prestígio das instituições organizadas e dirigidas pelas Irmãs de São José deve ter concorrido para tal presença.

Nos anos seguintes decisões das Irmãs, como o aumento do quadro de docentes e a ampliação do espaço físico, garantiram a continuidade e diversificação da educação proporcionada pelo Asilo. Um dos exemplos foi o retorno da Professora Luzia Fernandes na execução de suas atividades pedagógicas. É o que informa a correspondência emitida pela diretora Irmã Maria dos Anjos ao Inspetor Geral do Ensino:

Ilmo Sr. Inspector Geral do Ensino  
A abaixo assignada Directora do asylo São Luiz vem respeitosamente  
communicar a V. Excia que no dia 19 do corrente a professora deste  
Asylo Dona Luzia Fernandes, reassumiu o exercício de seu cargo com  
o numero de 65 alunos.  
Curitiba 22 de janeiro de 1923.  
Irmã Maria dos Anjos (**Caderno de cartas**, 1923, p.35).

A atuação das professoras da instituição, divulgada no ano de 1930 no **Relatório do Departamento de Instrução Pública**, da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, resumia a situação do ensino primário ofertado pelo Asilo São Luiz entre os anos 1920 e 1929 (figura 10).

---

<sup>36</sup> Em 1917 o Código do Ensino determina a classificação dos professores do Paraná. O artigo 116 dividia os professores em normalista, que eram os formados pela Escola Normal, e os não normalistas, classificadas como: provisórios, efetivos, adjuntos e subvencionados. Os professores eram classificados pela formação e o tempo. Professores normalistas, 1ª classe: até 10 anos de exercícios, anualmente 2:400\$000; professores normalistas 2ª classe: com mais de 10 anos até 20 anos, 2:760\$000; professores normalistas 3ª classe: com mais de 20 anos, 3:120\$000. Professores não normalistas: professores efetivos de 1º classe, 1:440\$000, de 2ª classe, 1:800\$000, de 3ª classe, 2:160\$000; professores provisórios, 1:200\$000; professores adjuntos, 960\$000. Haviam também, os professores subvencionados, que recebiam anualmente 720\$000, e os professores ambulantes sem direito a diárias: 2:400\$000 (DECRETO n. 17, p. 10-13).

<b>Professoras</b>	1ª	2ª	3ª	Aprovados	Reprovados	Eliminados	Não completou o exame	Total (apr.+ rep.)
Maria Clara do Nascimento Trindade			30	27	3	-		30
Luzia Fernandes			17	14	3			17
Haydéa Paz de Miranda	22	13	-	26	5	4		31
Christalia Saraiva	18	-	-	14	2	1	1	16
Haydéa Paz de Miranda	29			21	3	5		24
Maria Clara do Nascimento Trindade			30	26	4			30
Luzia Fernandes	12	13						
<b>Total de alunos</b>	<b>81</b>	<b>26</b>	<b>77</b>	<b>128</b>	<b>20</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>179</b>

Figura 10: Tabela de Aprovações e Reprovações do Asilo São Luiz – 1920-1929 <sup>37</sup>

Fonte: **Relatório do Departamento de Instrução Pública -1930. Resumo estatístico Asilo São Luiz, 1920-1929.** Arquivo Público.

Num total de 179 alunos que passaram pelo Asilo São Luiz, foram aprovados 128 alunos, o equivalente a 71,5 %, e 20 alunos foram reprovados, ou seja, 15,6 %. Foram “eliminados” 10 alunos (provavelmente deixaram a instituição), o equivalente a 5,5 % do total dos asilados que estudavam, e apenas 1 “não completou o exame” (teria deixado o Asilo antes de concluir as provas finais de sua série?). Apesar das desistências e reprovações, o que se percebe, pelo menos considerando o total de aprovações, é a eficiência da educação ofertada no Asilo São Luiz, no período de 1920 a 1929.

Se compararmos os dados do Asilo com os de uma instituição semelhante, o Abrigo de Menores, <sup>38</sup> que também estavam no **Relatório do Departamento de Instrução Pública** de 1930, a diferença é significativa, mesmo considerando que o Abrigo tenha sido criado em 1924 (figura 11). O Abrigo de Menores aprovou 43,93%

<sup>37</sup> Tabela organizada pela autora da dissertação com base nas informações do **Relatório** de 1930.

<sup>38</sup> O Abrigo de Menores foi criado em Curitiba pela Lei Estadual n. 2295, de 3 de abril de 1924, tinha como objetivo dar assistência e proteção a menores abandonados e delinquentes e era dividido em duas alas, uma para meninos e outra para meninas. Além desta divisão, era também subdividido em duas seções – uma para abandonados e outra para delinquentes. Ainda dentro dos serviços de assistência e proteção, foi criada uma escola para o recolhimento definitivo daqueles que ficassem sob a proteção das autoridades públicas. A escola dividida em duas seções, uma de Preservação para menores abandonados e outra de Reforma para delinquentes (separadas para os diferentes sexos), ofereciam além da instrução e da educação moral e cívica, cursos profissionalizantes. Nas escolas masculinas instalaram-se oficinas de sapataria, marcenaria e carpintaria (DE BONI, 1998, MACHADO, E. M DE BONI, 2006).

dos menores que cursaram o primário; 25,75% foram reprovados, e 30,30% eliminados.

<b>Professora</b> <b>Abrigo de Menores</b>	1ª	2ª	3ª	Aprovados	Reprovados	Eliminados	Não completou o exame	Total de alunos
Alba Sydney Eastwood Normalista 2ª classe	61	42	29	<b>58</b>	34	40		
<b>Total de alunos</b>	<b>61</b>	<b>42</b>	<b>29</b>	<b>58</b>	<b>34</b>	<b>40</b>		<b>132</b>

Figura 11: Tabela de Aprovações e Reprovações do Abrigo de Menores.<sup>39</sup>

Fonte: **Relatório do Departamento de Instrução Pública -1930. Resumo estatístico, Abrigo de Menores, 1920-1929.** Arquivo Público do Paraná.

Assim, mesmo com as possíveis diferenças de clientela, de idade dos internos e os poucos anos de oferta do ensino primário pelo Abrigo, há superioridade da porcentagem de aprovados dos menores do Asilo São Luiz: foram 71,5% do Asilo comparados com 43,93% do Abrigo de Menores.

Outro dado importante em relação aos menores do Asilo São Luiz é a oportunidade que vários asilados tiveram de cursar o ensino secundário. Alguns meninos que se sobressaíam nos estudos no Asilo ganhavam bolsas de estudo em instituições escolares curitibanas, públicas e particulares. Elas abriram suas portas para receber 'bons alunos' que haviam concluído o primário no Asilo São Luiz. Entre essas instituições estavam escolas de prestígio. Tadeu Grox, Valentin Germanoff e Plínio Montanari, por exemplo, realizaram seus estudos secundários no Ginásio Paranaense, o mais tradicional e renomado estabelecimento educacional da Capital (**Revista de Comemoração**, [1969], p.2) <sup>40</sup>, Ismael Bispo da Silva, Luiz Stefano Faria e Antonio Pacheco, concluíram o secundário no Instituto Santa Maria, escola confessional católica que gozava de boa reputação entre vários curitibanos, <sup>41</sup> e

<sup>39</sup> Tabela organizada pela autora da dissertação com base nas informações do **Relatório** de 1930.

<sup>40</sup> Inaugurado há anos, o Ginásio Paranaense era, nos anos 1920, o único estabelecimento de ensino secundário do Estado, localizado na Rua Aquidaban (atual Rua Emiliano Perneta) (STRAUBE, 1990, p. 11-12).

<sup>41</sup> O Instituto Santa Maria, ligado aos Irmãos Maristas e a Marcelino Champagnat, foi instalado em Curitiba em 1924, com abertura do ano letivo em 15 de Janeiro de 1925. Cf: **Instituto Santa Maria** em [www.marista.org.br/index](http://www.marista.org.br/index). Acesso em 15/10/2009.



Nivaldo Cordeiro foi encaminhado para a Escola Normal (**Revista de Comemoração**, [1969], p.2).<sup>42</sup>

Atentas com a educação e o futuro profissional dos menores abrigados no Asilo, as Irmãs também não se descuidavam da educação religiosa. Missionárias, elas deveriam trabalhar para promover um mundo mais justo e para difundir os verdadeiros preceitos da fé, como determinava a **Constituição das Irmãs de São José** (1984, p.26). Assim, a primeira providência que tomavam quando recebiam um menor encaminhado ao Asilo era batizá-lo, salvo se houvesse declaração idônea de que a criança ou jovem já tivesse recebido o sacramento. Cânticos e orações, o catecismo e a presença regular na Santa Missa, concorriam para que os asilados fossem educados para serem bons católicos. Motivo especial eram as comemorações do calendário litúrgico, para as quais as Irmãs muitas vezes convidavam os curitibanos. Unir em um ato de fé, moradores de Curitiba e os menores do Asilo era momento singular, que divulgava o trabalho realizado na instituição e mostrava para a sociedade como aquelas crianças e jovens poderiam se tornar bons cristãos, e cidadãos, algo imprescindível para quem, um dia, iria deixar o Asilo.

#### Asylo São Luiz

Realiza-se amanhã às 8 ½ horas, na Capela do Asylo São Luiz, á Praça Ruy Barbosa, uma missa solene e a comunhão geral dos Orphãosinhos daquele útil e humanitário estabelecimento de caridade fundado por S. Exa. Revdma D. João Francisco Braga, digno Bispo Diocesano e dirigido com carinho e competência pela piedosa e distincta Irman (sic) Maria dos Anjos (...) (**Gazeta do Povo**, 20/06/1923, p.6).

Os meninos e jovens educados na religião católica e alfabetizados precisariam de um ofício que pudesse garantir seu “futuro” na capital paranaense. As Irmãs do Asilo não pouparam esforços nesse sentido: a primeira oficina inaugurada foi a de marcenaria, em seguida, foram organizadas oficinas de sapataria e de alfaiataria, todas nos primeiros anos da década de 1920.

Aos poucos o espaço foi se transformando em um local em que os menores podiam escolher uma profissão, manuseando algumas ferramentas, a máquina de

---

<sup>42</sup> Instituída pela Lei Estadual n. 238, de 19 de abril de 1870, a Escola Normal funcionou a partir de 1876 e foi objeto diversas regulamentações ao longo das décadas seguinte (apud MIGUEL, 2000, p.120-121).

costura e pedaços de madeiras, utilizando a bancada. As Irmãs de São José, segundo ficou registrado, incentivavam cada criança e jovem a escolher “o ofício que mais conduzia com suas aptidões” (**Revista de Comemoração**, [1969], p.2). Se isto efetivamente acontecia, a escolha deveria ser entre os cursos profissionalizantes oferecidos pelo Asilo ou que fossem aprovados pelas Irmãs, pois alguns menores realizavam sua formação fora da instituição.

O **Código de Menores** de 1927 regulamentou medidas de proteção à infância abandonada, como guarda, tutela, vigilância e educação, e legitimou, com algumas ressalvas, o trabalho do menor. Ressalvas como a limitação da idade mínima, obrigatoriedade da instrução primária, definição de locais de trabalho e certidão de aptidão física.<sup>43</sup>

Art 101 – É proibido em todo o território da República o trabalho aos menores de 12 anos.

Art. 102 – Igualmente não se pode ocupar a maiores dessa idade que contem menos de 14 anos, e que não tenham completado sua instrução primária. Todavia, a autoridade competente poderá autorizar o trabalho destes, quando o consiste indispensável para a subsistência dos mesmos ou de seus pais ou irmãos, contando que recebam a instrução escolar, que lhes seja possível.

Art. 107 – Nos institutos em que é dada instrução primária, não pode passar de três horas por dia o ensino manual ou profissional para menores abaixo de 14 anos, salvo se possuírem o aludido certificado de curso elementar, e contarem com mais de 12 anos de idade (1960, p.68 e 71).

Segundo Trindade (1998, p.147), o **Código de Menores** de 1927 unificou as determinações legislativas existentes<sup>44</sup> e acolheu práticas que já vinham sendo adotadas em outros países. A promulgação do **Código** ocorreu posteriormente a montagem das oficinas no Asilo São Luiz e, em 1924, a instituição já tinha no seu quadro docente um especialista, o Sr. Emilio Maurer, nomeado pelo governo do estado:

<sup>43</sup> O **Código de Menores** proibia a contratação de menores de 14 anos em usinas, manufaturas, estaleiros, minas ou qualquer outro trabalho subterrâneo, pedreiras, oficinas. Aos menores de 18 anos eram proibidos os trabalhos perigosos à saúde, à vida, à moralidade; os excessivamente fatigantes ou que excedam suas forças. Era proibido o trabalho de atores, figurantes ou qualquer outro modo, em teatros, casas de diversões, para meninos menores de 16 anos e meninas menores de 18 anos (1960, p. 68 a 75).

<sup>44</sup> Entre outras, veja: **Assistência e Proteção aos Menores Abandonados**, Curitiba, 1925.

O Presidente do Estado do Paraná nomeia o Sr. Emilio Maurer, para exercer o cargo de mestre de carpintaria no Asylo São Luiz, mediante gratificação mensal de r\$. 150\$000. Palácio da Presidência do Estado do Paraná, em 21 de Janeiro de 1924 (DECRETO 47, p.1).

Em carta, Irmã Maria dos Anjos agradece, de forma cristã, ao Inspetor Geral do Ensino no Paraná pelo profissional enviado ao Asilo e, na conclusão de sua missiva, vai além, procurando declaradamente estreitar uma parceria entre a instituição e o Inspetor Geral e assim, também, entre o Asilo e o Estado.

Ilmo. Sr. Cezar Pietro Martinez  
D.D. Inspetor Geral do Ensino

Eu e os orphãosinhos vimos penhorados agradecer-vos o grande beneficio que acabaes de nos prestar enviando o marceneiro e as ferramentas para o início de nossa officina.

No meu vocabulario não encontro uma palavra que possa expressar meus agradecimentos, então eu e os órphãos de joelhos rogamos a Deus pela vossa felicidade e de vossa distincta familia.

Outro sim, tenho a honra de vos convidar para vir até aqui afim de nos dar uma melhor ideia na instalação de nossa pequena oficina (Caderno de Cartas, [192-], p.32).



Figura 12: **Oficina de marcenaria [192-]**

Fonte: Documentos Avulsos – Arquivo LMSL

A oficina de marcenaria começou modesta, mas as melhorias ocorreram em poucos anos. A figura 12 revela um espaço um tanto rudimentar, no qual a parede era improvisada para acondicionar as ferramentas e a madeira, principal matéria-prima para o trabalho a ser realizado. As crianças sentadas ou em volta da bancada, seguram seus objetos de trabalho: o menino sentado, do lado esquerdo, por exemplo, segura uma pequena serra. Em primeiro plano, no chão, foram colocados, estrategicamente, vários brinquedos de madeira, como berços de boneca e carrinhos de mão, objetos fabricados pelos menores e que poderiam ser vendido pelas Irmãs do Asilo. Os menores estão com vestuário igual, exceto os dois mais novos. Fazia parte do cotidiano de crianças e jovens no Asilo o uso de roupas muito semelhantes, quase sempre idênticas, verdadeiro uniforme.

Prática utilizada nas instituições escolares do período, os uniformes, eram econômicos, idealizado com base em princípios higiênicos (tecido, cor, dimensões, etc) e, também, democráticos, estabelecendo, visivelmente, a igualdade entre os alunos de uma instituição. A higiene ainda determinaria o corte bem curto dos cabelos, fáceis de lavar, pentear e, se necessário, eliminar piolhos (DUSSEL, 2005, p.71-72).

Como escreveu Leite (1993, p.26), a fotografia deve ser considerada pelo historiador uma fonte igual às outras, deve ser avaliada considerando mensagens que podem ser simples e óbvias ou complexas e pouco claras. Com esta perspectiva, retomando a observação da figura 12, é possível deduzir que as crianças e jovens foram posicionados para a fotografia: os maiores ao fundo, em pé, os outros na bancada com instrumentos de trabalho e, completando o quadro, no primeiro plano, os objetos confeccionados. Destaque para os dois meninos pequenos do lado direito, não tinham idade para as atividades na marcenaria, mas compunham a cena, em meio aos produtos fabricados com os quais outras crianças poderiam brincar. Eles seriam “os futuros trabalhadores” que o Asilo São Luiz formaria no decorrer dos anos.



Figura 13: **Oficina de marcenaria [1926?]**  
 Fonte: Documentos Avulsos – Arquivo LMSL

Outro flagrante da marcenaria é retratado na figura 13, e nos faz pensar que o tempo passou. Registrada num dia ensolarado, os raios solares penetram pela janela, à direita, e clareiam o ambiente, formando sombra de uma cadeira no chão. O ambiente é maior, arejado, a construção é mista, de madeira e alvenaria. O número de bancadas e ferramentas de trabalho é maior e grandes tábuas ou laminados são apoiadas nas vigas do teto. Madeira de boa qualidade, bem seca, era garantia de bons produtos. Mas não foi apenas o ambiente que mudou, os trabalhos realizados pelos menores havia se diversificado, ganhado em complexidade. É o que a fotografia registra, com dois meninos segurando partes de uma cadeira: um assento e um encosto. Do lado direito o produto completo.

Os primeiros trabalhos confeccionados em madeira (figura 12), não exigiam dos menores habilidades mais qualificadas, assim os pequenos brinquedos tornaram-se as primeiras experiências dos meninos e jovens do Asilo, os “primeiros passos” da profissionalização. E pouco tempo a capacitação dos menores se amplia (figura 13), a fabricação de cadeiras exige uma habilidade maior, no trato da maneira, no acabamento. O trabalho é mais minucioso e de acabamento mais

detalhado. A técnica tem necessidade da orientação de um mestre em carpintaria, sintonizado com o gosto da época; de preferência um conhecedor da Art Nouveau ou New Style,<sup>45</sup> estilo que se difundiu inclusive entre as escolas profissionalizantes na década de 1920, como o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (RIBEIRO, 1986, p. 58-60; MENDES, 2005, p.108 ).

No início da década de 1930 a marcenaria do Asilo São Luiz fazia móveis requintados, torneados, como jogo de quarto completo, com cama, guarda-roupa, penteadeira e criados-mudos (**Cruzeiro**, 03/01/1932, p.7), e sala de jantar de imbuia, com cristaleira, cadeiras estofadas e colunas (**Gazeta do Povo**, 24/05/1931, p 3). Todos os móveis com fino acabamento e trabalhos de marchetaria (figura 14)<sup>46</sup>.

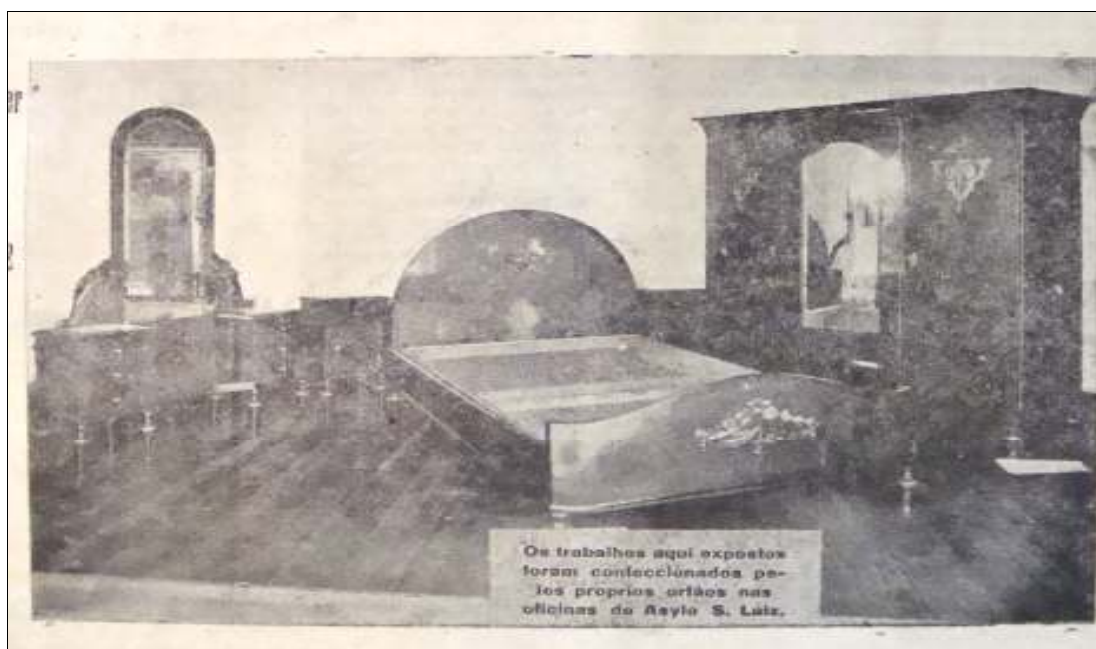


Figura 14: **Jogo de quarto confeccionado pelos órfãos do Asilo São Luiz**

Fonte: **Cruzeiro**, 03/01/1932, p.7.

<sup>45</sup> Art Nouveau foi um movimento estético que aconteceu entre 1890/95 até aproximadamente 1905. Visou romper com a inspiração nos estilos passados, tendo como base o Naturalismo e o Simbolismo. No Brasil o estilo Art Nouveau teve como difusor o Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo. Busca na estilização de elementos da natureza as linhas para desenvolvimento de móveis. (MENDES, 2005, p. 108).

<sup>46</sup> A informação da fabricação de sala de jantar foi encontrada em notícia de uma tómbola (espécie de loteria praticada com fins beneficentes, em que os prêmios não são em dinheiro) na **Gazeta do Povo** em 24 de maio de 1931. Segundo o jornal, no primeiro dia de divulgação já tinham vendido mais de 200 bilhetes. Não foi encontrada fotografia da sala de jantar. O jogo de quarto, cuja imagem foi publicada no jornal **Cruzeiro** também seria sorteado em uma tómbola.

Este acabamento, que exige conhecimento e técnica de entalhação e desenho,<sup>47</sup> é indício que os mestres contratados para as oficinas do Asilo tinham uma qualificação especializada, pois, como escreveu Gitahy (1986, p.58-59) para este tipo de trabalho são necessários profissionais capacitados com formação específica. Importante destacar a observação feita no jornal **Cruzeiro**: “os trabalhos aqui expostos foram confeccionados pelos próprios órfãos nas oficinas do Asilo São Luiz” (**Cruzeiro**, 03/01/1932, p.7). Forma de valorizar o produto, divulgar a ação educacional, profissionalizante, realizada pelo Asilo e, muito importante para o futuro dos menores, apresentá-los para a sociedade curitibana como hábeis trabalhadores.

Em sua ação profissionalizante as Irmãs do Asilo São Luiz não se furtaram de recorrer a ajuda governamental. Ainda na década de 1920, para organizar uma oficina de sapataria a diretora do Asilo, Irmã Maria dos Anjos, contou com o apoio do Estado. Com intuito de sensibilizar o presidente do Paraná, a Irmã apelou para o grande significado das ações feitas pelo Asilo, de seus benefícios para a sociedade curitibana. A diretora lembrou que a instituição realizava um trabalho vital e, de forma contundente, afirmou que a educação dos menores era “um problema de mais importância para o Estado (...)”.

Exmo. Sr. D. Presidente do Estado do Paraná

A abaixo assignada , directora do Asylo São Luiz tendo necessidade de installar uma escola de sapataria para os órfãos a seu cargo vem por este meio pedir a V. Excia, autorizar o thesouro a entregar ao Asylo , mensalmente a importância de cento e cinquenta mil reis afim de pagar o mestre de sapataria.

Tendo a educação destes meninos um problema de mais importância para o Estado, confio que V. Excia. conceda o que ora peço em nome da população desvalida desta cidade.

Nestes Termos

P. Deferimento (**Caderno de Cartas**, [192-], p.39).

<sup>47</sup> No Liceu de São Paulo, por exemplo, o curso de carpintaria na década de 1920 ofertava duas oficinas, a de marcenaria e a de entalhe, nas quais a aprendizagem se distinguia pelos tipos de madeira. Os alunos aprendiam a lixar, encerar, envernizar, a entalhar o desenho sobre a madeira em alto e baixo relevo, com os mais variados motivos: flores, frutos, folhas, pássaros etc (RIBEIRO, 1986, p.137).

A prática epistolar solicitando (e agradecendo) auxílio era frequente entre as Irmãs do Asilo São Luiz (o estilo da correspondência variava ligeiramente dependendo do destinatário) e elas solicitavam colaboração de todas as esferas políticas, fosse ela municipal, estadual ou federal. As quantias que recebiam eram sempre bem-vindas e, com certeza, possibilitaram a organização e manutenção das oficinas do Asilo, entre elas a de sapataria, como mostra a figura 15.



Figura 15: **Oficina de sapataria, 1926**

Fonte: Documentos Avulsos – Arquivo LMSL

No registro fotográfico os meninos sapateiros estão estrategicamente acomodados, seguram os calçados e suas ferramentas, alguns estão com o avental próprio do ofício (para não sujar a roupa no trabalho muitas vezes realizado próximo ao corpo). Os olhares de todos estão atentos ao fotógrafo e, assim, miram o observador da fotografia diretamente. No fundo da cena, o professor, deslocado, à direita. O mestre é facilmente identificável pela roupa e postura, como em geral acontecia nas fábricas com diretores, gerentes, etc. (CIAVATTA, 2002, p.82). Mas, ele está em segundo plano na fotografia, realizada para valorizar e promover os asilados e o trabalho que realizavam. Segundo Burke (2004, p.27-28) as fotografias



de menores trabalhando (tanto quanto de acidentados ou nos cortiços), eram geralmente realizadas para despertar a solidariedade dos espectadores.

Observando novamente a fotografia da oficina de sapataria, chama atenção, em prateleiras e pendurados nas paredes, a quantidade de moldes (pés) de madeira, para formatar o calçado no tamanho desejado e facilitar os consertos de sola e salto, e os vários pares de sapatos, indício que a oficina atendia a um elevado número de clientes. Mesmo em seus primeiros anos de existência, nos anos 1920, seria descabido pensar que esse volume de calçados era dos próprios asilados. O sapato era artigo caro nas primeiras décadas do século XX (situação agravada com a crise de 1929), e eram poucos os que tinham vários pares de calçados, e os mais pobres, especialmente os menores, sequer tinham um único par. É possível considerar que muitos dos aprendizes de sapateiros, assim como outros menores do Asilo São Luiz, não possuísem sapatos para uso diário (figura 16).



Figura 16: **Meninos internos Asilo São Luiz, [19-]**

Fonte: Documentos Avulsos – Arquivo LMSL

O trabalho da sapataria do Asilo São Luiz ganhou as páginas dos jornais. Em 22 de junho de 1935, o jornal **Gazeta do Povo** publicou anúncio que oferecia aos

moradores de Curitiba os serviços (e os preços cobrados) dos menores sapateiros.<sup>48</sup> Para homens e mulheres, meia-sola, sola inteira ou saltos. A propaganda corroborava a eficiência da formação dos asilados, e evidenciava também, uma aproximação das crianças e jovens, agora trabalhadores, com a sociedade curitibana, pois os menores atendiam “pedido[s] ao domicílio” (figura 17).<sup>49</sup>

Sapataria do Asilo São Luiz	
Avisa o publico curitibano, que está trabalhando em concertos por preços baratissimos, conforme tabela abaixo:	
Calçados para homens	
solado a ponto .. .. .	10\$000
1/2 sola a ponto .. .. .	6\$000
Sola inteira Luiz XV .. ..	8\$000
1/2 Sola Luiz XV .. .. .	4\$000
Salto para homens .. .. .	2\$000
Salto para senhora .. .. .	1\$000
Atende-se pedido ao domicílio, telefone 1252.	

Figura 17: **Sapataria do Asilo São Luiz**  
 Fonte: **Gazeta do Povo**, 20/09/1936, p.6

E, além de sapateiros, os homens de Curitiba também poderiam contar, para confeccionar ou consertar suas roupas, com hábeis alfaiates egressos do Asilo São Luiz. Assim como as outras oficinas, a de alfaiataria começou modesta: uma ou duas máquinas de costura, tecidos, tesouras e alguns moldes em um pequeno espaço seriam suficientes para capacitar menores do Asilo e torná-los alfaiates promissores.

<sup>48</sup> Seguidamente eram publicados anúncios dos serviços da sapataria do Asilo São Luiz no jornal **Gazeta do Povo**, algumas vezes eram colocados os preços por serviços.

<sup>49</sup> Não foi encontrada fonte que indicasse que os menores recebiam algum tipo de pecúlio pelo trabalho que realizavam, ou se toda a arrecadação com o trabalho feito era revertida para manutenção do Asilo e de suas oficinas.

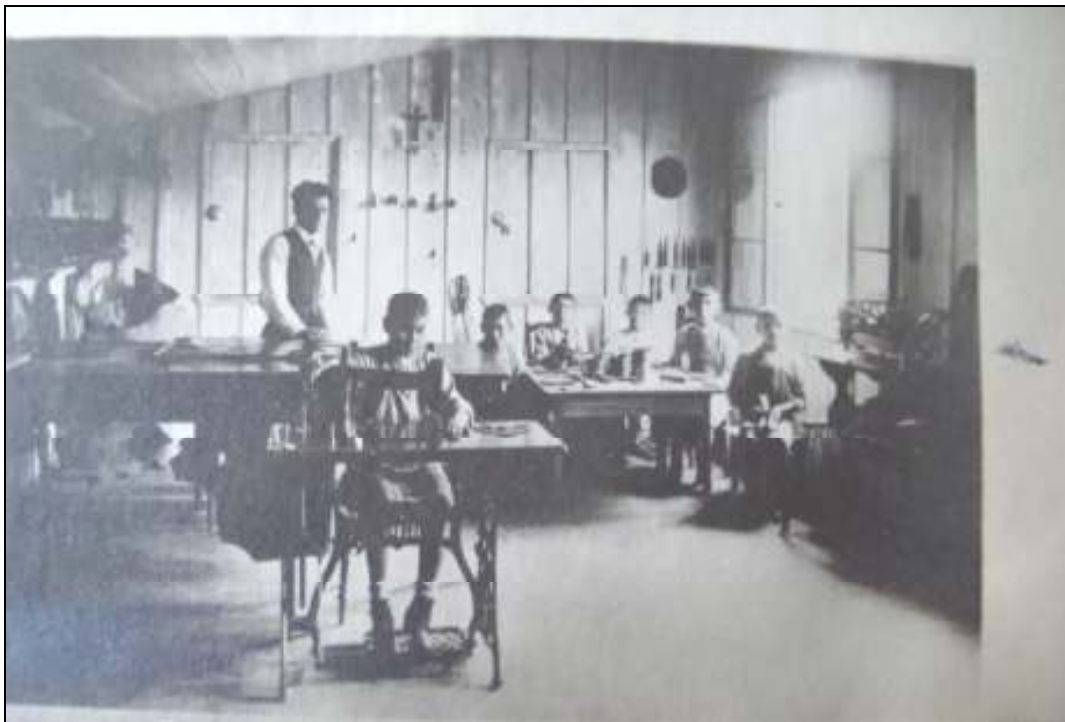


Figura 18: **Oficina de alfaiataria** [192-]  
Fonte: Documentos Avulsos – Arquivo LMSL

Observemos a figura 18, retrato da oficina na década de 1920. Interessante o destaque dado pelo fotógrafo ao menino sentado na máquina de costura. Máquina, sinal de modernidade e da qualidade do ensino ministrado na oficina. Mas, neste ambiente, outra imagem se destaca, a do professor (em pé), mesmo estando no fundo da cena (seria o mesmo da oficina de sapataria? Afinal a costura fazia parte dos dois ofícios). Embora a fotografia registre um ambiente modesto e pequeno (como também indica a figura 19), o **Livro de Registro** do Asilo São Luiz contabilizou a formação de diversos alfaiates, entre eles, João Arantes, que entrou no Asilo em 1927, com três anos e meio e, anos depois, além de frequentar a oficina de alfaiataria concluiu o curso primário (**Livro de Registro**. Fichas n.170).



Figura 19: **Futuros alfaiates** [192-]  
 Fonte: Documentos Avulsos – Arquivo LMSL

Mas, mesmo antes de saírem do Asilo profissionalizados, os futuros alfaiates já prestavam excepcionalmente serviços à comunidade paranaense. Segundo notícia publicada no jornal **Gazeta do Povo** em 9 de novembro de 1930, “os órfãos alfaiates do Asilo São Luiz prestaram serviços relevantes a causa da Revolução [liderada por Getúlio Vargas]”. Eles fabricaram 135 barracas completas e em outras 919 colocaram ilhoses, também confeccionaram 41 bornais (**Gazeta do Povo**, 09/11/1930, p.2).<sup>50</sup>

Além de marceneiros, sapateiros e alfaiates, o Asilo São Luiz também proporcionou a iniciação em outros ofícios, como de datilógrafo, encadernador e padeiro, e possibilitou que seus internos aprendessem, em outros estabelecimentos, diferentes profissões, como o ofício de tipógrafo. Paralelamente, a confecção de objetos considerados “artesanais”, como os berços de boneca, continuaria existindo (**Revista de Comemoração** [1969], p.10). Alguns dos vários aprendizes desses diferentes ofícios foram fotografados (figura 20).

<sup>50</sup> Não foram só os menores da oficina de alfaiataria que se envolveram com o movimento político de 1930. A oficina de carpintaria confeccionou 200 talas para a Cruz Vermelha e dois menores obtiveram autorização para se alistarem no movimento (**Gazeta do Povo**, 09/11/1930, p.2).



Figura 20: **Menores aprendizes** [192-]  
Fonte: Documentos Avulsos – Arquivo LMSL

Para Ciavatta (2002, p. 84) cada fotografia além da visão imediata e dos sentimentos contraditórios que suscita, guarda o silêncio dos olhares anônimos e das vozes caladas, pelo tempo e pelo nosso desconhecimento. Cabe-nos tentar decifrá-la relacionando-a com seu tempo e lugar. Assim, olhar para a imagem da figura 20 nos evoca o desejo de exposição, ordenada e eficiente, dos ofícios que os menores do Asilo São Luiz aprendiam. A proposta de educar para o trabalho está contemplada na fotografia. As características que ela apresenta como, por exemplo, a disposição dos menores, higienicamente penteados, com seus uniformes e instrumentos utilizados nas oficinas, nos possibilita pensar no contexto curitibano: crescente urbanização, desenvolvimento fabril e comercial. Analisando a fotografia observamos várias profissões: do lado direito, próximo ao armário, um menino sentado na mesa com a máquina de datilografia, também ao fundo, lado a lado, três jovens nas suas máquinas de costura. No chão, bem em frente, um menino segura a palha e o outro o equipamento para fazer a treliça, para as cadeiras da oficina de marcenaria; os que estão atrás seguram tecidos, material próprio de alfaiataria, e na mesa, do lado esquerdo, está um jovem com o ferro de passar e alguns moldes.

Vários menores deixaram o Asilo São Luiz com emprego garantido, muitos deles atuaram como autônomos. Por exemplo, Casemiro Spira que, em 15 de março de 1934, após permanecer 6 anos na instituição deixou o Asilo e foi se estabelecer em Fernandes Pinheiro (município paranaense), onde montou sua própria alfaiataria (**Livro de Registro**. Ficha, n.179 ). Entre os que já saíram empregados estava Elias Humeney que, em 20 de julho de 1931, com 19 anos, saiu do Asilo para trabalhar como marceneiro na empresa Maida & Cia. Dois anos antes, Romeo Pereira, de 16 anos, formou-se alfaiate e, em 28 de setembro, deixou a instituição “empregado”. Osvaldo Carvalho saiu do Asilo com 20 anos, em 1934, com o ofício de encadernador para trabalhar na empresa João Haupt & Cia, uma das mais conceituadas de Curitiba. Alberto Roque saiu do Asilo, em 1926, com 14 anos, como empalhador de cadeiras, e Paulo Montanari, com 19 anos, aprendeu datilografia e formou-se em guarda-livros; saiu do Asilo em 1931 (**Livro de Registro**. Fichas n.4, 34, 41, 64 e 191).

O destino dos egressos do Asilo São Luiz variou: de sacerdotes a internos na Escola de Reforma do Estado, devido a insubordinação.<sup>51</sup> Muitos foram os que saíram do Asilo com uma profissão ou, pelo menos, com os princípios básicos do ofício.<sup>52</sup> Desde os primeiros dias de funcionamento da instituição até o final dos anos 1930, foram contabilizados a formação de 53 marceneiros, 24 alfaiates, 40 sapateiros, 2 tipógrafo, 1 mecânico, 2 datilógrafo, 2 empalhadores, 3 guarda-livros, 1 entalhador. Completaram o ensino primário e não se profissionalizaram: 81 menores. Frequentaram parcialmente o ensino primário e não se profissionalizaram: 29 menores (**Livro de Registro**, 1919-1937). Os menores Orlando Pazzinato, Sizenando Paulo Leal, Ademar Dutra, André Alves, Tomaz Alencar, Álvaro Alencar e Jarbas Masseno foram encaminhados “para o seminário” (**Livro de Registro**. Fichas n. 49, 81, 82, 89, 183, 198 e 213). Não foi possível saber se algum deles se tornou

---

<sup>51</sup> A Escola de Reforma e Preservação do Estado foi criada no ano de 1926, para atender menores abandonados e infratores, com o objetivo de regenerar os menores delinquentes. Dois anos mais tarde, em 1928, a Escola de Reforma uniu-se ao Instituto Disciplinar, que existia na Estação Experimental do Bacacheri, e foi associada ao Patronato Agrícola (COLOMBO, 2002, p.101-102).

<sup>52</sup> Não foi possível saber se existiram programas que determinavam as etapas de formação para os menores nas oficinas do Asilo São Luiz, portanto foi impossível separar os meninos e jovens que completaram todo o processo de formação profissional idealizado na instituição, daqueles que frequentaram parte das atividades relacionadas a profissionalização. Entretanto, o que importa nessa dissertação, é perceber que a educação profissional proporcionada pelo Asilo São Luiz atingiu um número significativo de menores asilados, mesmo que alguns deles aprendessem apenas os aspectos básicos do ofício.

padre, mas é possível afirmar que menores que viveram na instituição foram sacerdotes. Na revista editada para comemorar os 50 anos do Asilo São Luiz existe uma foto, sem data, encimada pelos dizeres “Frei Pedro Crisólogo (órfão Asilo São Luis)”. Sob a imagem a frase: “Frei Pedro Crisólogo, no dia de sua ordenação sacerdotal” (**Revista de Comemoração**, [1969], p.12).

Irmã Maria dos Anjos afirmaria:

Os pequenos ali [no Asilo São Luiz] ficavam homens, e tinham um ofício ao saírem para a Vida! Os marceneiros saíam com uma completa caixa de ferramentas, o alfaiate com o material necessário, prontos para iniciarem fora da nossa casa, uma vida útil e trabalhosa (**A Divulgação**, [194-], p.9-10).

A partir do início dos 1930 o ingresso de menores no Asilo diminui gradativamente. Mudanças educacionais, resultado de propostas que eram discutidas há vários anos, foram implementadas durante o governo de Getúlio Vargas desde a atuação de Francisco Campos no Ministério da Educação e Saúde Pública (CINTRA, 2005, p.42-67).

Em 1932, o interventor do Paraná, Manoel Ribas,<sup>53</sup> através do Decreto n. 1.439, de 18 de junho, determinou que a Diretoria Geral de Instrução Pública deveria fiscalizar os Abrigos de Menores e as Escolas de Preservação, atentando para as finalidades das instituições. O Asilo São Luiz estaria entre as instituições fiscalizadas.

O interventor Federal no Estado do Paraná, tendo em vista a necessidade de serem devidamente fiscalizados os Abrigos de Menores e Escolas de Preservação, de ambos os sexos, afim de que possam preencher a finalidade para que forem criados; e considerando que essa fiscalização poderá ser exercida de modo eficiente pela Diretoria Geral de Instrução Publica,

Decreta:

---

<sup>53</sup> Manoel Ribas (1873-1946) foi interventor federal no Paraná de 1932 a 1935, depois eleito governador pelo Congresso Legislativo Estadual, de 1935 a 1937, e novamente interventor federal, de 1937 a 1945, no período do Estado Novo. Durante seu governo deu particular atenção a construção de grupos escolares e escolas isoladas no Paraná (**Dicionário histórico-biográfico do Paraná**, 1991, p.412-413).

Artigo Único – Os abrigos de Menores e Escolas de Preservação de ambos os sexos, ficam desde já, subordinados diretamente à Diretoria Geral de Instrução Pública; revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 18 de junho de 1932, 44<sup>a</sup> da República

Manoel Ribas

Abílio Peixoto da Silva (DECRETO n. 1.439, p.1).

Dois anos depois, em 1934, o Decreto Federal 4.779 de 16 de maio, atento a idade mínima dos alunos, vinculou a profissionalização ao ensino secundário (CUNHA, 2005, p.176). Mesmo assim o Asilo São Luiz ainda continuou com as oficinas. Exemplar foi o caso do jovem Herondi Silvério, que entrou no Asilo em 11 de outubro de 1935, com 12 anos, e profissionalizou-se marceneiro (**Livro de Registro**. Ficha n. 283).<sup>54</sup>

Em 1937 novas determinações do governo federal separam os cursos secundários dos técnicos secundários em termos curriculares, embora ambos pudessem ser oferecidos lado a lado (CUNHA, 2005, p.187-191), e a **Constituição** de 1937 promulga a responsabilidade do Estado na formação da infância e da juventude, reconhecendo a profissionalização como um dever de Estado, determinando:

#### Da Educação e da Cultura

Art 129 - A infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais.

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera da sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado, sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a

<sup>54</sup> Confira outras informações sobre Herondi ou Erondy Silvério no Capítulo 3.



lhes serem concedidos pelo Poder Público ( Constituição, 1937, 2001, p. 103).

O Asilo São Luiz sentiria os efeitos dessas mudanças. Instituição destinada ao recolhimento de órfãos e abandonados, o Asilo não teria estrutura para oferecer a profissionalização técnica nos moldes legislativos que se configuravam desde o início dos anos 1930, centrados no comércio e na indústria. Seriam necessárias reformas do espaço físico, novos mestres, mudanças curriculares e, principalmente, alterações significativas no perfil de uma instituição que era asilar (como poderiam ofertar um ensino técnico secundário?).<sup>55</sup>

Ao longo dos anos, as idades dos menores que ingressaram no Asilo São Luiz foram as mais variadas e oscilaram entre cinco meses (Hugo Montanari Junior, caso único) e 14 anos (como Onofre Ribeiro) (**Livro de Registro**. Fichas 6 e 272),<sup>56</sup> a maioria das crianças e jovens seria, desde os primeiros anos, iniciada em algum ofício. A partir de meados dos anos 1930 a situação mudou.

Em 1937 os menores de idade inferior a 7 anos que ingressaram no Asilo São Luiz foram imediatamente encaminhados ao Jardim de Infância organizado na instituição (**Livro de Registro**. Fichas n. 372, 374, 377, 378, 379, 380, 381 e 383).<sup>57</sup> Neste mesmo ano as máquinas foram retiradas das oficinas de marcenaria, alfaiataria e sapataria e a idade máxima de permanência dos menores no Asilo, acompanhando as mudanças do ensino profissionalizante de 1934, baixou, oficialmente, de 18 para 12 anos (**Revista de Comemoração**, [1969], p.2) Entretanto, ainda em janeiro e maio de 1937 ingressariam no Asilo um menor de 12 anos, Manoel Soares Costa, e um de 14 anos, Delmar Ferreira de Almeida. Exceções em um período de transformações irreversíveis no Asilo São Luiz (**Livro de Registro**. Fichas n.290 e 347).<sup>58</sup>

---

<sup>55</sup> Para outros detalhes sobre as mudanças educacionais da década de 1930 e a configuração política brasileira no período veja, entre outros: BERTONHA (2004); GOMES (2000); LEVINE (1980; 2001); SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA (2000).

<sup>56</sup> Não foi contabilizado o caso excepcional da menina Maria Luiza, que foi acolhida provisoriamente em 1919, por estar doente, e que faleceu, poucos meses depois, no Asilo (**Livro de Registro**. Ficha n.19).

<sup>57</sup> Segundo Souza (2004, p.165-166) o Jardim de Infância do Asilo São Luiz era um dos que existiam na cidade de Curitiba em 1926.

<sup>58</sup> A **Constituição** de 1937, Artigo 137, Letra k, determinaria: proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16 anos e, em indústrias, a menores de 18 anos e a

Mesmo diante dessas mudanças, o Asilo continuou sendo uma instituição que recebia meninos de várias idades, algumas vezes deixados pelos pais, outras vezes pela polícia, ou até para atender pedido de políticos. Este foi o caso de Demétrio Mazepa, que entrou na instituição com nove anos, em 1937, por solicitação do próprio Manoel Ribas, que governava o Estado (**Livro de Registro**. Ficha n. 384). Entre 1919 e 1937, os menores asilados, cujos registros foram arquivados na instituição, somaram 354 crianças e jovens; deste total, segundo informação do **Livro de Registro**, 271 eram brancos, 42 morenos, 21 pardos e 20 negros (**Livro de Registro**, 1919-1937)<sup>59</sup>

No ano em que as máquinas deixaram de funcionar no Asilo São Luiz, o número e a idade dos menores que deram entrada na instituição e dos que deixaram o Asilo foi o seguinte:

Idade	Ingresso 1937	Idade	Saída 1937
2 anos	1	4 anos	2
3 anos	1	6 anos	1
4 anos	2	7 anos	2
5 anos	3	9 anos	2
6 anos	4	10 anos	2
8 anos	1	11 anos	2
9 anos	9	12 anos	1
11 anos	5	13 anos	1
12 anos	1	14 anos	3
14 anos	1	15 anos	4
-----	--	17 anos	1
-----	--	18 anos	1
<b>Total</b>	<b>28</b>		<b>22</b>

Figura 21: **Tabela de entrada e saída dos menores no Asilo São Luiz. Livro de Registro, 1937** <sup>60</sup>  
Arquivo LMSL

mulheres (Constituição, 1937, 2011, p.105). O Decreto Estadual n. 9590, de 27 de fevereiro de 1940, determinaria a idade máxima de 10 anos para um menor permanecer no Asilo São Luiz (DECRETO n. 9.590, p. 1) Seriam muitos os menores maiores de 10 anos asilados nessa data? Qual o destino deles? A revista **A Divulgação**, da década 1940, afirmava "ao completarem os pequenos [do Asilo São Luiz] a idade de 12 ou 13 anos, são entregues a seus pais, se os tiverem, ou ao Juizado de Menores, que lhes dá destino, empregando-os, matriculando-os nas Escolas Rurais ou Profissionais do Governo ou outras" (**A Divulgação**, 194-, p. 9). Os ajustes legais relacionados a idade dos menores seriam feitos paulatinamente, e ainda demoraria alguns anos para todos os maiores de 10 anos, quando necessário, serem encaminhados para outras instituições.

<sup>59</sup> A numeração das Fichas dos asilados começa com ordem sequencial crescente mas, a partir do final do ano de 1923 e início de 1924 esses números não obedecem seqüência exata. Seriam várias Fichas do **Livro de Registro**, transcrições realizadas a partir de rascunhos feitos meses ou anos antes? Menores teriam entrado no Asilo e deixado a instituição em poucos dias e suas fichas teriam sido descartadas?

<sup>60</sup> Tabela organizada pela autora da dissertação com base nas informações do **Livro de Registro**, 1937.

Foi também em 1937 (coincidentemente ou não) que Irmã Maria dos Anjos,<sup>61</sup> organizadora e diretora do Asilo São Luiz, que muito havia trabalhado para a criação e manutenção das oficinas, deixou a instituição depois de 21 anos e foi dirigir a Santa Casa de Misericórdia de Curitiba. O Asilo São Luiz iniciaria então outra fase de sua história, continuando a ofertar educação de primeiras letras, implementando as atividades do Jardim de Infância e redirecionando suas atividades relacionadas ao mundo do trabalho para o que era denominado “artesanato”: a confecção de cabides, porta-escovas, descansos de pratos, porta-toalhas, etc (**Lar dos Meninos**, [1969], p.10).<sup>62</sup>

---

<sup>61</sup> A irmã Maria dos Anjos tinha 70 anos de idade quando deixou a direção do Asilo São Luiz. Ela nasceu em Savoie , França em 3 de setembro de 1867 e faleceu em Curitiba dia 15 de julho de 1959. Seus serviços prestados na França foram: 2 anos no Orfanato de Moutiers (França), 2 anos lecionando no Colégio de Aime (França), 3 anos lecionando no Colégio Albert-Ville (França) e 6 anos prestando serviços de enfermagem no Hospital de Alienados de Bozel (França). No Brasil atuou 2 anos no Lazareto da Ilha das Cobras na baía de Paranaguá; 3 anos na direção do Hospital 26 de Outubro em Ponta Grossa, do qual foi co-fundadora; 7 anos acompanhando operários e suas famílias na construção de estrada Curitiba-Rio Negro; 2 anos no Hospital de Emergência; 21 anos na direção do Asilo São Luiz, do qual foi sua fundadora; 3 anos no Hospital de Caridade de Castro, 4 anos na direção da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá; 3 anos no Hospital de Caridade Fundação Hipólito de Araújo, da Lapa; 4 anos na direção da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa e 8 anos na direção da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, onde veio a falecer (**Revista de Comemoração**, [1969], p.4).

<sup>62</sup> Nos anos seguintes o Asilo São Luiz ganharia uma máquina de fazer tricô e outra para confeccionar molduras. Em 1967 a sapataria seria reinaugurada, mas cursos profissionalizantes, como os das décadas iniciais do século XX não existiriam mais (**Revista de Comemoração**, [1969], p.10).

### **CAPÍTULO 3**

#### **A SOCIEDADE CURITIBANA E AS CRIANÇAS E JOVENS DO ASILO SÃO LUIZ**

A partir do século XVIII a alfabetização entre europeus de vários grupos sociais cresceu especialmente entre os moradores das maiores cidades, em grande parte como consequência das próprias demandas destes lugares, como as de trabalho e de locomoção (ler placas com nomes de ruas, por exemplo). Entre os meios de comunicação escrita que se multiplicaram, o jornal foi destaque pela possibilidade de atingir um grande público, de leitores e ouvintes destes leitores. Mas, uma outra forma de comunicação, mais privada, a carta, também aumentou em quantidade e diversificou suas funções (ROCHE, 2001). No Brasil, do final do século XIX e início do XX, como escreveu Schapochnik (1998, p.506), o hábito de escrever cartas foi difundido inclusive entre as mulheres letradas, que, quando a condição financeira permitia, dispunham de uma sala especial para esta e outras funções, como ler, bordar e receber as amigas. Jornais e cartas foram meios utilizados pelas Irmãs de São José na primeira metade do Novecentos para uma comunicação eficiente com seus colaboradores e com a população curitibana quando o assunto era o Asilo São Luiz.

Nos anos 1920, no início das atividades do Asilo, as Irmãs não se furtaram em escrever ao Presidente do Estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, quando o tema era reivindicar melhorias nas instalações onde estavam abrigavam os asilados. Com palavras bem ordenadas e fraternas, a cobrança de promessa feita pelo “ilustre benfeitor” era direta e os argumentos usados para o pedido indicavam urgência:

Ao Exmo. Presidente do Estado

Tenho a honra de cumprimentar a V. Excelencia e renovar-lhe o pedido que teve a bondade conceder me pelo intermédio da Irma Josepha.

Como no dia 7 do corrente reabrem-se as aulas do Collegio São José da rua Aquidabam onde foram recolhidos provisoriamente os orphãos devo fazer ativar os trabalhos do Asylo,

Conhecendo sua caridade venho de novo pedir a V. Excia o especial favor dar ordens necessárias para começar a instalação da água e esgottos no orphanato São Luiz.

Queira Exmo Sr. Presidente acceitar com os agradecimentos a expressão da minha gratidão e a promessa que fazem os orphãos rezarem todos os dias pelo seu Ilustre Benfeitor.

Sua humilde serva em J.C. (**Caderno de Cartas** [192-], p.5).

Pouco tempo depois, nova correspondência foi enviada a Caetano Munhoz da Rocha. Através da carta é possível saber que a solicitação inicial das Irmãs havia acontecido em visita ao gabinete do Presidente do Estado e que o pedido era refeito mais uma vez, mesmo com o “receio de ser importuna”. Feita a desculpa a solicitação era explícita, pedia que fossem emitidas “ordens precisas” para que as obras de esgoto do Asilo fossem concluídas antes do calçamento que começava a ser feito na rua em frente.

Excellentíssimo e Ilustríssimo Sr. Dr. Caetano Munhoz da Rocha  
M.D. Presidente do Estado

Com receio de ser importuna, mas a bem do Asylo São Luiz, venho pedir a Vossa Excellencia que se digne dar as ordens precisas para mandar acabar quanto antes os esgotos do mesmo estabellecimento, obra que V. Excia se interessou quando ultimamente fui pedir esse favor. Como vejo uma turma de trabalhadores procedendo o calçamento da rua de frente ao Asylo bom seria acabar primeiro os esgotos cujo cano atravessa a rua.

De V<sup>a</sup> Excia muito respeitosa e reconhecida (**Caderno de Cartas** [192-], p. 23).

Preocupadas com a construção e manutenção do prédio do Asilo as Irmãs, ao longo dos anos, não se intimidavam em solicitar ajuda de todo o tipo, sempre em nome da caridade cristã, mas também lembrando o serviço social que prestavam à população de Curitiba, cuidando de crianças e jovens que, poucas vezes, teriam outro lugar para viver, estudar, aprender uma profissão.

O prédio do Asilo ganharia, dentro dos prazos estabelecidos pelos governantes paranaenses, rede de água e esgoto, mas eram as necessidades imediatas e cotidianas que ocupavam, em grande parte, a atenção das Irmãs. Elas precisavam de materiais variados de limpeza, higiene, etc, além de alimento e vestuário para os menores (**A Divulgação**, [194-], p.10). Nas décadas de 1920-1930, foi crescente o número de crianças e jovens deixados no Asilo São Luiz por suas mães. Muitas delas poderiam ser trabalhadoras de fábricas curitibanas que empregavam mão-de-obra feminina, como as de fiação e tecelagem, fita e fitilho, massas alimentícias, de cerveja, bala, bolacha, vidro, porcelana e charuto (BOSCHILIA, 1997, p.115-116). Entre os vários casos de menores deixados no Asilo por suas mães estava o dos irmãos Antonio e Lucio dos Anjos, que depois de alguns

anos asilados “foram entregues novamente à mãe, que se achava em condições de sustentá-los ”(**Livro de Registro**. Fichas n. 108,109).

O atendimento a menores imigrantes, ou filhos de imigrantes, aproximou a diretora do Asilo São Luiz, Irmã Maria dos Anjos, do Consulado da Itália. Encorajada pela necessidade de garantir aos meninos e jovens um sustento adequado, enviou ao Cônsul um pedido “de ajuda” para os menores de origem italiana que estavam sob os cuidados do Asilo. Com a intenção de sensibilizar o representante da Itália, ela argumentava viver “quase exclusivamente” da caridade pública, e que estavam asilados “quinze desamparados em cujas veias correm o sangue bom e generoso da Itália”.

Exmo. Sr. Cônsul Real da Itália

O orphanato de São Luiz, situado a Praça da Republica, nesta cidade, constando dentro dos seus cincoenta recolhidos, quinze pequeninos de origem e nacionalidade italiana e vivendo neste orphanato quase exclusivamente da caridade publica, por não ter patrimônio algum que lhe produza qualquer renda, a abaixo assignada valendo-se de todas as boas inspirações que a necessidade lhe suggere para amparar os orphãosinhos que lhe foram confiados pela Providencia Divina, recorre a magnanimidade desse Real consulado italiano, implorando um auxilio para este orphanato em nome daquelles quinze desamparados em cujas veias corre o sangue bom e generoso dos filhos da nobre Itália.

Convencida que V. Ex, como maior autoridade daquela nação neste Estado, não ficará indiferente a esta minha súplica, desde já antecipo meus agradecimentos e subscrevo-me como humilde serva em Nosso Senhor (**Caderno de Cartas** [192-], p. 30).

Mas, em tempos de difusão da imprensa no Brasil, as Irmãs recorreram muitas vezes aos periódicos de Curitiba para manter e estreitar laços com moradores da Capital paranaense. A pretensão era conseguir ajuda para o Asilo e, também, difundir o trabalho realizado na instituição; promover profissionalmente crianças e jovens que, um dia, deixariam o Asilo São Luiz para viver em sociedade.

Com o aumento do número de leitores, e o crescimento de sua influência como meio de informar e mobilizar pessoas, os jornais, no Brasil como em outras partes do mundo, passaram a colaborar, de diferentes formas, com demandas populares, muitas vezes capitaneando campanhas sociais. Captando e ao mesmo tempo expressando anseios da população, muitos foram os periódicos que, graças as ideias sociopolíticas de seus donos e redatores, participaram de campanhas relacionadas aos menores. Um exemplo internacional foi a campanha para a criação

do Asilo da Infância Desvalida, na cidade de Setúbal, em Portugal (LOPES, 2007, p. 79).

Em Curitiba, as Irmãs de São José também utilizaram os jornais como meio para angariar recursos para o Asilo São Luiz e divulgar ações da instituição. Entre outros periódicos um foi o jornal **A República** que, no início de 1922, recebeu da Irmã Maria dos Anjos a seguinte solicitação (não foi possível confirmar se a solicitação foi ou não atendida):

Ilmo Sr. João Sampaio  
Cumprimento respeitosamente desejando muitas felicidades bênçãos do céu no correr do Ano Novo.  
Aproveito ao mesmo tempo a ocasião para pedir-lhe um grande favor. Desejo que o Sr. ponha na “República” um artigo, a sua escolha, em nome dos orphãosinhos do Asylo São Luiz, agradecendo a todos os benfeitores, todas as pessoas que se interessam pelo Asylo, durante o ano de 1921 e ao mesmo tempo exprimindo-lhes os votos e boas festas pela entrada do anno novo. Esperando ser atendida agradeço antecipadamente pedindo a Deus pagar ao cêntuplo a grande caridade (**Caderno de Cartas**, [192-], p. 19).

O jornal **Gazeta do Povo** talvez seja o melhor exemplo de parceria entre o Asilo e os periódicos de Curitiba. Ano após ano, o jornal colaborou intensamente com a divulgação de campanhas, recitais e outras atividades socioculturais realizadas em prol da instituição. A boa relação das Irmãs com o jornal **Gazeta do Povo** pode ser percebida desde os primeiros tempos do Asilo. Divulgando constantemente em suas páginas notícias sobre menores órfãos e abandonados, e sobre a necessidade de ações que poderiam resultar em chance de futuro para estas crianças e jovens, o jornal publicou artigo em 1921 no qual se lia:

#### ASYLO DE S. LUIZ

A falta de um asylo em nossa capital, para amparar os infelizes orphãos a que a sorte ingrata arrebatava os seus naturaes sustentáculos, era um problema que precisava ser resolvido em Curitiba.

O asylo São Luiz cujo prédio vai ser inaugurado daqui a uns 2 mezes mais ou menos está situado a praça da República (fundos do Colégio São José) onde funciona desde já.

Um dos nossos auxiliares visitou as instalações, e comentou que era preciso que o povo curitibano, caridoso como é, e que estamos quase a affirmar, decerto ignora a existência do útil instituto, auxilie o Asylo, pois assim fizer, cooperará muito pela amparo desses



innocentinhos que tão cedo foram privados dos carinhos maternos (**Gazeta do Povo**, 14/09/1921, p.2).

Um local apropriado para receber abandonados e desamparados, como o Asilo São Luiz, também poderia evitar, segundo vários curitibanos, que esses menores de “sorte ingrata” se encaminhassem para o crime e se tornassem tristes notícias das páginas dos principais jornais da cidade. A realização das campanhas em prol ao Asilo, patrocinadas por jornais contribuiriam para a efetivação das ações realizadas pelas Irmãs, inclusive educação de crianças e jovens para o trabalho. Além dos jornais, “benfeitores”, “damas de caridade” e anônimos curitibanos colaboravam com o Asilo.

Em 1921 outro artigo do jornal **Gazeta do Povo** divulgou a atuação de “damas de caridade” na festa de Natal destinada aos menores do Asilo São Luiz e aos pobres de Curitiba em geral (devidamente cadastrados como realmente necessitados).<sup>63</sup> O título do texto: A Caridade Curytibana mostrou-se hontem em toda a sua dedicação.

O Natal dos pobres no Asylo São Luiz.  
Nessa utilíssima instituição de caridade, o Natal dos Pobres foi uma realidade.  
As damas de caridade srs. Maria Mader, Rosa Chaves, Maria Eulina Cartaxo e outros e o reverendo Bispo D. João Braga.  
Cada pobre depois de apresentar seu cartão de registro, recebia pacotes de assucar, farinha, arroz, farinha de trigo, batatas, canjica, feijão, café, pães e ainda peças de roupas e acolchoados para o inverno. O numero de pobres que compareceu ao Asylo era grande. Apóz a distribuição realizou-se com grande brilhantismo a festa dos orphãosinhos, internados no Asylo (**Gazeta do Povo**, 26/12/1921, p.3).<sup>64</sup>

Nas festas religiosas, principalmente no Natal, a atuação de curitibanos (muito deles anônimos) era mais incisiva, as doações aumentavam significativamente. Aproveitando o período, por vários anos, todo final de ano o

<sup>63</sup> A discussão sobre a necessidade distinguir os verdadeiros necessitados dos outros, os exploradores da ajuda alheia, era grande em Curitiba nesse período, sobre o tema confira: TURINA, 2010.

<sup>64</sup> Vários anos o jornal **Gazeta do Povo** publicou a campanha para o Natal dos órfãos do Asilo São Luiz, entre outras datas, em 17 de novembro de 1923, 20 de dezembro de 1923, 23 de dezembro de 1925, 6 de dezembro de 1927, 11 de novembro de 1928, 14 de dezembro de 1930, 23 de dezembro de 1930, 28 de dezembro de 1932, 7 de dezembro de 1935, 19 de dezembro de 1936.

jornal **Gazeta do Povo** realizou campanha em prol do Asilo São Luiz. Muitos contribuíam com dinheiro, outros com alimentos, roupas, doces, brinquedos. O jornal listava todas as doações e nomes de vários doadores. Algumas vezes o jornal publicava fotografia dos menores asilados como em novembro de 1928 (Figura 22), com o intuito de sensibilizar a sociedade curitibana e angariar mais recursos para o Asilo.



Figura 22: **Menores do Asilo São Luiz** .  
 Fonte: **Gazeta do Povo**, 11/11/1928, p. 3

De maneira direta, abaixo da fotografia está o texto: “Damos aqui a mais recente photographia dos pequenos asylados do Orphanato S.Luiz, da Praça Rui Barbosa, aproxima-se o Natal, a festa predileta das crianças” (**Gazeta do Povo** 11/11/1928, p. 3).

“Quem daria uma esmola para as criancinhas?” Foi mais um título publicado pelo jornal **Gazeta do Povo** em uma campanha de Natal do Asilo São Luiz, que qualificava como “pessoas caridosas” os que contribuíssem com a instituição:

Como todos os annos fazemos, abrimos nesta redação uma lista para receber os donativos para o Natal do orphãosinho, em benefício do Asylo S. Luiz.

As pessoas caridosas que quizerem auxiliar os cento e poucos orfãos recolhidos no Asylo, poderão enviar-nos seus obulos, ou entregá-los diretamente no Asylo. (**Gazeta do Povo**, 14/12/1927, p.3)

Mas os auxílios angariados pelo Asilo São Luiz não resultaram apenas de festas religiosas ou de óbolos. Tômbolas foram realizadas para obter recursos para a instituição e os jornais de Curitiba colaboraram. O jornal **Gazeta do Povo**, várias vezes publicou a relação dos prêmios e as datas em que seriam realizados os sorteios das tômbolas. Diariamente o periódico convocava os leitores para a compra dos bilhetes, com o intuito de colaborar com a “benemérita instituição de caridade”. Os prêmios tinham origens diversas. Entre eles estavam: toalhas, abajures e até mesmo passarinhos (**Gazeta do Povo**, 28/07/1926, p.3). Mas, entre os diversos prêmios, dois certamente estiveram entre os mais cobiçados: um jogo de quarto e um de sala de jantar, feitos pelos próprios internos do Asilo, sorteados em 1931 (**Gazeta do Povo**, 24/05/1931, p.3; **O Cruzeiro**, 03/01/1931, p.7).<sup>65</sup> As crianças e jovens asilados também confeccionaram para sorteio diferentes peças avulsas, como cadeiras e prateleiras, porta retratos, porta vasos e bandejas. Desta forma as tômbolas também colaboravam com a propaganda das ações desenvolvidas no Asilo São Luiz e para tornar positiva a visão que a sociedade curitibana tinha dos menores da instituição: eram trabalhadores. Ao anunciar, mais uma vez, uma tômbola, texto do jornal **Gazeta do Povo** de 1934, afirmava:

Uma tombola em beneficio do Asilo S. Luiz.

O Asilo São Luiz, a benemérita instituição de caridade de nossa capital, vem de organizar uma tômbola, cujo produto reverterá em proveito da mesma, afim de serem introduzidos alguns melhoramentos [em] sua sede. Um grupo de magnânimas damas curitibanas, pertencentes a nossa alta sociedade, tomou a si o encargo nobilitante da passagem dos bilhetes da mesma que correrá a 26 de maio próximo. Auxiliar o Azilo S. Luiz, comprando um bilhete desta tômbola, é a tarefa obrigatória de todo curitibano, povo conhecido como magnânimo e caridoso (**Gazeta do Povo** 25/4/1934, p.3 ).

Além das tômbolas eram realizados festivais artísticos para angariar fundos para o Asilo São Luiz. Os eventos aconteceram no importante Teatro Guaíra de

---

<sup>65</sup> Confira fotografia do jogo de quarto no Capítulo 2, Figura 14.

Curitiba com artistas conhecidos nacionalmente, conforme anunciado pelos jornais, entre eles a jovem declamadora Didi Caillet e a cantora Wally Schimidt (**Gazeta do Povo**, 27/12/ 1927, p.1). A participação das chamadas “senhoras de caridade”, de artistas e poetas curitibanos, nesses eventos, também acontecia. Entre outras apresentações estavam o recital com a Sra. Mineta Miro ao piano, o recitativo realizado por Walkiria Miro e a interpretação da canção “A mama dice” pela jovem senhorita Fernandina Marques (**Gazeta do Povo**, 15/11/1931, p.3). Não era raro identificar entre as pessoas que colaboravam com o Asilo São Luiz nesses eventos os mesmos sobrenomes de mulheres e homens que ajudavam a instituição de outras formas, por exemplo:

CARIDADE  
ORPHANATO [ASILO] S. LUIZ

Para os orphãosinhos do Orphanato S. Luiz recebemos a quantia de 50\$000 que nos remeteu a Exma. Senhora D. Clotilde *Miro* Guimarães, esposa do Sr. Commendador João Guilherme Guimarães (**Gazeta do Povo**, 30/12/1922, p.1. Grifo meu).

Nesses eventos as quantias arrecadadas variavam, mas sempre ajudavam a pagar as despesas do Asilo, e a melhorar suas instalações, inclusive as oficinas para os aprendizes. Em 1921, no começo das atividades da instituição, em plena empreitada para construção do prédio próprio do Asilo, o jornal **Gazeta do Povo**, de 26 de novembro, noticiou:

Ecos do Festival Beneficente realizado 19 de novembro no Theatro Guayra e organizado pela Professora Felice Clory reverteu ao Asylo São Luiz a quantia de um conto, quatrocentos e três mil e novecentos réis, entregue a Irmã Maria dos Anjos diretora do Asylo São Luiz (**Gazeta do Povo**, 26/11/1921, p. 2).

Havia também a participação dos meninos e jovens do Asilo em diferentes festivais. Os menores declamavam poesias, faziam apresentações dramáticas e de ginástica com e sem música (**Gazeta do Povo**, 02/12/1927, p.1). Presente entre as atividades escolares proporcionada aos internos da instituição, a ginástica era obrigatória nas escolas públicas desde o final do século XIX e sua prática estava diretamente relacionada à manutenção e aquisição de uma boa saúde, física e

mental; devidamente orientada por médicos, era aconselhada para menores a partir dos quatro ou cinco anos (PUCHTA, 2007, p.17; 31-36).

Em 1930, uma notícia indica a possível constituição de batalhões de escoteiros com menores do Asilo. Com seu ideal de obediência, disciplina, plena realização das potencialidades físicas e intelectuais, afetivas e espirituais, o escotismo pretendia formar cidadãos responsáveis ( **Sempre Alerta**, 2007, p.9). Era portanto uma prática que se conjugava com as propostas das Irmãs que dirigiam o Asilo São Luiz.

Dia 6 de dezembro de 1930, texto da **Gazeta do Povo** afirmava: "O Asilo São Luiz fez um apelo à reputada firma carioca Seabra & Cia e esta enviou imediatamente um fardo de retalhos brim kaki, o suficiente para 80 calças de escoteiros" (**Gazeta do Povo**, 06/12/1930, p.8). No início de 1931, outra notícia informava que a Fábrica de Chapéus Cury, de Campinas, estado de São Paulo, havia doado chapéus adequados para a formação do primeiro grupo de escoteiros do Asilo (**Gazeta do Povo**, 17/01/1931, p.7). Uma fotografia, sem data, pode mostrar esses escoteiros do Asilo São Luiz, ou pelo menos de um grupo de menores uniformizados que se apresentou no Asilo ou para os asilados. Eles são observados pelo olhar atento de um 'professor' (de branco à esquerda) e por um homem uniformizado, que está atrás do 'batalhão', em local reservado, onde certamente estavam outras pessoas. As Irmãs do Asilo guardariam uma fotografia de menores na qual não estivesse nenhum dos asilados? Improvável.

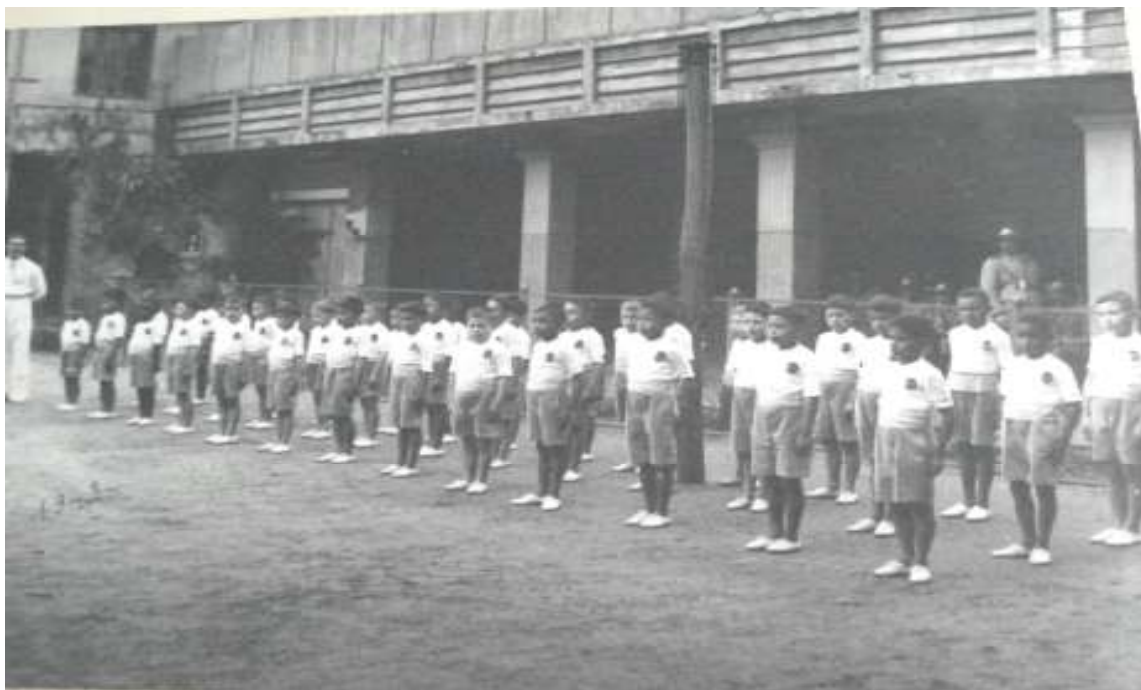


Figura 23: **Meninos uniformizados.**

Fonte: Documentos Avulsos - Arquivo LMSL

Entre as apresentações teatrais e as declamações dos menores do Asilo, uma peça de teatro merece destaque pela mobilização que deve ter causado nas crianças e jovens da instituição. O autor da peça era Luiz Faria. Seria ele um ex-interno do Asilo São Luiz? Não foi possível saber. Mas, no **Livro de Registro** do Asilo, existe a Ficha de um menino, Luiz Stefano Faria, que ingressou na instituição com sete anos, em 7 de fevereiro de 1923, cursou o primário e concluiu o secundário no conceituado Instituto Santa Maria (os melhores alunos do Asilo recebiam bolsa de estudo de escolas de Curitiba) (**Livro de Registro**. Ficha n. 69). Seria ele o autor da peça teatral que retratava a vida de menores asilados? Uma hipótese.

Com o título *Os dois órfãos*, a peça escrita em 1937 tem quatro cenas, e destaca, através do diálogo de dois órfãos entre si e com a caridade, o sentimento de tristeza causado pelo desamparo: além da falta materna, a de alimento, vestuário e de uma casa. O drama aborda então o alento que apenas a fé e a caridade, fundada no amor de Jesus Cristo, podem trazer. O Asilo São Luiz e aqueles que o auxiliam aparecem como exemplo da caridade cristã.

Os dois órfãos

Cena 1

Francisco: Onde estará a esta hora a minha querida mãe? Teria Deus levado para junto de si a mamaesinha, sem pensar que estaríamos a chorar sua falta?

José: Francisco porque estás a recordar sempre esta nossa história?

Francisco: Tu, maninho, ainda tens lágrimas para chorar, eu pobre de mim, meus olhos já secaram. Deixa que eu derrame agora as lágrimas do coração.

José: Quem te ouve assim falar, não encontrará razão alguma, não irá aquilatar a dor que nos oprime. Choremos, choremos a nossa mãe querida, choremos a deusa do nosso amor, choremos aquela que nos fazia sorrir, que nos fazia gozar, aquela que tudo foi capaz de fazer para nosso bem, e que hoje nos falta. Choremos a sós, pois é só nossa a dor.

Francisco: Sim é só nossa. Mas eu falo não para que outros se compadeçam de nós. Falo a Jesus, ao Deus Menino... como ele teria [falado] si em sua infância lhe faltasse a Virgem Maria (...)

#### Cena IV

Caridade: Por que choraram meus bons meninos? É fome, é frio é a saudade?

De agora em diante não chorem mais, Jesus em sua bondade encarregou-me de vos proteger. Vinde comigo, vinde comer, vinde comigo, tereis alento. Quero vos dar o que vos falta.

José: Para onde nos leva?

Caridade: Quero levar-vos para uma casa, onde nada vos há de faltar, tereis alimento tereis abrigo, encontrareis corações nobres, abnegados que farão tudo para não vos ver sofrer.

José: É muito longe?

Caridade: Podeis ver aqui, é aquela casa, é aquele grande monumento que além se ergue. Sabeis o nome? É o Asilo S. Luiz, é uma casa abençoada, construída por um nobre coração, amparada por corações caridosos, dirigida por seres que tudo deixaram para minorar a dor do órfão, auxiliada por santas mulheres que a ela vão levar aquele amor puro e nobre que cultivam em seus lares.

José : O!... Que bom !...

Caridade: Aquela é a casa dos órfãos, dos desamparados (Os dois órfãos. Drama, 24/06/1937, p.1 e 9. **Documentos Avulsos**. Arquivo do Convento Cajuru. Texto completo no Anexo).

E a ação do Asilo São Luiz, impulsionada graças a colaboração de diferentes curitibanos (“corações caridosos”, diria o autor do drama) multiplicou-se nas primeiras décadas do século XX. Mulheres colaboraram, várias delas organizadas em grêmios, vários deles com nomes de flores (Violetas, Glicínias, Camélias, entre outros), ou associações beneficentes. Essas organizações realizavam atividades sociais (como chás, jantares, festas populares) e culturais (como os recitais) com o intuito de colaborar, através de arrecadação de fundos, alimentos, roupas, etc, com várias instituições de Curitiba que tinham como meta o

auxílio, a educação e o cuidado com a saúde dos mais pobres, especialmente de crianças e jovens (TRINDADE, 1996, p.253-261).

Nesse universo de atuação feminina fazer parte das Filhas de Maria significava pertencer a um grupo com características próprias, que realizava uma obra social duplamente compensadora, unindo o amparo aos necessitados à doutrina católica. A mulher católica que fazia parte deste grupo assumia suas tarefas como se fosse prática religiosa, com vistas ao aprimoramento espiritual e à salvação eterna, despidendo-se dos pré-conceitos e das aspirações de conforto individual e dedicando-se a um extenso rol de tarefas (TRINDADE, 1996, p.145). Na véspera do Natal de 1936, as Filhas de Maria, ofereceram um “lunch completo” a todos os órfãos do Asilo São Luiz (**Gazeta do Povo**, 24/12/1936, p.3).

Anos antes, uma das “damas de caridade” da sociedade curitibana, Sra. Lili Santerre Guimarães, tutora dos irmãos Plácido de Paula e José Palmeira de Paula (**Livro de Registro**. Fichas n. 123 e 124), também havia oferecido um lanche aos menores asilados, mas foi além, proporcionou um passeio especial as crianças e jovens:

A Sra Lili Santerre [Guimarães], cujo coração bondoso todos conhecemos através de sua obras de caridade, offereceu-lhes um festivo “lunch” em sua residência e um passeio de automóvel pelas ruas da cidade.

Assim foi que vimos, em uma dezena de automóveis de praça, os orphãosinhos, risonhos e contentes passeando pelas ruas, em festiva desfilada, sob os cuidados das irmãs diretoras e das zeladoras do orphanato [ou seja, do Asilo] (**Gazeta do Povo**, 18/08/1924, p.5).

Outro acontecimento que pode ter deixado lembranças nos menores asilados foi o passeio realizado, em 1934, a cidade de Paranaguá e ao litoral paranaense. O passeio foi possível “graças à generosidade do Dr. Alexandre Gutierrez (...) digno superintendente da [Estrada de Ferro] São Paulo – Rio Grande”, que cedeu dois vagões de trem especialmente para a viagem. Foram na excursão 90 menores dos 150 asilados (os mais novos ficaram em Curitiba, por segurança). Em Paranaguá, primeira parada, a programação começou com a missa na Igreja do Rocio, em seguida todos foram conhecer as obras do porto da cidade e realizaram um especial passeio de lancha até a ilha da Cotinga. Hóspedes dos padres



residentes em Paranaguá, “a petizada pode conhecer também a Praia de Leste, que fica poucos quilômetros de Paranaguá” (**Gazeta do Povo**, 24/06/1934, p. 8).

Entre os colaboradores do Asilo estavam nomes conhecidos dos curitibanos, como os políticos, que governaram o Paraná na primeira metade do Novecentos, Affonso Camargo, Caetano Munhoz da Rocha e Manoel Ribas, e o deputado federal e engenheiro Arthur Martins Franco, e membros da família Leão e da família Fontana, ligadas a produção e ao comércio da erva-mate. (**Caderno de Cartas**, [192-], **Revista de Comemoração**, [1969]). <sup>66</sup> A empresa Família Leão Junior & Cia, por exemplo, “repassou em 1931 a quantia de 1:000\$000” a Irmã Maria dos Anjos para contribuir com o pagamento das despesas da instituição (**Gazeta do Povo**, 21/03/1931, p. 3).

Industriais, comerciantes, políticos, militares, professores, anônimos ou não, colaboraram com o Asilo São Luiz e, assim, legitimaram as ações da instituição, delegando às Irmãs a responsabilidade de cuidar, educar e profissionalizar meninos e jovens desamparados. Nos primeiros tempos do Asilo, quando uma comissão reunia-se quinzenalmente para resolver os problemas da instituição e dar continuidade ao seu processo de instalação, um anônimo doou um pavilhão e um terraço de antiga residência da Praça Rui Barbosa para instalação do Asilo, que ainda não tinha sede própria. Outro curitibano que preferiu o anonimato doou todas as camas necessárias para acomodar os asilados, cujo número crescia (**Revista de Comemoração**, [1969], p.2).

Ao longo dos anos as doações recebidas foram diversificadas: alimento (como sacas de açúcar, doadas pelo comerciante Benjamin Zilli, e sacas de arroz, por Itiberê Camargo; além de sobras de pão, pelas padarias da cidade) vestuário, material escolar e de construção, dinheiro para “despesas em geral”, etc (**Revista de Comemoração**, [1969], p.2). Em 1930 “os Srs. Taborda & Irmãos doaram ao Asilo S. Luiz 1.000 tijolos para suas obras” (**Gazeta do Povo**, 20/05/1930, p.8). Outras doações eram destinadas ao pagamento de despesas médicas e para ajudar a manter em funcionamento uma enfermaria e um gabinete odontológico. Em 1928, “o Sr. Luiz Guimarães pagou um semestre ao dentista do Asylo, na quantia de 1:200\$000” (**Gazeta do Povo**, 17/01/1928, p.2). Várias dessas doações não eram exatamente espontâneas, mas resultado do empenho das Irmãs do Asilo:

---

<sup>66</sup> Outras informações: **Dicionário histórico-biográfico do Paraná**, 1991.

Exmo. Sr. Arthur Martins Franco  
D.D. Deputado Federal  
Respeitosas saudações

Venho importunar V. Exa. Para que faça valer seu prestígio perante o Congresso afim de que o Asilo de órfãos de S. Luiz receba, como é justo uma subvenção ou auxílio federal.

Acha-se o Asylo com 80 meninos, e não tendo outro patrimônio o recurso do que 500\$000 do Estado e 100\$000 da Câmara Municipal, o que faz 600\$000 por mez, o 20\$000 por dia ou seja 250 reis por menino para alimento e roupa.

Essa subvenção tanto mais necessário se tornou agora que o Asylo mantém uma boa escola de carpintaria e organizou uma de sapataria, aguardando somente recursos para pagar o professor. Seria pois uma obra de caridade e patriotismo e um ótimo serviço que V. Exa prestaria ao Estado alcançando a subvenção que ora impetro e não duvidando da muito boa vontade de V. Exa. Desde já me confesso grata.

Deus guarde V. Exa.

A humilde ... (**Caderno de Cartas** [192-], p. 41).

O sucesso das oficinas do Asilo São Luiz, que foram ampliadas ao longo dos anos, não aconteceu por acaso, como expressa a carta transcrita. Irmã Maria dos Anjos delegava responsabilidade ao deputado quando, de forma sutil e eficaz, afirmava que a subvenção seria “obra de caridade e patriotismo e um ótimo serviço que Vossa Excelência prestaria ao Estado, alcançando a subvenção [federal]”. Frase que também estimulava a ação de outros paranaenses.

Outro colaborador do Asilo São Luiz foi o Coronel José Lacerda, pertencente a importante família da cidade paranaense da Lapa, que, provavelmente, conhecia o trabalho das Irmãs da Congregação de São José, que administravam o Colégio São José e o Asilo São Vicente ambos fundados na Lapa em 1906 (**Revista de Comemoração**, [1969], p. 51-52). Irmã Maria dos Anjos escreveu ao Coronel Lacerda:

Ilmo. Sr. Coronel José Lacerda

Conhecendo a grande caridade do bom povo da Lapa, e em particular de sua estimada família, durante os felizes dias que ahi passei, venho pedir-lhe um ajutoriosinho para mobiliar a casa que o Sr. Bispo fez construir para os orphãos de Asylo São Luiz em Curityba.

Certa de ser attendida, antrecipadamente agradeço em nome dos orphãosinhos, a quem farei rezar para a saúde e felicidade de sua ilustre pessoa que já considero como um dos maiores benfeitores de nosso modesto Asylo.

De sua [não legível] serva humilde em J.C.(**Caderno de Cartas** [192-], p. 4).

A maioria dos recursos destinados ao Asilo São Luiz eram entregues diretamente à Irmã Maria dos Anjos, na instituição, mas as doações também eram feitas através do jornal **Gazeta do Povo**, que, em 1927, informava à comunidade curitibana: “devemos prevenir a todos, porém que só a **Gazeta do Povo**, está autorizada a pedir donativos para o Asylo S. Luiz e se caso o doador preferir poderá levar diretamente no local” (**Gazeta do Povo**, 14/12/1927, p.3). O jornal publicava periodicamente a relação das quantidades oferecidas ao Asilo e o repasse feito as Irmãs: “a irmã superiora do Asylo S. Luiz, fizemos hoje, entrega da quantia de 110\$000 que se achava em nosso poder para este fim” (**Gazeta do Povo**, 03/02/1923, p.5).<sup>67</sup>

Para retribuir a gratidão dos chamados “benfeitores”, as Irmãs do Asilo muitas vezes ofertavam um cartão com a fotografia dos meninos e uma dedicatória no verso. Em 1931 escreveram: “Mui respeitável Sr. Zilli, o Asylo S. Luiz vem em peso, dar as boas vindas ao seu querido benfeitor, e beijar-lhe as mãos desejando-lhe muitas felicidades” (Cartão, 27/10/1931. **Documentos avulsos**).<sup>68</sup>



Figura 24 : **Cartão enviado ao Sr. Benjamin Zilli**  
Fonte: Documentos Avulsos – Arquivo LMSL

<sup>67</sup> Foram várias as publicações de doações de curitibanos ao Asilo São Luiz. Os valores mais frequentes eram de 5\$000 a 10\$000 (**Gazeta do Povo**, 11/08/1924, 23/05/1925, 13/06/1925, 16/08/1926, 15/09/1926, 10/03/1927, 19/07/1927, 03/10/1927, 04/11/1928)

<sup>68</sup> Muitos dos “benfeitores” contribuíam e/ou participavam do dia-a-dia de outras instituições curitibanas destinadas a acolher menores (cf. TURINA, 2010, p.32-33)

Doações recebidas pelo Asilo São Luiz também eram feitas em nome de crianças e jovens, uma prática comum no período. Este foi o caso das meninas Enoé e Neuza, cujos nomes aparecem como as autoras da oferta de 10\$000 aos menores asilados, oferta, certamente feita pelos pais ou por parente próximo (**Gazeta do Povo**, 11/03/1926, p. 5).

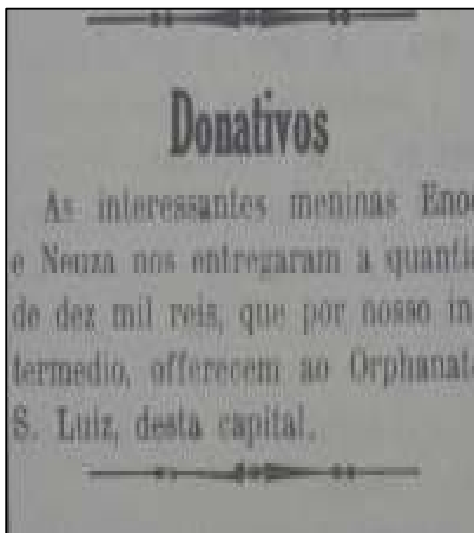


Figura 25: **Donativos**  
 Fonte: **Gazeta do Povo**, 11/03/1926, p.5

Muitos doadores preferiam o anonimato e outras ofertas eram realizadas em nome de um ente querido já falecido. No dia 15 de novembro de 1930, entre as doações de dinheiro, verduras, salames e lenha, que contribuíam com a manutenção do Asilo São Luiz, uma foi realizada “em memória do saudoso João Soriano da Costa, 10\$000 (...)” (**Gazeta do Povo**, 15/11/1930, p. 3). As doações realizadas em memória de um falecido próximo, efetuadas no Brasil há décadas, amenizariam a dor da saudade, assim como poderiam aliviar o tempo de purgatório e colaborar para a salvação da alma do defunto (REIS, 1991, p.95).

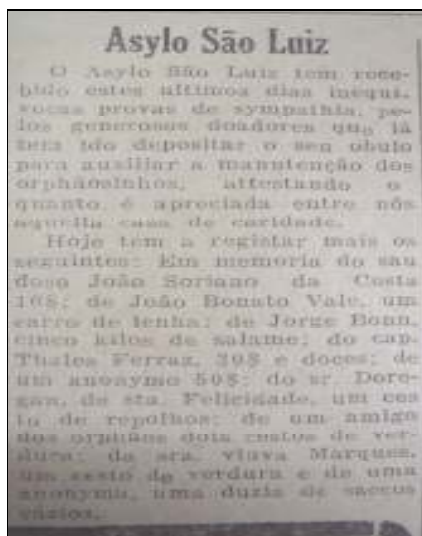


Figura 26: **Asylo São Luiz**

Fonte: **Gazeta do Povo**, 15/11/1930, p.3

A proteção divina da alma e da vida estava também nas correspondências das Irmãs de São José enviadas aos “benfeitores” do Asilo São Luiz, inclusive quanto o tema era mais um pedido de ajuda.

Exmo. Sr. Dr. Luiz Bartholomeo  
Louvado Seja N. Senhor Jesus Christo

Sendo necessário instalar no Asylo de órfãos de São Luiz, do qual sou directora, uma escola de sapateiros e cuja montagem, modestíssima embora, sempre atinge a uns dois contos e como V. Excia já é considerado neste orphanato como um dos seus benfeitores, venho solicitar um auxílio em favor desta obra e para este fim. Faço voto a Deus pela conservação de vossa preciosa existência e subscrevo-me como humilde serva em Nosso Senhor Jesus Christo (**Caderno de Cartas**, [192-], p. 40).

Entre esses colaboradores, podem ser somados nomes de pessoas que se dispunham a “apadrinhar” um menor, colaborando para a satisfação de suas necessidades diárias. Este foi o caso de Cesar Pietro Martinez, Inspetor Geral do Ensino entre 1920 e 1924, que era “padrinho” de Antonio Rodrigues Fehon. Martinez demonstrou, inclusive, interesse pelo destino do menor depois que Fehon deixou a instituição.<sup>69</sup>

<sup>69</sup> A única Ficha localizada com nome aproximado daquele citado pela Irmã foi a de Antonio Rodrigues Fônz, filho de Sebastião Fônz e Gertrudes Seme Fônz, que ingressou no Asilo São Luiz em 1º de outubro de 1922 e saiu 5 de março de 1923. Foi entregue ao tutor Justo Ribeiro Maciel.

Ilmo Sr. Cesar Prietro Martinez

Penhorada venho agradecer ao Sr. o interesse que tornou pelo Antonio Rodrigues Fehon, seu afiliado.

Conforme o sr. pediu envio o endereço d'elle em Castro.

Irmã Maria dos Anjos

Agradece a participação e faz votos pela perene felicidade de ambos (**Caderno de Cartas**, [192-], p. 36).

Mas, além dos chamados “benfeitores” que periodicamente colaboravam e visitavam a instituição, vários foram os curitibanos ilustres e anônimos que percorreram as instalações do Asilo São Luiz e deixaram registradas as suas impressões. A importância desses breves escritos para as Irmãs era fundamental, pois os textos eram atestados de aprovação da instituição, algo que poderia ser apresentado para persuadir futuros colaboradores. Ao percorrer uma instituição asilar subvencionada pela sociedade, e o Estado, o visitante, muitas vezes involuntariamente, “fiscalizava” a aplicação dos recursos recebidos. Os que visitaram o Asilo São Luiz fizeram críticas? Se fizeram não foi possível ler seus registros (**Caderno de Visitas**, [192-, 193-]). Alguns comentários registrados foram publicados na revista comemorativa dos 50 anos do Asilo:

Acabo de visitar o Asilo São Luiz é mais uma instituição que honra a modelar organização do serviço de assistência social de Curitiba. Oxalá, todos os centros populosos do Brasil imitassem a capital do Paraná nesse particular.

Em 29 de dezembro de 1933

Mário de Oliveira

Ao visitar o Asilo São Luiz, como representante do Sr. Interventor Federal, duas impressões profundas me ficaram: uma, o sentimento de orgulho causado pela grandeza da obra de assistência social no meu estado; outra, provinda de uma verdadeira exaltação de sentimentos, provocada pelo espetáculo real da caridade cristã que nesta casa se exerce.

Curitiba, 23 de junho de 1934

M. Linhares Lacerda

A distinta Diretoria desta mui benemérita instituição nossos sinceros votos em nobre serviço caridoso.

Curitiba 23/10/ 1937

---

No período que ficou no Asilo cursou o primário (**Livro de Registro**. Ficha n. 59). O erro de grafia é provável, se considerarmos a pronúncia das duas formas escritas.

Cônsul Geral da Polônia (**Revista de Comemoração**, [1969], p.30).

Manter laços estreitos com colaboradores, autoridades governamentais e “damas de caridade” da Capital paranaense, foi algo imprescindível para a sobrevivência do Asilo São Luiz. Não por acaso, em 1931, “os orfaosinhos [do Asilo] oferecem uma linda festa às nossas altas autoridades”, conforme declararam as Irmãs. Estiveram presentes “na linda festa”, Dr. João Perneta, Secretário do Interior e sua esposa; Dr. Carvalho Chaves, Secretário da Fazenda e sua esposa; Coronel Joaquim Macedo, Prefeito Municipal; D. João Francisco Braga, Arcebispo Metropolitano; Major Cunha, Comandante do 15º Batalhão e senhora; Padre Dinant, Reverendo Frei Provincial dos Franciscanos e Capelão do Hospício; Frei Leonardo, Capelão do Asilo São Luiz, e Elias Karam, representando o jornal **Gazeta do Povo** (**Gazeta do Povo**, 24/06/1931, p. 3).

Em mais de uma ocasião houve necessidade da realização de grandes campanhas em prol do Asilo. No início da década de 1930, com a intenção de construir um novo pavilhão para oficinas na instituição, as Irmãs contaram com grande mobilização de curitibanos.

#### MOVIMENTO PRO AZILO DE SÃO LUIZ

Para a construção do Pavilhão das Oficinas, conseguir fundos para mais um pavilhão interno no Asilo de S. Luiz que servirá para suas oficinas e conter os novos departamentos, pois os existentes são poucos para comportar o numero elevado de órfãos daquela casa de assistência social. Uma comissão composta pelos senhores Benjamin Zilli, Maximiliano Boscardim e Elias Karam, percorreram para angariar material e madeira nas casas e indústria da praça para a construção. A Comissão percorrerá outras casas na semana entrante (**Gazeta do Povo**, 29/05/1932, p. 8).

As atividades prosseguiram por vários meses e foram divididas. As senhoras e senhoritas (longe de locais “masculinos”, como casas de material de construção) foram encarregadas de percorrer a cidade com listas de contribuição (devidamente rubricadas para evitar explorações): quem doasse, escrevia na lista o total ofertado e seu nome. Vários dos que contribuíram optaram pelo anonimato. Os homens arrecadavam material de construção e percorreram olarias (**Gazeta do Povo**, 03 e

05/02/1933, p.8 e p.3). Apesar da boa vontade de muitos curitibanos, não era fácil obter materiais e fundos suficientes para edificar um novo pavilhão.

Anos mais tarde, no dia 14 de janeiro de 1937, o jornal **Gazeta do Povo** toma a frente de mais uma campanha para ajudar o Asilo. A frase publicada resumia (com palavras um pouco exageradas?) a necessidade urgente da colaboração: “A casa dos órfãos ameaça a ruir, os pequenos abrigados correm risco de vida”. O texto do artigo publicado informava que uma comissão que havia visitado a instituição (a pedido das próprias Irmãs?) e percebido que as condições gerais do prédio, principalmente das oficinas de aprendizes, eram péssimas (**Gazeta do Povo**, 14/01/1937, p. 8). E mais uma vez os curitibanos colaboraram de diferentes maneiras.

#### AMPARANDO O ASILO S. LUIZ

O “Torneio Início” da F.P.D [Federação Paranaense de Desportos] será realizado na próximo dia 2 de abril. Tomarão parte todos os conjuntos efepedeanos.

(...) a sua renda, segundo sugestão dos jornais da capital, tendo em vista a grave situação por que presentemente passa a nossa modesta, porém imprescindível instituição de beneficência. Ao Asilo São Luiz deverá reverter, integralmente em seu benefício (**Gazeta do Povo**, 17/04/1937, p.2).

Segundo declararia, anos depois, a Irmã Maria dos Anjos, as dificuldades, durante o período que dirigiu o Asilo São Luiz eram constantes, mas a caridade “do povo” foi fundamental para manter em funcionamento a instituição responsável por menores órfãos e abandonados.<sup>70</sup> Para a Irmã as subvenções do Estado e a caridade da sociedade curitibana (traduzia em doações diversas), foram decisivas para viabilizar o cuidado, a educação e a profissionalização dos asilados. Para transformar menores órfãos ou desamparados em “homens dignos de nossa sociedade”, como afirmou a ex Diretora do Asilo (**A Divulgação**, [194-], p.9-10).

Acreditar que o Asilo São Luiz representava uma possibilidade de vida melhor para crianças e jovens órfãos e abandonados, foi algo repetido por diversos curitibanos, como testemunham as várias ações para colaborar com a manutenção da instituição; colaborações originadas de “damas de caridade” ou em nome de

<sup>70</sup> A partir da década de 1940 o Asilo contaria com a contribuição de cerca de 500 “sócios”, pessoas que colaborariam regularmente para o pagamento das despesas da instituição com os asilados.



defuntos e de crianças, de ricas famílias ou de anônimos cidadãos. Vários dos menores asilados, para satisfação dos que auxiliavam a instituição e das Irmãs de São José, tornaram-se carpinteiros, alfaiates, sapateiros, tipógrafos, datilógrafos, encadernadores ou empalhadores; alguns foram padres. Entretanto, é preciso assinalar, muitos sumiram sem deixar notícias, outros acabaram em instituições correcionais. Dois casos, pela singularidade, chamam a atenção: Odilon Carvalho e Herondi ou Erondy Silvério.

Odilon Carvalho entrou no Asilo São Luiz em 9 de janeiro de 1924, com seis anos de idade (era filho de Genésio Carvalho e Rosalina Carvalho ) a mãe constava como responsável, fez o curso primário, não há data de saída. Os anos passaram e a Ficha de Odilon recebeu uma anotação: formou-se dentista. O dentista casou, teve 10 filhos, morou no Rio de Janeiro, onde foi benfeitor do Lar São José (**Livro de Registro**. Ficha n. 103). Devia lembrar-se com gratidão ou respeito das Irmãs que o haviam acolhido, pois enviou para elas uma fotografia de toda sua família (Figura 27).



Figura 27: **Família do Odilon Carvalho**  
Fonte: **Livro de Registro**. Ficha n. 103 (foto anexa)

Herondi ou Erondy Silvério entrou no Asilo São Luiz em 11 de outubro de 1935, com 12 anos de idade, profissionalizou-se em marceneiro, a data de sua saída não foi informada. Herondi Silvério (como está grafado na Ficha do Asilo) foi cobrador de ônibus e motorista antes de se tornar empresário do transporte coletivo na Capital paranaense, no início da década de 1950<sup>71</sup>. Presidente da Assembléia Legislativa, recebeu o título de Cidadão Honorário de Curitiba, foi militante político durante anos (**Revista de Comemoração**, [1969], p. 2). “Benfeitor do Asilo São Luiz”, conforme escreveram as Irmãs em sua Ficha, faleceu em Curitiba, com 83 anos, no dia 25 de setembro de 2005 (**Livro de Registro**. Ficha n. 283).

Casos excepcionais entre os menores que passaram pelo Asilo São Luiz, Odilon Carvalho e Herondi Silvério, que foram muito além da educação proporcionada pela instituição, traduzem, com nuances mais expressivas, o que aconteceu com vários ex-asilados que se profissionalizaram.<sup>72</sup> As Irmãs de São José cumpriram, em grande medida, a missão que se propuseram e que muitos curitibanos esperavam do Asilo, isto é fazer de crianças e jovens órfãos ou abandonados, menores educados, trabalhadores<sup>73</sup>.

Mas também é verdade que muitos menores que passaram pela instituição seguiram outros caminhos, como o primeiro interno do Asilo, Luiz, que deu o nome para a instituição: Luizinho como era chamado pelas Irmãs, fez curso de marceneiro e, com 12 anos, foi transferido para Escola de Reforma do Estado, destinada a menores infratores. Nada mais se soube dele, nem o que teria motivado a transferência. Vários casos, muitas histórias de uma instituição religiosa que, nas primeiras décadas de século XX, pretendia educar de maneira cristã para a vida em sociedade, sociedade do trabalho.

---

<sup>71</sup> **Paranáonline**: <http://www.parana-online.com.br/editoria/politica/news/AssembleiadaadeusaErondySilverio>. Acesso em 10/05/2010.

<sup>72</sup> Confira o Capítulo 2.

<sup>73</sup> Texto do jornal **Gazeta do Povo** de 1933 dizia: “ o Asilo São Luiz é uma instituição dedicada na formação de corações infantis para transformá-los nos cidadãos probos de amanhã” (**Gazeta do Povo**, 05/02/1933, p.3 ).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta dissertação teve como tema o processo de educação profissionalizante realizado em uma instituição religiosa, o Asilo São Luiz de Curitiba, administrado pelas Irmãs da Congregação de São José. Em Curitiba, como em outras cidades do Brasil e do mundo, a epidemia da gripe espanhola ou influenza espanhola, deixou, como um de seus saldos mais terríveis, vários menores órfãos que não tinham quem deles cuidasse. Esses órfãos, meninos e meninas, mobilizaram a atenção de autoridades civis e religiosas e, a partir de 1º de janeiro de 1919, vários deles ficaram sob os cuidados das Irmãs de São José. Meninas no Orfanato da Ordem que já existia no bairro Cajuru e meninos em um improvisado abrigo nos fundos do Colégio São José, que era dirigido pelas Irmãs. O que pretendi nesse trabalho foi contar um pouco da história deste improvisado abrigo que, em poucos meses, ganhou instalações próprias, ampliou o seu atendimento para menores necessitados ou abandonados e, nas décadas de 1920 e 1930, proporcionou para meninos e jovens do sexo masculino educação primária e em cursos profissionalizantes.

Nesse período, em diferentes partes do território nacional, discussões em vários campos: político, médico, jurídico e pedagógico, defendiam a proposta de educação para o trabalho como via de regeneração e inserção social, inclusive de crianças e jovens. Experientes na área educacional, atentas aos debates que aconteciam, baseadas nas diretrizes ultramontanas, as Irmãs de São José organizaram e dirigiram o Asilo São Luiz com a finalidade de inculcarem nos menores que ficaram sob sua responsabilidade os valores da fé católica e noções de 'bom comportamento social', entendido prioritariamente como educação para o trabalho. Dentro desta perspectiva da educação para o trabalho, o Asilo formou mão de obra qualificada que, como foi possível observar nessa dissertação, atendia a demanda de Curitiba, que diversificava sua economia, com o crescimento do número de lojas, oficinas e fábricas, e, também, de algumas outras cidades do Estado. Assim, nos anos 1920, o Asilo organizou oficinas, que foram remodeladas e ampliadas em poucos anos, e formou até a década seguinte: carpinteiros, alfaiates e sapateiros, além de empalhadores, datilógrafos e até tipógrafos e um mecânico, que completaram a formação fora da instituição. Aos melhores alunos o Asilo proporcionou também educação secundária em instituições públicas e particulares (através de bolsas de estudo) da Capital. Alguns ex-internos se tornaram padres, outros acabaram na Escola de Reforma do Estado; pelo menos um se tornou dentista e outro político, com atuação estadual.

Instituição assistencial, o Asilo São Luiz recebeu meninos e jovens cuja idade de entrada variou, no período estudado, dos 5 meses aos 14 anos. Muitos deles foram deixados pelos pais, responsáveis ou tutores: a instituição tinha credibilidade, ou era o último recurso para diferentes pessoas. Embora sendo uma instituição assistencial, o Asilo foi considerado pelas autoridades governamentais, pelos jornais e pela sociedade curitibana em geral como uma eficiente instituição educacional profissionalizante. As Irmãs faziam questão de alardear a eficiência da educação que proporcionavam e, com empenho, conseguiram diferentes doações que possibilitaram a manutenção da instituição, notadamente das oficinas de ensino-aprendizagem. Destaque nesse processo para a ação da Irmã Maria dos Anjos, diretora do Asilo desde sua organização, em 1919, até 1937, quando as máquinas foram tiradas das oficinas, mudando os rumos educacionais do Asilo.

Consultando as Fichas do **Livro de Registro** do Asilo São Luiz, que com o jornal **Gazeta do Povo** foram as principais fontes dessa dissertação, foi possível perceber um pouco da vida da cidade de Curitiba, que se transformava nas primeiras décadas do século XX, e principalmente resgatar aspectos dos dramas e alegrias de crianças e jovens que foram asilados e tiveram nas propostas de acolhimento e de educação das Irmãs de São José, que em grande parte eram propostas da sociedade curitibana, uma perspectiva de vida considerada melhor, produtiva, dentro dos padrões vigentes, padrões que eram comungados inclusive por muitos dos pais dos menores que deixaram seus filhos no Asilo.

## FONTES

### DIVERSOS

\* ARQUIVO DO LAR DOS MENINOS DE SÃO LUIZ e ARQUIVO DO CONVENTO CAJURU

**A Divulgação**, Curitiba, ano II, n. 17-18, p.9 -10, abr.– maio [194-].

**Caderno de Cartas**, [192-].

**Caderno de Poesias**, [s.l.d.].

**Caderno de Visitas**, [192-, 193-].

**Documentos Avulsos** (fotografias, cartões, escritos diversos).

**Livro de Congregação das Irmãs de São José no Cincoentenário do Colégio de Nossa Senhora de Lourdes**. Curitiba: Papelaria Requião, [199-].

**Livro de Registro**, 1919-1937.

**Nossa História**. Tomo 1 - Central. Curitiba, 1978. (texto datilografado)

**Revista de Comemoração do Cinquentenário Lar dos Meninos de São Luis – 50 anos de atividade**. Curitiba: [s.n.], 1969.

\* ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DE CURITIBA

**Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de Curitiba**, v. 1948-1957.

\* ACERVO PARTICULAR

**Constituição das Religiosas de São José de Chambéry**, 1951, Irmãs de São José de Chambéry, 1969 e 1973/74.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934. In: POLETTI, R. (Org.) **Constituições Brasileiras**: 1934 (volume III). 2ª ed. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001, p.115-185.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. In: COSTA PORTO, W. (Org.) **Constituições Brasileiras**: 1937 (volume IV). 2ª ed. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001, p. 69-115.

Decreto [Federal] n.5.083, de 1º de dezembro de 1926. Institui o Código de Menores. In: ALMEIDA, F. H. M. de (Org.). **Código de Menores**. São Paulo: Saraiva, 1960, p.1-29.

Decreto Federal n.17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Código de Menores. In: ALMEIDA, F. H. M. de (Org.). **Código de Menores**. São Paulo: Saraiva, 1960, p.31-117.

**Irmãs de São José de Chambéry**, orientações de vida, capítulos gerais especiais de 1969 e 1973/74 – Províncias Brasileiras.

TRÉSAL, J. **Les soeurs de Saint-Joseph de Moutiers (Savoie) en France et au Brésil (1828-1928)**. Paris: Librairie Lecoffre; J. Gabalda et Fils, 1929, p.178-179.

## MENSAGENS E RELATÓRIOS

\* ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ

**Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado** pelo Dr. Affonso Alves de Camargo – Presidente do Estado do Paraná, 1918.

**Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado** pelo Dr. Affonso Alves de Camargo – Presidente do Estado do Paraná, 1919.

**Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado** pelo Dr. Affonso Alves de Camargo – Presidente do Estado do Paraná, 1920.

**Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado** pelo Dr. Affonso Alves de Camargo – Presidente do Estado do Paraná, 1921.

**Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo do Estado** pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha – Presidente do Estado do Paraná, 1927.

**Relatório do Inspetor Geral do Ensino do Estado**, 1921.

**Relatório do Departamento de Instrução Pública 1930** – Resumo Estatístico 1920-1929.

## DECRETOS E LEIS

\* BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ e CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES.

**Assistência e Proteção aos Menores Abandonados.** Regulamento aprovado por Decreto n. 794 de 20 de julho de 1925. Curitiba: [s.n.], 1925. (brochura)

DECRETO n. 17. **Código do Ensino**, assinado pelo Presidente do Estado do Paraná em 9 de janeiro de 1917. **Coleção Leis, Decretos e Regulamentos.** Curitiba: [s.n.t.], p. 9-91.

DECRETO n. 887, assinado pelo Presidente do Estado do Paraná em 8 de agosto de 1925. **Diário Oficial**, Curitiba 14 de agosto de 1925, p.1-7.

DECRETO n. 47, assinado pelo Presidente do Estado do Paraná em 21 de janeiro de 1924. **Diário Oficial**, Curitiba, 23 de Janeiro de 1924, p.1.

DECRETO n. 1.439, assinado pelo Interventor do Estado do Paraná em 18 de junho de 1932. **Diário Oficial**, Curitiba, 22 de junho de 1932, p.1.

DECRETO n. 9.590, assinado pelo Interventor do Estado do Paraná em 27 de fevereiro de 1940. **Diário Oficial**, Curitiba, 4 de março de 1940, p.1.

LEI n. 1.780, assinada pelo Presidente do Estado do Paraná em 5 de abril de 1918. **Diário Oficial**, Curitiba, 13 de abril de 1918, p.1.

LEI n. 2.009, assinada pelo Presidente do Estado do Paraná em 8 de março de 1921. **Diário Oficial**, Curitiba, 22 de março de 1921, p.1.

LEI n. 2.232, assinada pelo Presidente do Estado do Paraná em 9 de março de 1923. **Diário Oficial**, Curitiba, 21 de julho de 1923, p. 1- 2.

LEI n. 2.295, assinada pelo Presidente do Estado do Paraná em 4 de março de 1924. **Diário Oficial**, 3 de abril de 1924, p.5.

LEI n. 2.319, assinada pelo Presidente do Congresso Legislativo do Estado do Paraná em 2 de maio de 1924. **Diário Oficial**, Curitiba, 25 de agosto de 1924, p.1.

LEI n. 2.380, assinada pelo Presidente do Estado do Paraná em 2 de abril de 1925. **Diário Oficial**, Curitiba, 16 de abril de 1925, p.1- 3.

## JORNAIS

\* BIBLIOTECA DA REDAÇÃO **GAZETA DO POVO**, BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ e CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES



COLEÇÃO PESQUISADA

**Gazeta do Povo**, 1919-1937

EXCERTOS CITADOS

**Commercio do Paraná**, 23 de julho de 1918, p.1

**Cruzeiro**, 3 de janeiro de 1932, p.7

**Estado do Paraná**, 11 de Janeiro de 1927, p.16

## BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, F. **História social da criança e da família**. 2ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARIÈS, P; DUBY, G. (Dir.) **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990-92. 5v.

BAZILIO, L.C. Infância “rude” no Brasil: alguns elementos da história e da política. IN: GONDRA, J.G. (org.) **História, infância e escolarização**. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2002, p.44-58

BENCOSTA, M.L.A. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária, In: STEPHANOU M.; BASTOS, M.H.C., (Org.) **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**, Petrópolis: Vozes. V.III, p.68-76.

BENVENUTTI, A.F. **As reclamações do povo na Belle Époque: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909 -1916)**, Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

BERTONHA, J.F. **Fascismo, nazismo, integralismo**. São Paulo, Ática, 2004.

BERTUCCI, L. M. **Saúde: arma revolucionária**. São Paulo – 1891/1925. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

BERTUCCI-MARTINS, L. M. Gripe espanhola, da casa ao hospital, In: NASCIMENTO D.R. do; CARVALHO, D.M. de (Org.) **Uma história brasileira das doenças**, Brasília, Paralelo 15, 2004, p.165-181.

BERTUCCI, L. M. Ciências da cura: debates, embates, educação popular no final dos anos 1910. **Esboços**, Florianópolis, nº 16, p.73-86, 2006.

\_\_\_\_\_ **Influenza, a medicina enferma**. Campinas: Ed.Unicamp, 2004

\_\_\_\_\_ Anos 1910: educação e saúde para formar o povo brasileiro. In: DINIS, N.F.; BERTUCCI, L.M. (org.) **Múltiplas faces do educar** Curitiba: Ed; UFPR, 2007a, p.115-124

\_\_\_\_\_ Educação higiênica no Paraná (Brasil): questão de estado nos anos 1910-1920. In: Congreso Iberoamericano de História de la Educación Latinoamericana, VIII, 2007, Buenos Aires. **Anais ...** Buenos Aires: CIHELA, 2007b, 25p.

\_\_\_\_\_ Educar para a saúde e o trabalho. Legislação paranaense, década de 1910. Mimeo, setembro 2009. In: Congreso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana. IX, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CIHELA, 2009, 11p.

BERTUCCI, L.M.; FARIA FILHO, L.M.; TABORDA DE OLIVEIRA, M.A. **Edward P. Thompson. História e formação**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

BOSCHILIA R. Mulheres descendentes de imigrantes e o espaço fabril, In: TRINDADE, E.M.C.; MARTINS, A.P.V., (Org) **Mulheres na história: Paraná – Séculos 19 e 20**, Curitiba: DH/UFPR, 1997

DE BONI, M.I.M. de, **O Espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890-1920)**. São Paulo, Quatro Ventos, 1998.

DE BONI, M. I. M.; MACHADO, E. M. Escolas profissionalizantes no contexto das políticas do início do século XX. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia. **Anais...** SBHE, 2006. Disponível on-line em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-e-co-autorais-eixo02.htm>

DE BONI, M.I.M. de Políticas públicas educacionais para menores: profissionalização, assistencialismo ou correção. In: MACHADO, E.M.; MUELLER, H.I., (Org.) **Políticas públicas educacionais: múltiplos olhares**, Ijuí: Unijui, 2006, v.1, p. 69-90

BURKE, P. **Testemunha ocular; história e imagem**, Bauru: EDUSC, 2004.

CABAS, A.G. et.al. **Paraná, o século, o asilo: história, políticas públicas e educação** Curitiba: Criar Edições, 2004.

CÂMARA, S. Por uma ação preventiva e educativa da infância pobre : os discursos jurídicos – educativo no Brasil e em Portugal nas décadas de 1910-1920, In: LOPES, A.; FARIA FILHO, L.M.; FERNANDES, R. (Org.) **Para a compreensão histórica da infância** Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CAMARA, S. A cidade como canteiro de ação jurídica: o discurso jurídico e a educação da infância menorizada no Rio de Janeiro de década de 1920. In: I Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro, 2007, Niterói. **Anais...** Rio de Janeiro: 2007.

CARDOSO FILHO, R. **São José, colégio de Castro 1904-1994**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

CARON, J.-C. Os jovens na escola: alunos de colégios e liceus na França e na Europa (fim do séc. XVIII – fim do séc.XIX). In: LEVI, G.; SCHMITT, J.-C.(Org.) **História dos jovens**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. v.2, p.137-195

CARVALHO, M.C.de, Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas, In: FREITAS, M.C. de (Org.) **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

CERTEAU, M. de, **A invenção do cotidiano**. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim**. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 2001.

CHEVALIER, L. **Classes laborieuses et classes dangereuses a Paris, pendant la première moitié du XIXème**. Paris : Librairie Générale Française, 1978.

GITAHY, M.L.C. A qualidade em São Paulo nos anos 1873-1933: A Experiência do Liceu de Artes e Ofícios, In: RIBEIRO, M. A. (Org) **Trabalhadores urbanos e ensino profissional**. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.

CIAVATTA, M. **O mundo do trabalho em imagens, a fotografia como fonte histórica (Rio de Janeiro, 1900-1930)**. Rio de Janeiro, editora DP&A, 2002.

CINTRA, E.P. de U. **Ensino profissional feminino em Curitiba. A Escola Técnica de Comércio São José (1942-1955)**, Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

COLOMBO, I. **O adolescente infrator e o sistema de ensino paranaense: a trajetória da Escola para Menores Professor Queiroz Filho (1965-1992)**, Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**, 2ª Ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

DECCA, E. S. de. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DEL PRIORI, M. **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

**Dicionário histórico-biográfico do Paraná.** Curitiba: Livraria Chain; Banco do Estado do Paraná, 1991.

DUSSEL I. Cuando las aparências no engañan: uma história comparada de los uniformes escolares em Argentina y los Estados Unidos (siglos XIX-XX). **Pro Posições**, Campinas, v.16., n.1 p. 65-86, jan/abr 2005.

FARIA FILHO, L.M. **República, trabalho e educação: a experiência do Instituto João Pinheiro 1909/1934.** Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

FERNANDES JUNIOR, L.R. **A Secretaria do Estado da Saúde do Paraná.** Suas origens e sua evolução de 1853-1983. Curitiba: Secretaria do Estado da Saúde do Paraná, 1987.

FERNANDES, R. As Casas de Asilo da Infância desvalida e a educação feminina. In: LOPES, A.; FARIA FILHO, L.M.; FERNANDES, R. (Org.) **Para a compreensão histórica da infância.** Belo Horizonte: Autentica, 2007.

FONSECA, M. V. **A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil.** Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

FREITAS, M.C. Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos, In: STEPHANOU M.; BASTOS, M.H.C., (Org.) **Histórias e memórias da educação no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2005, v.III, p. 165-181.

GOMES, A.C. **Capanema: o ministro e seu ministério.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

GONDRA, J.G. Modificar com brandura e prevenir com cautela: racionalidade médica e higienização da infância. In: Freitas, M.C.; Kuhlmann Jr., M. (Org) **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002. p. 289-318.

GONDRA, J.G. Cronologia da vida e formas da escola, In: BENCOSTTA, M.L.A. (Org.) **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos,** São Paulo: Cortez, 2007.

GOULART, A. da C. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro, 2005. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v 12, p. 101-137, 2005.

HOBSBAWM, E.J. **A era das revoluções, 1789-1848.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

**Informativo das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus**, ano XI nº 37, p. 9. Disponível em <http://200.195.151.19>. Acesso em 10/05/2010.

**Instituto Santa Maria.** Disponível em: [www.marista.org.br/index](http://www.marista.org.br/index). Acesso em 15 outubro de 2009.

KARVAT, E. C. **A sociedade do trabalho: discursos e práticas de controle sobre a mendicidade e a vadiagem em Curitiba, 1890-1933.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

KUHLMANN JR., M. A circulação das idéias sobre a educação das crianças; Brasil início do século XX. In: FREITAS, M.C.; KUHLMANN Jr., M. (Org.) **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002. p. 459-503.

LEITE, M. M. **Retratos de família: leitura da fotografia histórica,** São Paulo: EDUSP, 1993.

LEVI, G.; SCHMITT, J.-C.(Org.) **História dos jovens.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 2v.

LEVINE, R.M. **O regime Vargas, 1934-1938: os anos críticos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

LEVINE, R.M. **Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LONDOÑO, F. T. A origem do conceito menor, In DEL PRIORI, (Org) **História da criança no Brasil.** São Paulo: Ed. Contexto, 1991.

LOPES, A. A Imprensa e a infância indigente: o exemplo da imprensa setubalense (1870-1930), In:LOPES, A.; FARIA FILHO, L.M.;FERNANDES,R. (Org.) **Para a compreensão histórica da infância,** Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p.73-88.

LOUREGA, M.J.M. **A criança sob o olhar vigilante do adulto.** Dissertação ( Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1991.

MIGUEL, M. E. B. (Org.). **Coletânea da documentação educacional paranaense de 1854 a 1889.** Campinas: Ed. Autores Associados, 2000.

MALUF, M.; MOTT, M.L. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, F.A. (Dir.) **História da vida privada no Brasil.** 3ª reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, v.3, p.367-421.

MANUEL,I.A. **Igreja e educação feminina (1859-1919)** São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARQUES, V.R.B.; PANDINI,S. Feios, sujos e malvados: os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista. **Revista Brasileira de História da Educação.** Campinas, n.8, p. 85-104,jul-dez, 2004.

MARQUES, V.R.B. Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no Novecentos. **Cadernos CEDES** Campinas, v.23, n. 59, p.57-78, abril 2003.

MAUAD, A.M. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORI, M. (Org.) **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002, p.137-176.

MENDES, M.D. **A Fragmentária história da fábrica de móveis Martinho Schulz: tradição e modernidade na produção artesanal com fibras de Curitiba**, Dissertação (Mestrado em Tecnologia) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2005

MIGUEL, M.E.B.(Org.) **Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889**. Campinas: Ed.Autores Associados, 2000.

MOGARRO, M.J. Os Arquivos Escolares nas Instituições Educativas Portuguesas. Preservar a informação, construir a memória **Pro Posições**, Campinas, v.16, p.103-115, jan/abr 2005

MORENO, J.C. Intelectuais na década de 1920: César Pietro Martinez e Lysimaco Ferreira da Costa à frente da instrução pública no Paraná. In: Vieira, C.E. (Org.) **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. Curitiba: Ed.UFPR, 2007, p.41-64.

MÜLLER, E. **As samaritanas de Chambery, uma história de amor ao próximo a exemplo do bom samaritano**, Curitiba: Ed. Universitária, 2005

NEGRÃO, A.M.M. **Infância, educação e direitos sociais. Asilo de órfãos (1870-1960)**. Campinas: Publicações CMU/Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_, Trajetória educacional do asilo de órfãos da Santa Casa de Misericórdia de Campinas, In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2006, Goiânia. **Anais...** Goiás: SBHE, 2006.09p.

OLIVEIRA, M. R. P. de **Formar cidadãos úteis, os patronatos agrícolas e a infância pobre na primeira república**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

PANDINI, S. **A Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná: “viveiro de homens aptos e úteis” (1910-1928)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

**Paraná online**: <http://www.parana-online.com.br/editoria/politica/news/Assembleiadaadeusaerondysilverio>. Acesso em 10/05/2010.

PEDRO, J.M., Mulheres do sul. In: DEL PRIORE, M. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001 p.278-321

PEREIRA, L.F.L. **Paranismo cultura e imaginário da 1ª República**, Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

PEREIRA, M. R. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PEREIRA, M.A.M. **Casar em Curitiba – discurso burocrático e normatização urbana e populacional em Curitiba no início do século XX**. Dissertação (Mestrado em História), Ponta Grossa , 1989

PINTO, M. de F. **Os indigentes, entre a assistência e a repressão**. Lisboa: Livros Horizonte, 1999

PIZANI, M.A.P.N. **O cuidar na atuação das Irmãs de São José de Mountiers na Santa Casa de Misericórdia (1896-1937)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

PUCHTA, D.R. **A Formação do homem forte: educação física e gymnástica no ensino publico primário paranaense (1882-1924)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

QUELUZ, G. L. **Concepções de ensino na República Velha, 1909-1930**. Curitiba: Ed. CEFET, 2000.

REIS , J.J. **A morte é uma festa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, M. A. **Trabalhadores urbanos e ensino profissional**. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.

ROCHE, D. Práticas da Leitura, In: CHARTIER, R. (Org.) **As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII**. 2ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 177-199.

RODRIGUES, L.F. **Informando crianças para formar trabalhadores conscientes**. São José dos Pinhais, 2003-2006, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem a Curitiba e província de Santa Catarina**. São Paulo: Edusp, 1978.

SCHUELER, A.F.M.de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.19, nº 37, p.59-84, 1999.

SANTOS, R.A. dos, Representações Sociais da peste e da gripe espanhola, In: NASCIMENTO, D.R.do; CARVALHO, D.M.de, **Uma história brasileira das doenças**, Brasília: Paralelo 15, 2004, p.126-144.

SCHAPOCHNIK, N. Cartões postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: NOVAIS, F. A. (Coord.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 423-512.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H.M.B.; COSTA, V.M.R. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.



**Sempre Alerta**, União dos Escoteiros do Brasil, nº 162, fev. 2007. Edição Especial. Disponível em [www.gebrapa.com.br/brownsea](http://www.gebrapa.com.br/brownsea). Acesso em 29/06/2010.

SOSENSKI, S., Un Remedio contra la Delincuencia: el Trabajo infantil en las instituciones de encierro de la ciudad de México durante la posrevolución. **Revista de História de la Medicina y de la Ciência**. Madrid, volumen LX, nº2, p. 95-117 julio-diciembre, 2008.

SILVA, S.C.H. P. da, **A Epidemia de gripe espanhola e a atuação do Serviço Sanitário**. Especialização, Faculdades Integradas Espírita, Curitiba, 2006

SOUZA, C. M. C de, A Gripe espanhola em Salvador, 1918: cidade de becos e cortiços. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v 12, p. 71-99, 2005.

SOUZA, G. **Istrução, o talher para o banquete da civilização: cultura escolar dos jardins-de-infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929**. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

SOUZA, R.F.de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX** (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

STEPHANOU, M. Discursos Médicos e a Educação Sanitária na Escola Brasileira, In: STEPHANOU M.; BASTOS, M.H.C. (Org.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**, Petrópolis: Vozes, 2005, v. III, p.142-164.

STRAUBE, E.C. **O Prédio do Gymnásio (1903-1990)**. Curitiba:SEEC, 1990.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRINDADE, E.M.C.; MARTINS, A.P.V., (org) **Mulheres na história: Paraná – Séculos 19 e 20**, Curitiba: DH/UFPR, 1997

TRINDADE, E.M.C. **Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República**. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

TRINDADE, J.M.B. **Metamorfose: de criança para menor**. Curitiba- início do século XX. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

TURINA, K.F.R. **Escola Maternal: história, assistência e escolarização da infância em Curitiba (1928-1944)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

VALDEMARIN, V. T. Lições de coisas: concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. **Caderno CEDES**. Campinas, ano XIX, n. 52, p.74-87, nov. 2000.

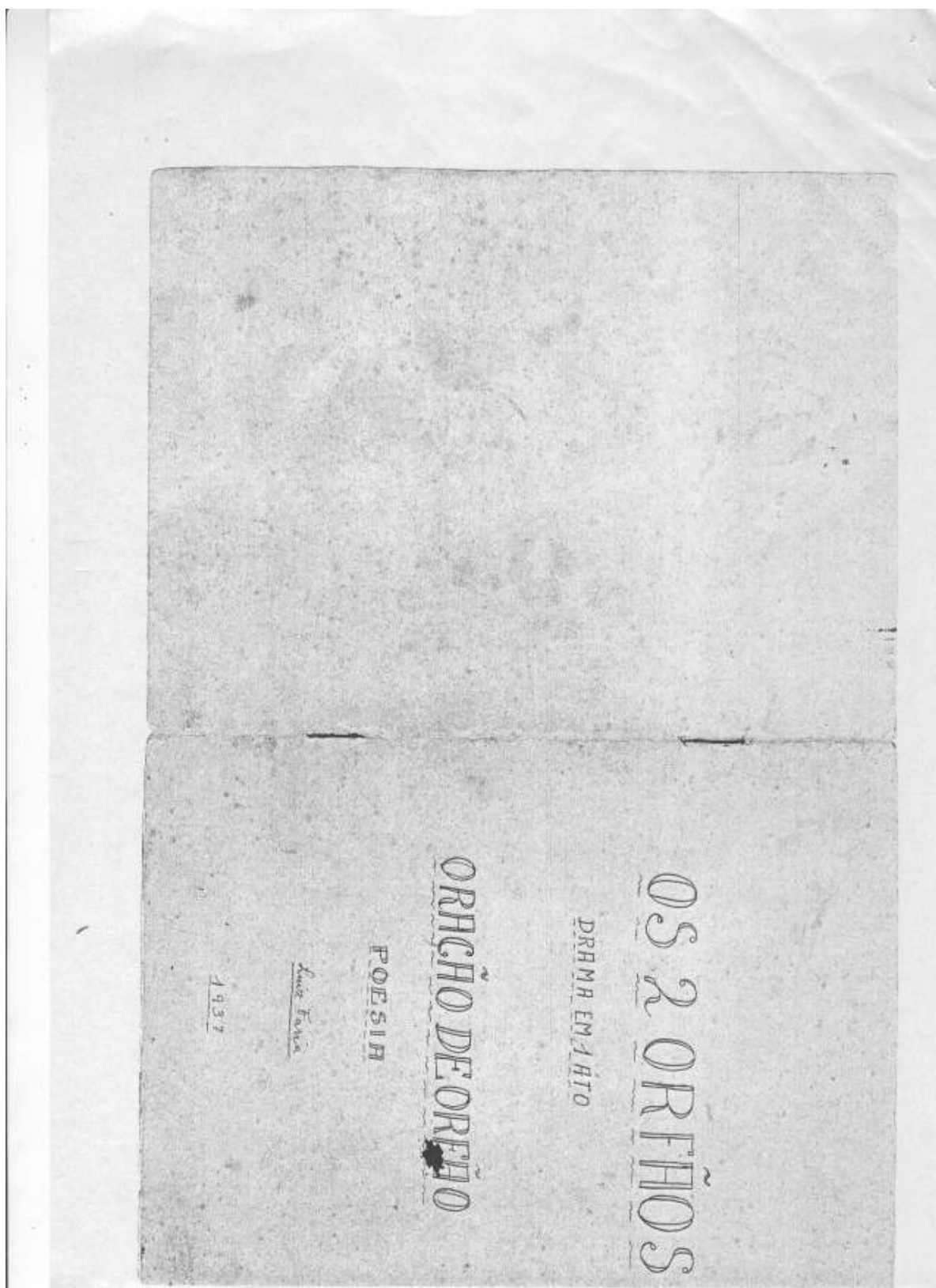
VEIGA C.G; FARIA FILHO, L. M. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999

VIDAL, D.G.(Org.) **Grupos escolares**. Campinas: Mercado de Letras, 2006

VIEIRA, E.B. **Instituições geriátricas, avanço ou retrocesso?** Rio de Janeiro, Revinter, 2003.

ZANATTA, B. A. O método intuitivo e a percepção sensorial como legado de Pestalozzi para a geografia escolar. **Caderno CEDES**. Campinas, v.25, n. 66,p. 165-184, maio 2005.

**ANEXO**



Fonte: **Documentos Avulsos** – Arquivo do Convento Cajurú.



$$0-5 = -D-0+I+8 = -D-I+I+8 = 0-5$$

## Cena I

Francisco J. Jones,

José: - (sentindo a um canto do palco, chora).

Trent: (sentado, como a meterlar) (De repente) Onde estará a esta noite a minha querida mãe? Tinha Deus levado para junto de si a mãezinha, sem pensar que estivamos a chorar ela falta?...

João: - (Interrompendo os soluços) - Zombisco, porque estás a re-  
correr sempre esta posse d'ôr? (continúa a chorar).

Prém: Tu mandinho, ainda tem lágrimas para chorar, eu, pouco de mim, meu olho já secaram... Deixa que eu derrese agora as lágrimas do corpo.

Jose: Quem te ouve mais faltar, nã encontrará maiso alguns.  
 Mo: Já regularizar o dõr que nos oprime. Choremos.++

Choremos a nossa mãe querida... choremos a deusa do nosso amor... Choremos aquela que nos faz sorrir... que nos faz rir gozár... aquela que tudo foi capaz de fazer para o nosso bem, e que hoje nos falta... Choremos a mãe, pois é só nossa esta dor.

Pront: Sim é só nover. Mas eu não não para que outros se com-  
pedam de nós. Só a Jesus, ao Deus Menor... como se  
tem vindo si em sua infância do taloso a Virgem

Mãe.

João:- Si o Divino Infante te escuta, o que poderá ele fazer?

Irá por acaso dar-nos outra mãe?...?

Fran:- Não fales assim, maninho... Julgas-te então capaz de censurar os atos do Altíssimo?...?

João:- Tu não censuras...

Fran:- Então porque falas desta maneira? Quem sabe o que Deus não nos reserva!...

João:- Sofrimento!... - *entra*

Fran:- Cal-te. É a tua dor que te move a falar assim. Não te lembra quando iam ao Catecismo?... O que o Padre Paulo nos dizia?... "Jesus em toda sua vida sofreu com resignação, sem se alterar um momento sequer". E nós porque não seguimos os ensinamentos daquele bondoso Sacerdote?... Porque não nos guiamos pelos exemplos do Redentor!...

João:- Mas Jesus é Deus...

Fran:- Deus, no céu, mas na terra, morais como todos nós, e mesmo na terra sendo Deus, era para Ele muito mais difícil sofrer, do que para nós que caminhamos a Ele somos infinitamente pequenos...

João:- Então Jesus, sendo Deus, sofreu tanto?

Fran:- Sim, maninho.

João:- Ele querirá por certo que soframos, que carreguemos a nossa cruz... para depois nos amparar não? Fran- cisco...

Fran:- Agora sim, maninho, vejo que não esqueceste as lições daquele bom Padre.

João:- Não, Francisco. E de hoje em diante hei de sofrer, hei de alentar esta nossa dor com as que sofreu Jesus.

Fran:- Bravo!... Tens um ótimo coração. *Admirado*

João:- Francisco, como poderá Deus nos proteger?...?

#### Cena II

Os mesmos e a Mãe

( A Mãe entra e coloca-se um pouco atrás dos dois meninos )  
( Há mudança de luz ) os dois meninos assustam-se e caem de joelhos ).

Mãe:- ( é João ) - Vende-me sempre em teu coração, faze de teu coração minha morada, que te hei de unir sempre a Deus.

João:- Mãe...

Mãe:- Sim, busca na Mãe, o laço que te ha de unir a Jesus...

Fran... E com os olhos da Mãe contempla teu Deus...  
Mas de o ver em todo seu esplendor... em toda sua Onipotência, a lançar sua bengala sobre tua cabeça...

4

Joel: Será possível ver Deus?...

Pé: É porque não!... Na verdade não se apresenta Ele, tal como como está no Céu. Mas na presença de uma alma nobre, Ele chegará até você, empurrando-vos e dando-vos uma outra mãe, que também é Dele, a Mãe da Divina Gracia...

Prani: Você menino, Deus, não se esquece de nós...

Pé: Jamais a Onipotência Divina desampara o ser humano por mais íntimo que Ele seja.

Joel: Veremos então, Francisco, para que Deus nos proteja, para que possamos vê-Lo, e para que Ele receba em sua Misericórdia, aquele ente querido, que para nós era a sua imagem nublada.

Prani: Veremos...

Pé: Bem, sim, Hei!

Prani: e Joel: Veremos o Padre Nôco, indo o qual olham-se assustados ao verem que a Pé, desapareceu, levantam-se)

Cena III

Francisco e Joel

Joel: (a Francisco) - Você viu?...

Prani: O quê?...

Joel: Aquela enja bonito que aqui esteve a falar conosco!

Prani: (pensativo) - Vi, sim menino, está aí demonstrado que não devemos falar como você estava falando...

5

Joel: Ele disse que Deus não havia de proteger... Sabe então Deus que estamos necessitados?...

Prani: Menino, já não te lembras mais um lição de catecismo?... Não disse o Padre João, que Deus é "infinitamente grande, infinitamente Sabio, infinitamente Poderoso?...

Joel: Disse sim, Francisco...

Prani: Então, porque duvidas ainda?...

Joel: Mas não é Deus quem nos protege?... Eu tenho fome... eu sinto frio... eu não posso passar sem saúde... (chora).

Prani: Não chores, menino. Devemos esperar... devemos confiar na Bondade de Deus... É Ele o nosso único amparo... É Ele o nosso único conforto... Deus sabe até quando podemos sofrer, e não deixará de vir em nosso auxílio.

Joel: Esperar? Até quando?... Já morro de fome, de frio... de saúde...

Prani: Seja como for, temos que esperar. Depostamos nossas esperanças no Altíssimo, Ele sabe todas as coisas, sabe também que temos fome... que sentimo frio, que morremos de saúde de nossa mãezinha... Joel: Mas custa tanto esperar...



6

Francisco: - Aquele anjo, tão lindo, também disse que Deus é bondoso e que nos havia de proteger... Ó Jesus que ampara os crentes, eu espero em vós. (Ambos quedam-se a meditar) (Na mudança de luz)

## Cena IV

Os mesmos e a BE-THANJA.

Rep: - (entra e ajoelha-se junto aos meninos) (Ambos acustam-se e ajoelham-se novamente). Sim... esperai... Tende confiança no Altíssimo... Não julgais que o Pai vos desampara... Deus na sua infinita bondade vos protegerá...

João: - Quando?... Tu estou com fome...

Franc: - Tu estás frio...

Rep: - Deixa! que eu habito nos vossos corações, que unida é a fé, dar-vos-há forças bastante para esperarem no Todo-Poderoso. Não deveis esmorecer, deveis resistir e ter confiança, que sereis amparados...

João: - Mas, não já rezamos!

Rep: - Nunca é demais rezar... Reza!... Reza! sempre, que a oração conforta a alma, eleva-a até Deus, e dá coragem para aguardar e confiar em sua misericórdia.

Franc: - Rezemos novamente, ainda esta vez...

João: - Pois sim, rezemos...

7

Francisco e João: - (fazem novamente o Padre-Nosso) (A Súplica termina-se, ao terminarem a oração, acustam-se novamente).

## Cena V

Francisco e João

João: - Desapareceu novamente!... (levantam-se e procuram) Franc: - (chegando ao meio do palco) - Ó Deus... Bondade e Sabedoria Infinita... Sabeis que necessitamos de vosso auxílio... Sabeis que estamos sem amparo... ajudai-nos... tende piedade de nós... (João acrosta-se de Francisco). Em vós creio, Deus de amor!...

João: - (acrescentando) - Em vós espero, Divino Pai!

Franc: - Sentimo-nos!

João: - Sentimo-nos frios!... Temos saudades de nossa mãe!...

Franc: - Jesus bondoso... ouve os soluços, que partem das nossas corações... Vinde amparai-nos... Vinde Jesus! Simão morresse aqui! Não só... (quedam-se).

João: - Vinde Jesus... Tende pena de nós... (sentem-se encolher).

## Cena VI

Os mesmos e a CAIDARA

(Na mudança de luz) (Qualidade entra ajoelha-se e inicia o cântico, pondo-lhes a mão sobre o hombro) (Deixa-lham a ouvir) - Porque chorar meus bone

8

meninos... É a fome... é o frio... é a saúde...  
de agora em diante não chore mais. Jesus em sua  
bondade, emagrecou-se de vos proteger... Vinde  
comigo... Vinde comer, Vinde comigo... tereis alento  
Quero vos dar o que vos falta...

João: Para onde nos leva?

Car: Quero levar-vos para uma casa onde nada vos ha de  
faltar, tereis alimento... tereis abrigo... encon-  
trareis corações nobres, abnegados que farão tudo  
para não vos ver sofrer...

João: É muito longe?

Car: Podeis ver aqui... é aquela casa... é aquela gran-  
de monumento que além se ergue... Sabéis o nome?...  
É o Asilo S. Luiz, é uma casa abençoada, constitui-  
da por um nobre coração... amparada por corações  
caridosos... dirigida por seres que tudo deixaram  
para ministrar a dor do orfão... auxiliada por sen-  
tes mulheres que a elas vão levar aquele amor puro  
e nobre que cultivam em seus lares!

João: Ó... que bom!

Car: Aquela é a casa dos orfãos, dos desamparados!

João: E existe a muito tempo? Como?

Car: Eu encontrarei asilo no coração do povo desta terra,

9

Nu reido no coração do povo fermente... Não por  
eu um nobre coração, pronto a proteger os po-  
bres. Não se encarecem de amparar-me.

João: Ó meu Deus!... que felicidade!

( João fica a olhar assustado. )

Car: Deus bom amigo, Vinde... Vinde depressa, pois já  
estão a vossa espera. Aqueles santos mulheres já  
prepararam tudo para vos receber.

João: Eu quero ir... Parto com fome!

Car: Tudo está pronto, podemo ir ( Sai ).

Fim e João ( Vem seir a Cidade, depois de olhando  
para o Céu ).

João

Ó, bom Senhor!... Ó Deus Supremo  
quanto amor!... Quanta bondade!

Chegarei mesmo ao extremo!

Farei amparar a orfandade.

Finaleto

Vós governais com que pujança

Senhor, reinais com que bondade...

Aos pobres dade, dá... Esperança...

Aos ricos dade, dá Caridade...

F I M ( Cai o pano ).

24/6/37.